ELÓI MARTINS SENHORAS
LUÍS FRANCISCO MUNARO
(organizadores)

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Da Teoria à Empiria



EDITORA
2023

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Da Teoria à Empiria

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Da Teoria à Empiria

ELÓI MARTINS SENHORAS
LUÍS FRANCISCO MUNARO
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2023

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se63 SENHORAS, Elói Martins; MUNARO, Luís Francisco (organizadores).

Comunicação Social: Da Teoria à Empiria. Boa Vista: Editora IOLE, 2023, 281 p.

Série: Comunicação Social. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-69-4
https://doi.org/10.5281/zenodo.10247095

1 - Brasil. 2 - Comunicação Social. 3 - Estudos de Caso. 4 - Jornalismo. 5 - Teoria.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Comunicação Social. IV - Série

CDD–70

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *práxis* em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 09

CAPÍTULO 1 |
Como a Teoria dos Sistemas Pode Contribuir Para os Estudos em Jornalismo?
A Teoria de Luhmann Aplicada ao Jornalismo 15

CAPÍTULO 2 |
Uma Revisão Bibliográfica Sobre as Práticas Jornalísticas Amadoras 47

CAPÍTULO 3 |
Os Paradigmas Informacional e Relacional na Formação em Jornalismo no Brasil 79

CAPÍTULO 4 |
A Evolução do Jornalismo Televisual Brasileiro:
Das Máscaras Faciais ao Conteúdo Personalizado 99

CAPÍTULO 5 |
A Agência Mural Jornalismo de Periferia e o jornalismo econômico em tempos de pandemia: 127

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
O Momento do Jornalismo: Entre a Cultura e a Técnica da Notícia 159

CAPÍTULO 7 |
Comunicação, Subjetividade e Relações de Poder 183

CAPÍTULO 8 |
Jornal e Sensacionalismo na Necropolítica:
O Asfalto de uma Cidade com Sangue e os Muros que Segregam e Matam 199

CAPÍTULO 9 |
Uma Reflexão sobre o Ser Idoso Imigrante:
Uma Perspectiva da Comunicação e Cultura 221

CAPÍTULO 10 |
Mídias, Discursos e Criminalização da Pobreza: Interrogações Genealógicas 247

SOBRE OS AUTORES | 271

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A evolução histórica da Comunicação Social ao longo do tempo reflete o desenvolvimento de um conjunto de transformações socio-culturais e tecnológicas para lidar com os canais de troca de informações e conhecimentos entre as pessoas, motivo pelo qual este livro visa discutir este campo de estudos e de prática profissional na periodização contemporânea.

Os capítulos do presente livro refletem uma construção empreendida por um grupo eclético, de vinte e um pesquisadores brasileiros, oriundo de distintas instituições de ensino superior de Norte ao Sul do país, refletindo um necessário trabalho em rede nacional para trabalhar o estado da arte do campo da Comunicação Social em língua portuguesa.

O trabalho realizado pelos profissionais envolvidos neste livro somente foi possível em razão do trabalho arquitetado de modo colaborativo a várias mãos por pesquisadores com diferentes expertises profissionais e formações acadêmicas que trabalham e compartilham o comum interesse pelo campo epistêmico da Comunicação Social *lato sensu* e pelo Jornalismo *stricto sensu*.

A organização desta obra em dez capítulos proporciona uma imersão ao campo epistêmico da Comunicação Social nas suas dimensões acadêmica e profissional, tendo o objetivo de proporcionar uma visualização panorâmica por meio de estudos de casos que funcionalmente amalgamam abstrações teóricas com apreensões da realidade.

Caracterizado por uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e qualitativa quanto aos meios, este livro foca diferentes temas relevantes na área de Comunicação Social por meio de uma rica triangulação teórico-metodológica com base no

levantamento e análise de dados primários e secundários e em diferentes paradigmas científicos.

O recorte teórico de estruturação das pesquisas deste livro é fundamentado por um conjunto diferenciado de debates em cada capítulo, demonstrando assim, como resultado global, a existência de um paradigma eclético de fundamentos teóricos e conceituais que reflete um pluralismo teórico para abordar a Comunicação Social como objeto de estudo.

Conclui-se que as discussões apresentadas neste livro proporcionam aos potenciais leitores a absorção de novas informações e a transdução em novos conhecimentos sobre a realidade da Comunicação Social, por meio da oferta de um debate centrado no jornalismo que é apresentado por meio de uma didática abordagem afeita aos interesses de um público leigo, não afeito a tecnicismos, e da comunidade epistêmica da área.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

Prof. Dr. Luís Francisco Munaro

(organizadores)

CAPÍTULO 1

Como a Teoria dos Sistemas pode
Contribuir para os Estudos em Jornalismo?
A Teoria de Luhmann Aplicada ao Jornalismo

COMO A TEORIA DOS SISTEMAS PODE CONTRIBUIR PARA OS ESTUDOS EM JORNALISMO? A TEORIA DE LUHMANN APLICADA AO JORNALISMO[1]

Regina Cazzamatta

Este capítulo tem como objetivo aplicar a teoria geral dos sistemas sociais – resultante da teoria da diferenciação de Niklas Luhmann (LUHMANN, 2009) – ao campo jornalístico e discutir as vantagens oferecidas por essa abordagem teórica. Nesse âmbito, o jornalismo é descrito como um sistema social responsável por desempenhar uma função social específica, indo além da correlação entre sujeito e ação social. Dentro dessa perspectiva, é possível observar em que medida o jornalismo e outros sistemas sociais (econômico, político e jurídico) interagem e, assim, estabelecer uma definição funcional do jornalismo (GÖRKE, 2008). A análise das demarcações existentes entre o jornalismo e demais sistemas sociais é, cada vez mais, uma tarefa necessária. Isso porque a função social do jornalismo tem sido fortemente contestada (HALLIN; MANCINI, 2004; SCHOLL; MALIK, 2019). Sabendo-se que a rotina e o papel social do jornalismo, bem como suas organizações, vêm sendo radicalmente desafiadas, as delimitações e os conceitos fornecidos pela teoria dos sistemas podem ser úteis para descrever e avaliar tais mudanças estruturais. Além disso, essa abordagem teórica pode ser relevante para pesquisas empíricas, pois ela permite constituir amostras com base em uma distinção clara entre

[1] Uma versão prévia desta capítulo foi publicada em: CAZZAMATTA, R. "How can journalism studies benefit from a systems theoretical approach? Luhmann's systems theory applied to journalism". *Galáxia. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica - PUC-SP*, n. 47, 2022. A autora agradece à tradução realizada pelo doutorando Augusto Santos da Universität Erfurt.

jornalismo e outras formas de comunicação social (GÖRKE; SCHOLL, 2006).

Luhmann desenvolveu uma teoria dos sistemas pós-Parsoniana (campo da teoria geral da diferenciação) que fornece uma estrutura incisiva e esclarecedora para identificar e distinguir o jornalismo (HANITZSCH, 2005). Embora sua obra tenha sido bem recebida pela comunidade científica de língua alemã, sua difusão internacional ficou restrita por não ter sido traduzida em muitos outros idiomas. É o caso da publicação póstuma de Luhmann intitulada *Die Politik der Gesellschaft* que permanece sem uma versão em inglês. As traduções em português são, em sua maioria, de livros sobre sociologia (RODRIGUES; COSTA, 2018) e, sobretudo, ligados à teoria jurídica. Um segundo argumento, e talvez mais plausível, para explicar a circulação limitada da obra de Luhmann reside na complexidade de sua teoria. Esta exige um nível alto de abstração, desafiando a compreensão comum da pesquisa orientada por hipóteses empíricas (SCHOLL; MALIK, 2019).

Devido, ao menos em parte, aos motivos descritos acima, a recepção das ideias de Luhmann permanece limitada no Brasil (OLIVEIRA; MAIA, 2018). Isto é particularmente visível nos estudos de mídia. Quando comparado, por exemplo, a Jürgen Habermas, Luhmann tem uma ressonância bem menor dentro da pesquisa comunicacional brasileira. Conceituadas compilações de teorias do jornalismo no Brasil (TRAQUINA, 2020a, 2020b) sequer mencionam o trabalho de Luhmann ou o aplica ao campo do jornalismo. A coleção de teorias da comunicação – Teorias da Comunicação, Hoje – de Ciro Marcondes Filho (FILHO, 2016, p. 21–23) dedica um subcapítulo à contextualização feita por Luhmann em relação à alta improbabilidade da comunicação. No entanto, o autor se debruça sobre o desenvolvimento das teorias da comunicação e não sobre a aplicação da teoria dos sistemas ao jornalismo. Além disso, Macondes Filho escreveu um dos artigos

mais relevantes sobre comunicação e ação política, no qual ele traça uma comparação entre os quadros teóricos de Habermas e Luhmann (MARCONDES FILHO, 2008). Há ainda outras publicações acadêmicas que discutem as ideias de Luhmann em relação aos estudos de comunicação, mas elas não dialogam diretamente com o processo jornalístico. Algumas concentram-se em aspectos específicos do pensamento de Luhmann, como a improbabilidade da comunicação e os meios simbolicamente generalizados (QUIROGA; TORT, 2013). Outras analisam a compreensão de Luhmann sobre a esfera pública e o processo democrático (FERNANDES, 2015).

Na América Latina, o campo da comunicação midiática é significativamente marcado pelos estudos culturais consolidados na década de 1980, pelo movimento de transformação social nos anos 1990 e pela expansão dos meios de comunicação comunitários e alternativo no começo do novo milênio (PERTIERRA; SALAZAR, 2020). Na Alemanha, por outro lado, a teoria dos sistemas é considerada "o *mainstream* da pesquisa em jornalismo", o que não significa que outras perspectivas teóricas não sejam utilizadas no país.

> Em contraste com as abordagens mais antigas da teoria do jornalismo, os teóricos dos sistemas não estão essencialmente interessados no que um indivíduo que trabalha em jornalismo faz em uma sociedade, como ele ou ela age e toma decisões, mas como, a um nível superior, diferentes sistemas sociais (tais como a economia ou a política) cumprem diferentes funções sociais (LÖFFELHOLZ; QUANDT; THOMAS, 2004, p. 181)[2].

[2] Todas as citações diretas presentes neste artigo são traduções próprias.

Diante da escassez de estudos voltados a correlacionar os conceitos de Luhmann e o campo jornalístico, este artigo visa discutir as vantagens da utilização das teorias dos sistemas na pesquisa em jornalismo, bem como argumentar de que maneira a teoria dos sistemas podem contribuir para os estudos em jornalismo. A proposta aqui é ajudar a delinear as fronteiras entre comunicação pública e jornalismo, um ponto que vem sendo debatido há décadas dentro dos estudos brasileiros de comunicação. Este estudo se debruça sobre diversas abordagens já estabelecidas sobre a teoria dos sistemas, não tendo, portanto, um carácter inovador. Na verdade, este artigo busca instigar a comunidade acadêmica brasileira a tratar questões críticas que desafiam a prática jornalística a partir de uma nova perspectiva teórica. Para isso, apresento, primeiramente, os fundamentos e os principais instrumentos da teoria geral dos sistemas sociais. Na seção seguinte, demonstro de que maneira Luhmann relaciona seu quadro teórico com a mídia no livro "A realidade dos meios de comunicação" (*Die Realität der Massenmedien)* e como essa obra impactou outros pesquisadores. Na sequência, descrevo como acadêmicos adaptaram a teoria de Luhmann ao jornalismo. Por fim, discuto os benefícios da teoria dos sistemas para a pesquisa em jornalismo e como desenvolver aspectos teóricos diante das rápidas e constantes mudanças nas práticas jornalísticas.

FUNDAMENTOS CENTRAIS DA ABORDAGEM TEÓRICA DOS SISTEMAS DE LUHMANN

Considerando a complexidade da teoria de Luhmann e a ampla dimensão de suas análises, esta subseção busca condensar alguns elementos essenciais de sua teoria social, especialmente aqueles que são essenciais para compreender o pensamento do autor

sobre o sistema dos meios de comunicação (LUHMANN, 2009 [1996]). O propósito é revisar os conceitos gerais de Luhmann em articulação com o jornalismo, conforme proposto por teóricos de mídia que se debruçaram sobre a obra dele (BLÖBAUM, 2004; GÖRKE; KOHRING, 1996; GÖRKE; SCHOLL, 2006; MARCINKOWKI; BRUNS, 2004). Assim, não aspiramos esgotar os conceitos teóricos e estamos cientes de possíveis omissões.

Premissas primárias

A premissa fundamental da teoria dos sistemas estabelece que "sistemas sociais operam de forma autônoma com base na diferenciação funcional em relação ao seu ambiente" (SCHOLL; MALIK, 2019, p. 01, grifo nosso). A partir dessa distinção, o sistema adquire sua unidade e funcionalidade (BORCH, 2011). Esse contraste entre sistema e ambiente é chamado 'diferenciação funcional' e minimiza as pressões ambientais ao construir estruturas internas complexas para lidar com tais interferências. Nas palavras de Luhmann, o sistema 'é' nada mais do que a diferença ao seu ambiente (LUHMANN, 1995a), e sua função é resolver problemas específicos dentro das e para as sociedades (GÖRKE; SCHOLL, 2006). A macro teoria de Luhmann investiga se é possível estabelecer uma ordem social e propõe a observá-la cientificamente.

Autonomia e autopoiese

Com base na obra do biólogo chileno Humberto Maturana, Luhmann utiliza o conceito de ***autopoiese*** (produção e reprodução das operações fundamentais dos sistemas) para descrever o desempenho recursivo de sistemas autorreferenciais. Em outras

palavras, autopoiese significa a autoprodução e a cópia da comunicação nos sistemas sociais e a consciência nos sistemas psíquicos. Em suas palavras, os sistemas autopoiéticos "não apenas produzem e mudam suas estruturas", mas "tudo o que é usado como unidade pelo sistema é produzido como unidade pelo próprio sistema" (LUHMANN, 1995a, p. 03). A autopoiese refere-se apenas ao nível operacional do sistema, não envolve o domínio do ambiente externo. Em suma, os sistemas sociais são autorreferenciais, auto-organizados e autorreprodutivos. "É possível determinar um modo de operação que é encontrado apenas naquele sistema" (BARALDI; CORSI; ESPOSITO, 2021, p. 38). "A autopoiese dos sistemas sociais se baseia em seu componente elementar: a comunicação" (SCHOLL; MALIK, 2019). Os sistemas sociais existem ao passo que estabelecem limites em relação aos seus ambientes externos, ou seja, a premissa central da autonomia. No entanto, autonomia não deve ser confundida com autarquia, o que implica que os sistemas sociais não podem ser influenciados pelo seu ambiente. Por outro prisma, Luhmann considera que os sistemas sociais são fechados em relação à sua função e operações básicas, mas abertos em termos de estrutura. Pode-se entender a autonomia dos sistemas como a seleção autodeterminada de influências ambientais (SCHOLL; MALIK, 2019).

A consequência radical dos conceitos de autonomia e autopoiese é representada pela "remoção" da consciência, do sujeito, do indivíduo ou do ator. Mais precisamente, o sujeito é colocado nos sistemas psíquicos e, assim, no ambiente externo dos sistemas sociais. Luhmann desconstrói o sujeito e o estabelece como referências de sistemas. Não há espaço para individualismo metodológico, apenas para o holismo social. A teoria de Luhmann substitui o sujeito por uma realidade composta por sistemas autorreferenciais e operações observáveis. Isso significa que as pessoas são excluídas dos sistemas sociais. Essa mudança de paradigma simbolizada pela interrupção da tradição teórico-sujeito é

uma das postulações mais controversas de Luhmann: só a comunicação pode comunicar.

> Naturalmente, ainda pode-se afirmar que os seres humanos agem. Mas como isso sempre ocorre em situações, resta saber se e em que medida a ação é atribuída ao ser humano enquanto indíviduo ou à situação. Se alguém quiser decidir sobre essa questão, é preciso observar o processo de atribuição ao invés do ser humano na situação (LUHMANN, 1995b, p. 44).

Acoplamento estrutural

As sociedades modernas, ao contrário das pré-modernas, são funcionalmente diferenciadas. Isso significa que todo sistema social moderno cumpre uma função específica, evitando redundância. Um sistema social não pode desempenhar a função de outro. Isso torna a sociedade moderna, por um lado, altamente efetiva na resolução de seus problemas (SCHOLL; MALIK, 2019). Por outro lado, torna as sociedades modernas vulneráveis, pois nenhum sistema (como a religião nas sociedades pré-modernas) pode controlar outros sistemas, pois nenhum deles encontra-se em uma posição hierárquica superior. Desse modo, os sistemas sociais são estruturalmente acoplados - eles estabelecem relações de observação mútua de sistemas autopoiéticos, contando com as complexidades uns dos outros para desenvolver complexidades internas - e interdependentes (*ibid*).

Dito isso, é fundamental notar que a autoseleção e a autonomia do sistema não são contestadas pelo conceito de acoplamento estrutural ou interpenetração (LUHMANN, 1995b, p.

214). Ademais, não existe hierarquia de subsistemas sociais e, em particular, não existe representação do todo por nenhuma de suas partes. Por exemplo, o sistema político coexiste com outros sistemas funcionais da sociedade e, embora a política permita decisões coletivas vinculadas, ela não é central ou está acima dos sistemas econômicos ou legais. A economia também não é considerada um sistema dominante, como formulado em termos marxistas (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Tal hierarquia seria incompatível com os pressupostos da diferenciação funcional e fechamento operativo (autorreferencialidade e autopoiese) dos sistemas (ALBERT, 2016). Embora a teoria de Luhmann também trate de política, ela não se caracteriza como uma teoria política. Para o sociólogo, a teoria dos sistemas seria uma "autodescrição reflexiva que integra e está dentro do sistema político" (*ibid*).

Epistemologias construtivistas radicais

Os sistemas sociais não são um componente ontológico. Eles se relacionam estritamente com o observador, seja por auto-observação ou por um observador externo, como cientistas ou jornalistas (SCHOLL; MALIK, 2019). Aqui Luhmann substitui a distinção clássica entre sistemas 'fechados' e 'abertos' "pela questão de como o fechamento autorreferencial pode criar abertura" (LUHMANN, 1995a, p. 09). A partir dessa mudança de paradigma, é possível considerar a autodescrição, a auto-observação e a autossimplificação em meio aos sistemas. Assim, com essa modificação, é possível discernir a diferenciação sistema-ambiente externo a partir da perspectiva de um observador (por exemplo, um jornalista) da distinção sistema-ambiente aplicada pelo próprio sistema.

> Relações reflexivas desse tipo não só revolucionam a epistemologia clássica sujeito-objeto e desdogmatizam e 'naturalizam' a teoria da ciência: elas também produzem uma compreensão muito mais complexa de seu objeto através de uma concepção teórica mais complexa (LUHMANN, 1995a, p. 09).

Comunicação

A comunicação é considerada uma tríplice cadeia de seleção de possibilidades e não um simples enunciado. Os sistemas sociais só são capazes de observar sentidos com base em diferentes códigos e programas. Os sistemas funcionais se diferenciam a partir de códigos específicos e comunicações particulares geradas de forma simbólica (ALBERT, 2016; GÖRKE; KOHRING, 1996; LUHMANN, 1995a). O mecanismo principal refere-se à codificação binária de cada sistema. Por exemplo, a posse ou ausência de poder dentro do sistema político ou o código legal/ilegal existente dentro do sistema jurídico. Em outras palavras, sistemas funcionalmente diferenciados são especializados em um tipo específico de comunicação, a qual é determinado por seus códigos particulares (BECHMANN; STEHR, 2011). A autonomia funcional permite que a sociedade moderna seja eficaz, mas obriga cada sistema a observar a operação ativa de outros sistemas.

Luhmann descreve a comunicação como uma "unidade de três partes" (LUHMANN, 1995b, p. 142): informação (seleção de informação a partir de uma gama de possibilidades de significados); enunciado (uma citação oriunda de um processo deliberativo; o motivo pelo qual a informação selecionada é veiculada) e compreensão (a observação da diferença entre informação e enunciado – isto é, a informação veiculada – deve ser compreendida por outros). Essa distinção entre informação e o ato de enunciar

oferece um grande potencial de análise. Ambas as seleções exigem uma interpretação significativa do comunicador.

Em suma, a sociedade é produzida e reproduzida por meio da comunicação (não por pessoas ou ações). Isso significa que um sistema social é composto por comunicação (a unidade fundamental da autoconstituição do sistema) e sua atribuição de atividades (equipe de auto-observação e descrição). A seção a seguir discute como Luhmann aplicou a teoria dos sistemas operacionalmente fechados ao campo dos meios de comunicação de massa.

A REALIDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A obra *The Reality of Mass Media* (1996) é considerada crucial, pois Luhmann, pela primeira vez, descreveu os meios de comunicação de massa como "um dos sistemas funcionais da sociedade moderna, que como todos os outros, deve sua maior eficácia à diferenciação, ao fechamento operacional e à autonomia autopoiética dos sistemas em questão" (LUHMANN, 2009 [1996], p. 17). O livro suscitou diversas discussões na própria mídia, a qual se posicionou contra as ideias de Luhmann (BECHMANN; STEHR, 2011). O autor propõe um sistema de mídia de massa baseado em três áreas programáticas: notícia/reportagem, propaganda e entretenimento (LUHMANN, 2009). Baseado no 'construtivismo operacional' – uma perspectiva que não nega a existência de uma realidade externa, mas a considera inacessível ao observador –, o eixo articulador do livro, assim como seu título, refere-se à dupla função dos meios de comunicação de massa.

A primeira 'realidade dos meios de comunicação' faz alusão a não reflexão ou espelhamento de uma realidade observada pela própria mídia. Pelo contrário, os meios de comunicação constroem

uma realidade sobre a qual eles comunicam diariamente por meio de notícias, propaganda e entretenimento. A realidade construída por meio da produção de sentido é resultante de um processo de seleção. A legitimidade dessa realidade pode ser preservada sob a condição de que a forma como ela é produzida, criada e consumida nos seja apresentada (LUHMANN, 2009). Esse pressuposto reformulou radicalmente a perspectiva da pesquisa em comunicação de massa. O interesse de Luhmann está centrado na forma como a mídia constrói as realidades e não como ela as distorce. Para discutir distorção, seria necessário considerar uma realidade ontológica, objetiva e acessível, a qual poderia ser compreendida sem o aspecto da construção (*ibid*). O que a mídia transmite como 'real' é uma mera criação dela mesma. Por sua vez, a segunda 'realidade dos meios de comunicação' se aplica à sequência estrutural de funcionamento do próprio sistema, ou seja, sua sequência de observação do processo que gera a realidade para si e para os outros. Nas palavras de Luhmann, "[o] que observamos agora é uma duplicação da realidade que ocorre no sistema observado dos meios de comunicação" (LUHMANN, 2000, p. 04). Portanto, os meios de comunicação podem distinguir entre autorreferência (presente em todos os modos de operação) e outras referências externas (*Fremdreferenz*) relacionadas a contextos e ambientes. Temas constroem a memória dos meios de comunicação, produzindo uma realidade de segunda ordem para outras comunicações (LUHMANN, 2000, p. 97), além de constituírem o acoplamento estrutural a outros sistemas sociais.

Luhmann considera que a invenção das tecnologias de disseminação (impresso, rádio, televisão e internet) são elementares para a fundação de um sistema de diferenciação do sistema midiático. O autor define meios de comunicação de massa como "todas aquelas instituições da sociedade que utilizam meios técnicos de reprodução para difundir comunicação" (LUHMANN, 2000, p. 02). O aspecto mais relevante de seu conceito é que "não ocorre interação entre emissor e receptor na presença de ambos" (*ibid*).

Como em outros sistemas funcionais, um código binário produz e constantemente reproduz a sequência de operações no sistema, bem como a diferença entre o sistema e seu ambiente externo. Na mídia de massa, essa forma de comunicação é determinada pelo código específico de informação/não-informação (LUHMANN, 2009, p. 28). Esta antítese será discutida nas seções seguintes. Por ora, vale observar que o código informação/não-informação complementa nossa compreensão como pesquisadores do campo jornalístico, mas parece inadequado para os campos da propaganda ou do entretenimento (GÖRKE; SCHOLL, 2006).

Além de criar uma memória social que permita a continuidade da comunicação, a função dos meios de comunicação consiste em "dirigir a auto-observação do sistema social" (LUHMANN, 2000, p. 97), comunicando ao público acontecimentos escolhidos de acordo com o código de informação/não-informação. Apesar das críticas, as quais abordarei na seção seguinte, a perspectiva de Luhmann sobre a mídia impacta três aspectos principais do campo da comunicação (BECHMANN; STEHR, 2011). Primeiramente, o autor rompe a relação causal entre meios de comunicação e sociedade, que busca efeitos diretos da manipulação deliberativa da mídia. A mídia influencia a opinião pública ao passo que ela define e enquadra a agenda pública. Sendo assim, não há impacto imediato. Sua segunda contribuição é reconhecer que a mídia não transmite 'a' verdade, mas estrutura os assuntos do dia e garante a veiculação de novas informações. A mídia de massa é constituída pela seleção de programas de comunicação recursivos e autorreferenciais, e a sua função não é condicionada por valores externos como justiça e objetividade (LUHMANN, 2009). Por fim, partindo do princípio de que os meios de comunicação trabalham seletivamente, pode-se afirmar que eles não espelham, mas sim constroem sua realidade.

CRÍTICAS À 'A REALIDADE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO'

A teoria dos sistemas proposta por Luhmann inspirou muitos trabalhos empíricos em jornalismo, principalmente entre os acadêmicos de língua alemã (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Os conceitos teóricos e instrumentos estabelecidos pelo autor foram, em termos gerais, bem recepcionados pela comunidade acadêmica, ainda que algumas de suas reflexões tenham sido fortemente criticadas. Görke (2008, p. 178-179) aponta quatro principais críticas à teoria dos meios de comunicação de Luhmann, destacando algumas contradições derivadas do próprio trabalho anterior de Luhmann. Primeiramente, o conceito de mídia fundamentado na comunicação sem interação enquanto critério definidor para um sistema social é inconsistente com a própria teoria dos sistemas sociais. Görke (2008) argumenta que interação não é algo incomum em outros sistemas (sistemas políticos, econômicos ou mesmo jurídicos). Sendo assim, por que o sistema midiático deveria ser o único a excluir a possibilidade de inter-relação? Além disso, comunicação sem interação também acontece em outros sistemas (GÖRKE; SCHOLL, 2006).

Em segundo lugar, o autor afirma que utilizar 'técnica' como base para delimitação conceitual é, nesse contexto, uma escolha contraditória. Ao colocar 'Luhmann contra Luhmann', Görke (2008, p. 178–179) pontua que – "a tecnologia como critério delimitador não faz sentido". Luhmann distingue o sistema midiático baseado no critério da distribuição técnica (impresso, rádio, TV e internet). O problema aqui não é, necessariamente, a separação entre comunicação de massa e comunicação interpessoal, mas sim a contradição no âmbito da teoria dos sistemas. Segundo o próprio Luhmann, a única maneira de delinear as fronteiras de um sistema funcional é identificando estruturas de sentido-significado (temas,

comunicação simbólica em geral), isto é, a função do sistema. Em terceiro lugar, o uso do código informação/não-informação parece problemático tendo em vista que o termo 'informação' indica, concomitantemente, uma das três etapas de seleção que Luhmann define como comunicação. Em outras palavras, onde quer que ocorra contato dentro da sociedade e de seus sistemas, a seleção de informações também ocorre. Informação faz parte da comunicação em um sentido amplo (GÖRKE, 2008, p. 178). Em quarto lugar, como discutido anteriormente, Luhmann examina a prática jornalística entendo-a como um programa midiático, assim como a publicidade e o entretenimento. No entanto, Luhmann não justifica de forma persuasiva o que as três áreas têm em comum para compor um sistema social com fronteiras e ambientes compartilhados (GÖRKE; SCHOLL, 2006; SCHOLL; MALIK, 2019). Portanto, segundo os críticos, os três programas desempenham funções diferentes e, por essa razão, devem ser diferenciados entre si (*ibid*).

TEORIA DOS SISTEMAS APLICADA AO CAMPO JORNALÍSTICO

Embora Luhmann tenha aplicado as teorias da diferenciação e dos sistemas aos meios de comunicação, o sociólogo não chegou a conceber uma teoria específica do jornalismo. Ele nunca demonstrou grande interesse em descrever a função do jornalismo. Ao invés disso, dedicou-se a apreender como uma sociedade diferenciada pode compartilhar uma realidade comum (KOHRING, 2016). Manfred Rühl (1969) foi o primeiro pesquisador alemão a destacar as vantagens da teoria dos sistemas para debater jornalismo. A obra de Rühl tornou-se referência nos estudos de jornalismo alemão, pois foi a primeira publicação a focar nos sistemas sociais organizados e não nos atores jornalísticos. Para identificar o ambiente jornalístico

e distingui-lo de outros sistemas sociais altamente complexos, como a propaganda e as relações públicas, é necessário localizar a função única do jornalismo. Rühl (1980, p. 319) constata que a função primordial do jornalismo é produzir e apresentar temas de interesse público. Após refinar sua definição do processo jornalístico, Rühl (2008) passou a caracterizá-lo como:

> uma imposição de temas selecionados e variados de comunicação persuasiva (às vezes manipuladora), melhorando de forma deliberativa a legibilidade, a abrangência e a transparência da população mundial. [...] Sobretudo, o jornalismo reanalisa temas e informações de produção de sentido a partir de uma relação interdependente com normas e valores socialmente aceitos [...] (RÜHL, 2008, p. 32).

Segundo Kohring (2016), uma teoria do jornalismo fundamentada na teoria dos sistemas busca "limites comunicativos que façam sentido" (KOHRING, 2016, p. 168). Ao se refletir sobre jornalismo enquanto um sistema funcional (ou seja, autônomo e autodeterminado), as seguintes questões emergem:

a) Pode-se descrever e definir o jornalismo e o ambiente externo ao sistema jornalístico de forma compreensiva?

b) Pode-se determinar uma dimensão de sentido que se adeque exclusivamente à comunicação jornalística?

c) Qual é a comunicação simbólica generalizada derivada do sistema (seu código binário)?

d) Qual é a função social do jornalismo e qual problema social precisa ser resolvido pela formação de um sistema jornalístico? (KOHRING, 2016).

Em síntese, a partir das teorias da diferenciação e dos sistemas, é necessário que exista um problema social a ser resolvido para que a questão do *sensemaking* seja respondida. Somente sob essa condição é possível traçar uma fronteira (comunicativa) entre o sistema (jornalístico) e seu ambiente. De acordo com a premissa da teoria da diferenciação, a crescente complexidade, seletividade e contingência da sociedade moderna demandam diferenciação funcional dos sistemas sociais (política, direito, ciência e jornalismo). Cada um deles desempenha uma função crucial em nome da manutenção da ordem social (HANITZSCH, 2005).

Um amplo debate baseado na teoria dos sistemas surgiu nos estudos de jornalismo alemães na década de 1990 a partir da tese de Marcinkowski (1993). Baseado na teoria da diferenciação de Luhmann, o autor (1993) discute o *Publizistik* como um sistema social funcional, descrevendo o jornalismo como produto da diferenciação interna do sistema editorial, ou seja, seu subsistema. Nesse sentido, o público faria parte do sistema *Publizistik*. Ainda assim, o sistema funcional é o ambiente interno do jornalismo. Desse modo, o jornalismo é considerado independente da audiência, apesar do acoplamento estrutural em relação à atenção. O código binário proposto seria publicado/não-publicado. No entanto, como afirmam Scholl e Weischenberg (1998a), existem algumas terminologias imprecisas na obra de Marcinkowski. Na prática, ainda segundo eles, toda a observação do sistema editorial parece derivar do jornalismo. Ademais, não é estabelecida nenhuma diferenciação entre jornalismo e outras formas de publicação não noticiosas como livros.

Blöbaum (2004) argumenta que o jornalismo floresceu ao longo de sua história como um sistema funcional da sociedade moderna, desenvolvendo sua estrutura na forma de organizações jornalísticas (mídia de massa, corporações midiáticas e redações), programas (pesquisa, seleção, apresentação e coordenação) e funções (jornalística e pública). Para o autor, a função primária do

jornalismo é mediar informações atuais. Como qualquer outro sistema social, ele consiste na comunicação e deve selecionar, no meio de um fluxo intenso de informações, quais dados serão considerados relevantes ou irrelevantes (BLÖBAUM, 2016). O autor enfatiza a relativa autonomia do jornalismo sem negar que os jornalistas trabalhem sob limitações. No entanto, essas 'irritações' são entendidas como influências ambientais da teoria dos sistemas. Nesse sentido, o sistema jornalístico está conectado aos seus ambientes externos de forma diferente, o que pode ser um problema. Contudo, essas relações interdependentes ou acoplamentos estruturais entre sistema e ambiente externo são percebidas, fundamentalmente, a partir de sua importância para mudanças estruturais no jornalismo (BLÖBAUM, 2016). A compreensão do jornalismo como um sistema social funcional fornece diferentes posicionamentos dentro da pesquisa em jornalismo em relação ao *design* do sistema e de seus meios simbólicos de comunicação de forma geral (código binário). Alguns estudiosos também inserem o jornalismo no subsistema da esfera pública (*Öffentlichkeit*) ou da comunicação pública.

Como qualquer outro sistema social, o jornalismo opera, em grande medida, de forma autônoma ou, nos termos da teoria dos sistemas, autorreferencial e autopoiético. Assim, a abordagem jornalística precisa decidir, por meio de um código binário ou de sua distinção norteadora, quais temas devem ser comunicados pelo sistema jornalístico e quais pertencem ao seu ambiente externo (MEIER, 2007). O código binário é a pré-condição do jornalismo, mas sua definição varia dentro da literatura – informação/não-informação (BLÖBAUM, 1994; LUHMANN, 2009 [1996]), publicado/não-publicado (MARCINKOWSKI, 1993), associação de multissistema/não-associação de multissistema (KOHRING, 1997), real/não-real (GÖRKE, 1999) ou veiculada/não-veiculada (WEISCHENBERG, 2014). Autonomia, no entanto, não exclui o contato com o ambiente externo. Um estímulo externo pode iniciar

a automudança, de acordo com sua lógica interna. “Do ponto de vista da estrutura ou ‘programas’, os sistemas são abertos ao ambiente” (GÖRKE; SCHOLL, 2006, p. 648). A mudança estrutural é uma característica fundamental dos sistemas sociais. Ao ajustar os elementos estruturais, os sistemas sociais se adaptam ao seu ambiente. Como mencionado anteriormente, essa capacidade de interagir e modificar estruturas descritas como “acoplamento estrutural” permite a inovação (BLÖBAUM, 2004).

Segundo Matthias Kohring (2016), essa fórmula de auto-observação para descrever a função primordial do jornalismo no decorrer de seu desenvolvimento teórico é coerente e plausível. No entanto, a maioria das tentativas de teoria emprega um “conceito indefinido e vago de informação” (KOHRING, 2016, p. 170). Assim como Marcinkowski (1993), o sociólogo Jürgen Gerhard (1994) define a função do sistema como uma auto-observação da sociedade, mas ele oferece um conceito mais específico de informação. O autor categoriza a esfera pública como um sistema social. A função de auto-observação é descrita como a produção de atenção a temas específicos ou temas relevantes para a sociedade. Atenção versus não-atenção é o código binário proposto (GERHARDS, 1994, p. 87-89). No entanto, de acordo com Kohring (2016), chamar a atenção para temas específicos é a condição fundamental para o sucesso da comunicação dentro de todos os outros sistemas sociais, incluindo propaganda e relações públicas.

Kohring (1997) também conceitua a “esfera pública” como um sistema social. “A diferenciação funcional da sociedade levou a interdependências e influências complexas” (KOHRING, 2016, p. 171). Em outras palavras, devido à diferenciação funcional da sociedade moderna, “aumentam as relações interdependentes entre sistemas funcionais, mas a integração dos sistemas funcionais se torna um novo problema a ser resolvido” (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Desse modo, esse sistema funcional tem sido diferenciado

para garantir uma observação contínua dos eventos dentro da sociedade para formar expectativas ambientais mútuas, não baseadas na auto-observação do respectivo sistema (KOHRING, 1997). Em outras palavras, a função do sistema 'esfera pública' consiste em "gerar e comunicar observações sobre interdependência, isto é, relações interdependentes e complementares de uma sociedade funcionalmente diferenciada" (KOHRING, 1997, p. 248). O jornalismo é usado para descrever um sistema de serviço dominante dentro da esfera pública. Ele se comunica através da associação de eventos multissistemas de código binário e, portanto, o autor sugere o código associação multissistema/não-associação multissistema. O jornalismo como sistema funcional da esfera pública monitora o ambiente e considera se esses eventos pertencem aos vários outros sistemas, ou seja, se eles podem adquirir significados além de sua estrutura. O processo jornalístico baseia sua decisão em aspectos como novidade e relevância (*ibid*.). Um acontecimento não é veiculado por ter ocorrido dentro de um sistema social, mas sim por sua habilidade (do ponto de vista jornalístico) de provocar e estimular ressonância em pelo menos um outro sistema (KOHRING, 2016). A perspectiva de Kohring se diferencia de outras como as de Luhmann, Marcinkowski e de Gerhards pelo fato de não considerar a difusão midiática como um requisito crucial para a comunicação (SCHOLL; WEISCHENBERG, 1998b). A difusão técnica da comunicação não é critério para a definição do sistema funcional.

Hanitzsch também aborda a esfera pública como um sistema social para permitir a "coorientação social" (HANITZSCH, 2005). Porém, para diferenciar o jornalismo das demais áreas da comunicação pública, o autor traça três dimensões. Reportagem, entretenimento e publicidade podem até se sobrepor, mas esses três formatos têm seus princípios próprios para gerenciar a informação e distingui-la da não-informação. O autor acrescenta 'relações públicas' ao modelo de comunicação pública e classifica os quatro

formatos de acordo com os valores da informação (factual/ficcional) e os objetivos pretendidos.

COMO A TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS PODE CONTRIBUIR PARA OS ESTUDOS EM JORNALISMO?

Como vimos, a pesquisa em jornalismo alemã foi, até certa medida, influenciada pelo arcabouço teórico dos sistemas sociais funcionais de Luhmann. A popularidade com a qual a teoria se propagou é justificável se levarmos em conta suas vantagens. Kohring (2016, p. 173-174) e outros estudiosos (GÖRKE; SCHOLL, 2006; SCHOLL; MALIK, 2019) sintetizaram os pontos essenciais da teoria dos sistemas ao articular seus conceitos com a pesquisa em jornalismo.

Primeiramente, a teoria permite uma compreensão original do significado social da comunicação jornalística. Uma compreensão que não é ofuscada por pressupostos normativos (KOHRING, 2016, p. 173-174). Um dos principais resultados do emprego da teoria dos sistemas é a renúncia às comparações entre a realidade produzida pelo jornalismo e o mundo "real", pois cada sistema constrói sua própria realidade. Sob a óptica da teoria dos sistemas, examinar se o sistema político ou as relações públicas impactam o jornalismo acaba sendo menos importante. O primordial é apreender como o jornalismo reage aos inúmeros obstáculos externos que vêm desafiando sua identidade, independência e credibilidade (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Além disso, a teoria dos sistemas beneficia o trabalho dos comunicólogos, pois fornece uma terminologia muito mais inteligível das ferramentas disponíveis até então, permitindo uma distinção entre jornalismo e outras formas de comunicação pública.

Subsequentemente, fundamentada nos três passos da comunicação (informação/enunciado/compreensão), a teoria dos sistemas viabiliza o desenvolvimento de uma visão original sobre a relevância da seletividade da audiência. Fica explícito que o público não está situado no sistema jornalístico. Pelo contrário, o público é parte indispensável do jornalismo (KOHRING, 2016, p. 173–174). Dessa maneira, o foco da abordagem não está na compreensão psicológica dos efeitos da mídia (GÖRKE; SCHOLL, 2006). Por fim, devido ao forte contraste entre os meios de difusão (técnicos) e os meios de comunicação simbolicamente generalizados (código binário de operação), é necessário haver uma diferenciação estrita entre jornalismo e meios de comunicação de massa. Por esse motivo, pode-se afirmar teoricamente que nem tudo que é veiculado pela mídia pode ser considerado jornalismo (KOHRING, 2016, p. 173-174).

TRANSFORMAÇÕES NO JORNALISMO, DISSOLUÇÃO DE FRONTEIRAS E A ABORDAGEM SISTÊMICA

Enquanto alguns acadêmicos profetizam o desaparecimento do jornalismo baseados na visão de que essa atividade poderá se tornar obsoleta ante um ambiente radicalmente alterado, outros sugerem o estabelecimento de um novo conceito do sistema jornalístico. Em outras palavras, a própria teoria precisa se adaptar às mudanças sofridas pelo jornalismo (LÖFFELHOLZ; QUANDT; THOMAS, 2004). Blöbaum (2004) também observa que transformações estruturais – em organizações, programas e funções – tornarão a definição do jornalismo e de suas fronteiras mais rigorosas. Identificar o que é jornalismo é o desafio da teoria atual do jornalismo. Por exemplo, é possível identificar em meio às organizações jornalísticas múltiplas operações que já não são

condizentes com a função elementar do jornalismo, isto é, fomentar uma esfera pública. As organizações buscam trabalhar de forma eficiente em termos de custos e definir suas metas editoriais a partir da produção de informações, entretenimento e serviços. Nos termos da teoria dos sistemas, esse processo pode ser entendido como uma 'evolução' (uma mudança estrutural radical que desafia a identidade do sistema). Blöbaum (2016) não considera que esse processo seja um indicador da extinção do jornalismo em face de sua perda de identidade. O autor afirma que uma parte ínfima do processo jornalístico permanece respaldada por sua função central, enquanto outros elementos – propaganda, relações públicas ou economia – assumem uma função de unidade interpenetrada.

Sobretudo a partir do advento da internet e das redes sociais – e da incorporação delas à comunicação social –, comunicólogos vêm aplicando a noção de dissolução das fronteiras do jornalismo (NEUBERGER, 2009). No entanto, tal noção antagoniza conceituações baseadas na teoria dos sistemas, uma vez que a diferenciação, ou seja, traçar linhas de demarcação e fazer distinções, é crucial para sua formulação teórica (LOOSEN, 2015, 2016). Apesar dessa ruptura hipotética inicial, Loosen (ibid.) define o caráter fluído das fronteiras *(de-boundedness/* "***des-limitação***"), mais precisamente, sob a perspectiva da teoria dos sistemas. Esse fenômeno pode ser explicado acerca do surgimento evolutivo das novas estruturas jornalísticas, da progressão coevolutiva entre o jornalismo e o seu ambiente externo, bem como da interpenetração (acoplamento estrutural) entre o jornalismo e outros sistemas sociais. A autora estabelece ainda uma distinção entre o termo des-limitação ('*de-boundedness*') – relacionado a fenômenos de dissolução das fronteiras que podem ser observados diariamente de forma empírica – e desdiferenciarão ((*de*)-*differentiation*) – relacionado a aspectos teóricos. A análise das fronteiras fluídas dos sistemas desenvolvida na Alemanha também foi aplicada ao campo jornalístico.

Loosen (*ibid*), alicerçada nas ideias de Luhmann, descreve as transformações acadêmicas na área do jornalismo como uma oscilação entre diferenciação e desdiferenciação, classificando tais processos como parte de uma ordem (des)diferenciada. A autora também argumenta que "enquanto nos preocupamos com a 'dissolução das fronteiras', as fronteiras subjacentes permanecem sendo um objeto relevante da matéria" (LOOSEN, 2015, p. 76). A questão crucial aqui é até que ponto outros tipos de comunicação pública ameaçam a função social do jornalismo. No entanto, como apontam Pörksen e Scholl (2011), a discussão que enfatiza o processo de 'des-limitação' (*de-bounding*) é, sobretudo, um pronunciamento 'genérico' para todas as mudanças e transformações jornalísticas. Os fenômenos são, em sua maioria, corroborados empiricamente por meio de métodos secundários. Por essas razões, pesquisadores recomendam levar-se em consideração diferentes níveis de análise para que se possa distinguir **os** fenômenos citados acima: nível macro (por exemplo, o aumento da concentração midiática e a interação com sistemas econômicos ou políticos); nível meso (por exemplo, a (des)vinculação entre departamentos editoriais e de marketing); nível micro (por exemplo, a vaga distinção entre empreendimentos jornalísticos centrais e não profissionais) e níveis de cobertura midiática (a fusão de informações, entretenimento e comentários). Mesmo a desvinculação entre jornalismo e suas funções públicas, entre conteúdo jornalístico e conteúdo gerado pelo público, produção e recepção implica formas de diferenciação ou leva a diferentes formas de inclusão ampla no jornalismo. De qualquer modo, Loosen (*ibid*) observa que "as fronteiras laboriosamente traçadas [...] devem ser submetidas a uma nova discussão sob a relação alterada da comunicação na sociedade e serem, em parte, redefinidas" (LOOSEN, 2015, p. 78). Esse ajuste das ferramentas analíticas inclui, necessariamente, o espaço de comunicação que surgiu com a internet. O ponto de partida da investigação sempre envolve "traçar linhas de demarcação"

(LOOSEN, 2015, p. 74), definindo assim o sistema e seus ambientes externos (meios de comunicação, jornalismo, esfera pública, internet etc.). A análise baseia-se no acoplamento estrutural ou relações interdependentes entre sistemas em uma segunda etapa. A terceira fase de análise compreende a questão da desdiferenciação e a dissolução das fronteiras previamente demarcadas.

CONCLUSÃO

Desde a década de 1990, vários estudiosos se empenham em aplicar a teoria dos sistemas sociais de Luhmann ao campo jornalístico, como demonstramos. O jornalismo foi configurado como um sistema social, ou seja, uma unidade social complexa que está entrelaçada com outros sistemas sociais (BLÖBAUM, 2016). Outros acadêmicos caracterizam o jornalismo como parte de um sistema abrangente da esfera pública (GERHARDS, 1994; GÖRKE, 1999; HANITZSCH, 2005; KOHRING, 1997). Em relação à forma como o jornalismo constrói realidades, isso não é resultado da ação de indivíduos, mas de diversos processos de comunicação em meio a ambientes externos do sistema (WEISCHENBERG; MALIK, 2008). Ao empregar a distinção entre sistema e ambiente externo como parte do aparato teórico, essa abordagem concentra-se em funções e estruturas do jornalismo e não em atores individuais. Até que ponto o jornalismo realiza uma função única para a sociedade (seja individualmente ou associado a outras áreas da comunicação pública) permanece sendo uma discussão relevante (ibid.). Questões fundamentais de pesquisa contemporânea relacionam-se às definições e delimitações das fronteiras do jornalismo, as quais podem ser escrutinadas através das lentes da teoria dos sistemas (WEISCHENBERG; MALIK, 2008).

REFERÊNCIAS

ALBERT, M. “Luhmann and Systems Theory”. *In*: ALBERT, M. (ed.). **Oxford Research Encyclopedia of Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

BARALDI, C.; CORSI, G.; ESPOSITO, E. **Unlocking Luhmann**: a keyword introduction to systems theory. Bielefeld: Transcript, 2021.

BECHMANN, G.; STEHR, N. “Niklas Luhmann’s Theory of the Mass Media”. **Society**, vol. 48, n. 2, 2011.

BLÖBAUM, B. **Journalismus als soziales System**: Geschichte, Ausdifferenzierung und Verselbständigung. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1994.

BLÖBAUM, B. “Organisationen, Programme und Rollen. Die Struktur des Journalismus in systemtheoretischer Perspektive”. *In*: LÖFFELHOLZ, M. (ed.). **Theorien des Journalismus**: ein diskursives Handbuch. Wiesbaden: Verlag für Sozialwiss, 2004.

BLÖBAUM, B. “Journalismus als Funktionssystem der Gesellscha!” *In*: LÖFFELHOLZ, M.; ROTHENBERGER, L. (eds.). **Handbuch Journalismustheorien**. Wiesbaden: Springer, 2016.

BORCH, C. **Niklas Luhmann**. New York: Routledge, 2011.

FERNANDES, L. C. C. “Luhmann e as redes sociais”. **Culturas Midiáticas: Revista do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba**, vol. 14, 2015.

MARCONDES FILHO, C. J. R. "Comunicação e ação política no contínuo mediático. Luhmann contra Habermas. E nós contra todos". **Revista Galáxia**, vol. 15, 2008.

MARCONDES FILHO, C. J. R. **Teorias da comunicação, hoje**. São Paulo: Editora Paulus, 2016.

GERHARDS, J. "Politische Öffentlichkeit. Ein system- und akteurstheoretischer Bestimmungsversuch". **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, Januar, 1994.

GÖRKE, A. **Risikojournalismus und Risikogesellschaft Sondierung und Theorieentwurf**. Berlin: Verlag Fur Sozialwissenschaften, 1999.

GÖRKE, A. "Perspektiven einer Systemtheorie öffentlicher Kommunikation". *In*: WINTER, C. *et al*. (eds.). **Theorien der Kommunikations- und Medienwissenschaft**: grundlegende Diskussionen, Forschungsfelder und Theorieentwicklungen. Medien, Kultur, Kommunikation. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2008.

GÖRKE, A.; KOHRING, M. "Unterschied, die Unterschied machen: Neuere Theorieentwürfe zu Publizistik, Massenmedien und Journalismus". **Publizistik**, vol. 41, n. 1, 1996.

GÖRKE, A.; SCHOLL, A. "Niklas Luhmann's Theory of Social Systems and Journalism Research". **Journalism Studies**, vol. 7, n. 4, 2006.

HALLIN, D. C.; MANCINI, P. **Comparing media systems**: three models of media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HANITZSCH, T. “Journalism Research in Germany”. **Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Florianopolis: UFSC, 2005.

KOHRING, M. **Die Funktion des Wissenschaftsjournalismus Ein systemtheoretischer Entwurf**. Wiesbaden: Springer, 1996.

KOHRING, M. “Journalismus als Leistungssystem der Öffentlichkeit”. *In*: LÖFFELHOLZ, M.; ROTHENBERGER, L. (eds.). **Handbuch Journalismustheorien**. Wiesbaden: Springer, 2016.

LÖFFELHOLZ, M. “Heterogeneous - Multidimensional - Competing. Theoretical Approaches to JOurnalism - An Overview”. *In*: LÖFFELHOLZ, M.; WEAVER, D. H. (eds.). **Global journalism research**: theories, methods, findings, future. Malden: Blackwell Pub, 2008.

LÖFFELHOLZ, M.; QUANDT, T.; THOMAS, T. “Systemorientierte Ansätze der Journalismustheorie”. *In*: LÖFFELHOLZ, M. (ed.). **Theorien des Journalismus**: ein diskursives Handbuch. Wiesbaden: Verl. für Sozialwiss, 2004.

LOOSEN, W. “The Notion of the “Blurring Boundaries”: Journalism as a (de-)differentiated phenomenon”. **Digital Journalism**, vol. 3, n. 1, 2015.

LOOSEN, W. “Journalismus als (ent-)di”erenziertes Phänomen”. *In*: LÖFFELHOLZ, M.; ROTHENBERGER, L. (eds.). **Handbuch Journalismustheorien**. Wiesbaden: Springer, 2016.

LUHMANN, N. **Social systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995a.

LUHMANN, N. “Instead of a Preface to the English Edition: On the Concepts 'Subject' and 'Action'“. *In*: LUHMANN, N. **Social systems**. Stanford: Stanford University Press, 1995b.

LUHMANN, N. **The reality of the mass media**. Stanford: Stanford University Press, 2000.

LUHMANN, N. **Die Realität der Massenmedien**. Wiesbaden: Verlag für Sozialwiss, 2009.

MARCINKOWKI, F.; BRUNS, T. “Autopoiesis und strukturelle Kopplung. Theorien zur Analyse der Beziehungen von Journalismus und Politik”. *In*: LÖFFELHOLZ, M. (ed.). **Theorien des Journalismus**: ein diskursives Handbuch. Wiesbaden: Verlag für Sozialwiss, 2004.

MARCINKOWSKI, F. **Publizistik als autopoietisches System Politik und Massenmedien**: Eine systemtheoretische Analyse. Wiesbaden: Springer, 1993.

MEIER, K. **Journalistik**. Konstanz: UTB, 2007.

NEUBERGER, C. “Internet, Journalismus und Öffentlichkeit. Analyse des Medienumbruchs”. *In*: NEUBERGER, C.; NUERNBERGK, C.; RISCHKE, M. (eds.). **Journalismus im Internet**: Profession, Partizipation, Technisierung. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2009.

OLIVEIRA, D. B. DE; MAIA, V. M. “Niklas Luhmann no Brasil: Resistências Acadêmicas ao Estudo da Teoria dos Sistemas”. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, vol. 5, n. 3, 2018.

PERTIERRA, A. C.; SALAZAR, J. F. **Media cultures in Latin America**: key concepts and new debates. New York: Routledge, 2019.

PÖRKSEN, B.; SCHOLL, A. "Entgrenzung des Journalismus. Analysen eines Mikro-Meso-Makro-Problems aus der Perspektive der konstruktivistischen Systemtheorie". *In*: QUANDT, T.; SCHEUFELE, B. (eds.). **Ebenen der Kommunikation**: Mikro-Meso-Makro-Links in der Kommunikationswissenschaft. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2011.

QUIROGA, T.; TORT, P. G. "Contribuições teóricas de Niklas Luhmann: a improbabilidade da comunicação e os meios simbolicamente generalizados". **Conexão: Comunicação e Cultura**, vol. 12, n. 24, 2013.

RODRIGUES, L. P.; COSTA, E. G. "Niklas Luhmann: uma visão sistêmica (e polêmica) da sociedade". **Sociologias**, vol. 20, n. 48, 2018.

RÜHL, M. **Die Zeitungsredaktion als organisiertes soziales System**. Freiburg: Universitätsverlag, 1969.

RÜHL, M. **Journalismus und Gesellschaft**: Bestandsaufnahme und Theorienentwurf. Mainz: Hase und Koehler, 1980.

RÜHL, M. "Journalism in a Globalizing World Society: A Societal Approach to Journalism Research". *In*: LÖFFELHOLZ, M.; WEAVER, D. H. (eds.). **Global journalism research**: theories, methods, findings, future. Malden: Blackwell Pub, 2008.

SCHOLL, A.; MALIK, M. "Systems Theory and Journalism". *In*: SCHOLL, A.; MALIK, M. (eds.). **Oxford Research Encyclopedia of Communication**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

SCHOLL, A.; WEISCHENBERG, S. **Journalismus in der Gesellschaft**: Theorie, Methodologie und Empirie. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1998.

TRAQUINA, N. **Teorias do Journalismo**: Porque as notícias são como são. Florianopolis: Editora Insular, 2020a.

TRAQUINA, N. **Teorias do Journalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianopolis: Editora Insular, 2020b.

WEISCHENBERG, S. **Max Weber und die Vermessung der Medienwelt**: Empirie und Ethik des Journalismus - eine Spurenlese. Wiesbaden: Springer, 2014.

WEISCHENBERG, S.; MALIK, M. "Journalism Research in Germany. Evolution and Central Research Interests". *In*: LÖFFELHOLZ, M.; WEAVER, D. H. (eds.). **Global journalism research**: theories, methods, findings, future. Malden: Blackwell Pub, 2008.

CAPÍTULO 2

Uma Revisão Bibliográfica
sobre as Práticas Jornalísticas Amadoras

UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS PRÁTICAS JORNALÍSTICAS AMADORAS

Claudia Rodrigues

Leonel Aguiar

O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão bibliográfica das nomenclaturas que definem as práticas jornalísticas que não são realizadas pelo jornalista profissional. O procedimento metodológico adotado é a perspectiva apresentada pela pesquisa bibliográfica. A seção inicial aborda a gênese da *new media* impulsionada pela interatividade e facilidade de se expressar em rede através de plataformas livres e colaborativas que transformam cidadãos em produtores de notícia. Na seção seguinte, discute-se a nomenclatura cunhada como "jornalismo amador" para englobar os atos de jornalismo realizados pelos que não exercem a atividade profissionalmente e, em seguida, discrimina-se as vertentes da mídia digital que se descolam ou não do *mainstream* jornalístico. A última seção discorre sobre singularidades e implicações dessas práticas jornalísticas e os processos de apropriação destas produções pelas empresas jornalísticas.

A liberdade de criar e de publicar na Internet, aliada à interatividade permitida pela web 2.0, impulsionaram novas formas de comunicação que extrapolam a esfera das grandes corporações midiáticas ou são por estas apropriadas. Vídeos publicados no *You Tube* e fotos enviadas pelo *Whatsapp* constituem, hoje, parte do conteúdo veiculado pelas empresas jornalísticas. Além disso, parcela significativa dos materiais informativos feitos por pessoas presentes em acontecimentos dramáticos são transmitidos diretamente pela Internet, como aconteceu em episódios como a queda das torres

gêmeas do *World Trade Center*, o furacão Katrina ou a tsunami na Indonésia. Largamente noticiado por testemunhas, o terremoto em Fukushima, no Japão, transformou a *web* em fonte de informação: os 20 vídeos mais assistidos na semana posterior à tragédia tiveram uma audiência de 96 milhões de pessoas e a maioria das imagens não foi captada por jornalistas profissionais, conforme as informações PEW Research Center divulgadas na época, em 2015.

Nas denominadas *jornadas de junho* – os protestos que varreram várias cidades do Brasil, em 2013 –, a cobertura pode ser acompanhada também através do aplicativo *twitcasting* usado por ativistas que foram para as ruas fazer transmissões em tempo real. Bastou a vontade de se expressar, um celular na mão com acesso 3G e a conexão naquela plataforma para que dezenas de cidadãos se transformassem em produtores de informação. A entrada em ação, durante as manifestações, de colaboradores do coletivo midiativista Mídia Ninja – responsável por popularizar o *twitcasting* no Brasil – elevou para 300 mil o pico de visualizações do programa japonês. Algumas imagens foram aproveitadas pelas emissoras de televisão.

Como observa o pesquisador americano Henry Jenkins "graças à proliferação e à portabilidade da informática e de telecomunicações, estamos entrando numa era em que haverá mídia em todos os lugares" (JENKINS, 2008, p. 43). Fundador do grupo de pesquisa "Estudos de Mídia Comparada" do MIT, Jenkins demonstra que novas e velhas mídias colidem criando convergência. A produção de notícias se cruza com a recepção e, em face da replicabilidade nas redes, o alcance da informação é imprevisível.

O atravessamento do noticiário pela participação do leitor ou da audiência é um fenômeno que acontece antes mesmo da era digital. O célebre vídeo que mostra o assassinato do presidente John Kennedy, em 1963, foi feito por alguém que estava na "plateia". O advento da internet facilitou essa aproximação. Os e-mails conectam produtores e receptores (dinâmica que antes ficava restrita à seção

de cartas e ligações telefônicas). A possibilidade de participação na elaboração da notícia gerou o termo "*prosumer*", que funde o polo produtor da informação com o consumidor (BRUNS, 2005).

Dentro do campo aberto pela Comunicação Mediada por Computador (CMC), o jornalismo praticado pelo cidadão vai desde uma simples colaboração ao protagonismo na produção de informação. Dan Gillmor (2006), autor do livro "*We The Media*", alerta para o fato de que nem toda mídia cidadã faz jornalismo cidadão. São estas singularidades entre as práticas adotadas na web que resultam em uma proliferação de rótulos. O leque de denominações engloba jornalismo participativo, jornalismo público, jornalismo cívico, mídia tática, jornalismo *open source* e midialivrismo (que deriva do ativismo digital).

A partir desta plêiade de definições, Aguiar e Barsotti (2011) entendem que o termo "jornalista amador" pode definir a produção de conteúdo feita por quem não é profissional e evocam as teorizações de Nélson Traquina no que tange "a cultura profissional enquanto atributo principal de uma profissão" (AGUIAR; BARSOTTI, 2011, p. 02). A ênfase dada por Traquina recai sobre a questão ética impulsionada pela profissão.

> As notícias são recolhidas e escritas por pessoas cuja ocupação [...] consiste em recolher e escrever notícias. Pode assim dizer-se que os repórteres são especialistas – membros de uma comunidade jornalística que tem as suas tradições, preocupações e formas de fazer as coisas distintas. Inevitavelmente, as notícias refletem o *ethos* especializado da comunidade jornalística e são modeladas pelas suas estruturas e processos mesmo que a intenção das notícias seja falar sobre, e englobar as preocupações gerais do cidadão comum (TRAQUINA, 2013, p. 23).

É preciso destacar que a polifonia de narrativas produzidas pelos amadores pressupõe produções de sentido sobre a realidade social em disputa nas democracias pelos seus segmentos politicamente organizados. Neste sentido, cabe questionar até onde estas narrativas conseguem explorar as brechas do dispositivo midiático.

Partindo da genealogia do jornalismo feito pelo *amateur*, propomos realizar uma revisão bibliográfica a fim de observar as nuances, semelhanças, diferenças e gêneses nas nomenclaturas cunhadas. Além disso, pretendemos aprofundar o tema do jornalismo amador considerando as implicações da atuação do cidadão em ambientes interativos sob a luz das teorias do jornalismo.

OS VALORES-NOTÍCIA

A produção de informação pelos segmentos não profissionais de jornalismo aponta em duas direções. Os coletivos reproduzem os valores-notícia da chamada grande imprensa quando se impõe um fluxo pautado pelo conteúdo do noticiário dos veículos de massa. Por outro lado, subverte valores-notícia e critérios de noticiabilidade largamente utilizados pela mídia jornalística empresarial.

Os valores-notícia são um componente da noticiabilidade. Espécie de termômetro que indica o potencial noticiável de um fato. Os critérios de noticiabilidade se constituem de uma série de requisitos determinantes para que o acontecimento deixe de ser matéria-prima e ganhe status público de informação noticiada. Diversos autores se debruçaram sobre o assunto enumerando índices que indicam o grau de noticiabilidade.

Na conceituação de Wolf, são critérios substantivos a importância e o interesse da notícia que se transmutam em notoriedade, significatividade e relevância. Em termos de valores-notícia do produto, a ideologia da notícia dita que *bad news is good news*. Como um dos princípios do jornalismo, o "desvio", o "insólito" ou "macabro" aumentam o valor-notícia em detrimento de conteúdos vistos como de rotina (WOLF, 1992). Entre os critérios relativos ao público, é a crença no conhecimento sobre acontecimentos e sobre o interesse do leitor/ouvinte/espectador que habilita o jornalista a intuir e pautar a notícia.

À luz de estudiosos da noticiabilidade (*newsworthines*), Traquina (2013) enumera, como critérios, a amplificação – que potencializa o fato e, consequentemente, o grau de interesse, a personalização – que focaliza detalhes do acontecimento como fator humano e contribui para capturar o leitor –, a dramatização– que reforça o aspecto emocional –, e a consonância – que insere o acontecimento em uma narrativa e mobiliza o leitor no contexto de uma história.

Conforme Wolf (1992), os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos e que são relativos a cinco critérios. Para este autor, a noticiabilidade é um conjunto de critérios, operações e instrumentos que controla a quantidade e qualidade dos acontecimentos – para selecionar os que serão produzidos como informação jornalística – e a sua aplicação está baseada nos valores-notícia. Essa noção – *news values* (TRAQUINA, 2013) – constitui a resposta a esta questão central no jornalismo: quais são os acontecimentos considerados suficientemente interessantes e significativos para serem formalizados na ordem do discurso denominada notícia? A metodologia adotada prevê mostrar que as diferentes estratégias que se desenrolam no discurso jornalístico derivam de um mesmo jogo de relações: ordenar, disciplinar, discorrer e controlar. Passemos, então, a resenhar os valores-notícia.

Os critérios substantivos vinculam-se às características do conteúdo das notícias; ou seja, ao acontecimento se transformar em notícia. Por sua vez, os critérios substantivos articulam-se em dois fatores: a importância e o interesse da notícia.

A importância pode ser determinada por quatro variáveis. A primeira – notoriedade – implica no grau e nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento noticiável; isto é, dos indivíduos em suas hierarquias sociais referentes às instituições governamentais ou privadas. A hierarquia governamental é claramente visível e está definida em termos de autoridade, o que facilita a tarefa dos jornalistas nas avaliações de importância. Outros fatores que definem, operativamente, o valor-notícia "importância" de um acontecimento são: o grau do poder institucional, o relevo de outras hierarquias não institucionais, a possibilidade de serem reconhecidas para além do grupo de poder em questão e a amplitude e o peso dessas organizações em termos sociais ou econômicos.

A variável "proximidade" relaciona-se com o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional, em termos de proximidade geográfica ou de proximidade econômica, política ou cultural. Portanto, o segundo fator que determina a importância de um acontecimento é a sua capacidade de influir ou incidir no interesse do país. Para ser noticiável, o acontecimento deve ser significativo; isto é, suscetível de ser interpretado no contexto cultural do leitor. Associado a este fator está o valor-notícia da proximidade, sobretudo em termos geográficos, mas também em termos culturais. Notícias culturalmente próximas referem-se a acontecimentos que já fazem parte do repertório informativo dos jornalistas e do público. A proximidade geográfica refere-se à regra prática das notícias internas de um país. Em relação às notícias externas, é preciso ressaltar que a distância geográfica é distorcida pelos mecanismos de apuração das informações.

Já a variável "relevância" aponta para a quantidade de pessoas que o acontecimento, de fato ou potencialmente, envolve. A comunidade dos jornalistas atribui importância a acontecimentos que dizem respeito a muitas pessoas. Este valor-notícia determina que a noticiabilidade tem relação com a capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre diversos grupos sociais ou sobre o país. Neste fator, existe complementaridade dos valores-notícia, já que está ligado diretamente ao fator da afinidade cultural e da distância: existe uma correlação negativa entre proximidade ou poder no cenário internacional e negatividade do acontecimento.

A quarta variável – "significatividade" – relaciona-se com a importância do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação. A cobertura jornalística reservada aos primeiros episódios de um acontecimento que têm uma duração prolongada adquire uma importância muito maior do que os episódios intermediários.

Apontamos dois critérios substantivos: a importância e o interesse da notícia. Se as notícias avaliadas como importantes são selecionadas obrigatoriamente, o fator interesse provoca uma avaliação mais aberta às opiniões subjetivas. O interesse da notícia está vinculado às representações que os jornalistas têm do público e ainda ao valor-notícia definido como capacidade de entretenimento. A capacidade de uma notícia em entreter o leitor situa-se em uma posição elevada na lista dos valores-notícia, seja como fim em si mesma ou como instrumento para concretizar outros ideais jornalísticos, como superar a concorrência. São consideradas "interessantes" as notícias que procuram dar uma interpretação de um acontecimento baseada no fator "interesse humano"; ou seja, as curiosidades e o insólito que atraem a atenção.

A categoria "critérios relativos ao produto" vincula-se à disponibilidade do material e às características específicas do produto informativo; ou seja, ao conjunto dos processos de produção

e realização. Em relação à disponibilidade, trata-se de saber quanto o acontecimento é acessível para os jornalistas e quanto é tratável, tecnicamente, nas formas jornalísticas habituais (WOLF, 1992). Os critérios relativos ao produto podem ser explicados em termos de consonância com os procedimentos produtivos, de congruência com as possibilidades técnicas e organizativas, com as restrições de realização e com os limites próprios de cada meio de comunicação.

Nesta categoria também está incluído o critério da brevidade: por um lado, brevidade está associada aos valores-notícia relativos ao produto e, por outro, ao mecanismo de seleção de notícias. Limitar as notícias aos seus elementos mais óbvios é essencial para que se deixe espaço para uma mínima seleção dos acontecimentos do dia.

Nos critérios de relevância concernente ao produto, engloba-se também aquele que se refere à notícia como resultado de uma conceituação da informação, baseada, por sua vez, na história dos sistemas informativos e do jornalismo. O acontecimento que se constitui em notícia é aquele capaz de alterar a rotina cotidiana: quanto mais negativo nas suas consequências é um acontecimento, mais probabilidade tem de se transformar em notícia. Diversos elementos, complementares entre si, estão enraizados na noção de notícia: a origem e o tipo de evolução que as empresas jornalísticas tiveram e o gênero de opiniões relativas ao público partilhadas pelos jornalistas. Um dos princípios fundamentais do jornalismo é que, quanto mais insólito ou mais sangrento é o espetáculo, maior é o valor-notícia. Por conseguinte, a ideologia da notícia está estreitamente ligada ao caráter fragmentário da cobertura informativa.

Outro valor-notícia em estreita conexão com o produto informativo é a atualidade. A periodicidade da produção informativa é um fator constituinte, por si própria, do quadro de referência em que os acontecimentos são captados: a produção cotidiana estabelece

um quadro diário e os fatos noticiáveis devem ter acontecido durante as 24 horas de intervalo entre um noticiário e outro para serem incluídos. Existem alguns critérios operativos para se estabelecer o tipo e o "percentual" de atualidade que os acontecimentos devem apresentar para se transformarem em notícias. No critério "atualidade interna", os jornalistas avaliam se uma notícia é atual para eles próprios e, caso seja, também o será para os leitores. Outro critério inerente à atualidade é o "tabu da repetição": se uma notícia é classificada como repetitiva ou semelhante a outras, não é considerada suficientemente noticiável. Isto, entretanto, não é válido de forma indiscriminada, dado que o valor-notícia "importância" é prioritário e permite coberturas jornalísticas, de modo constante e repetido, de personagens e temas que nele se inserem.

Outro valor-notícia referente ao produto é a composição equilibrada do noticiário em seu conjunto. O limiar de noticiabilidade de certos fatos depende da quantidade de uma determinada categoria de acontecimentos que já existe no produto informativo: se não existe, a notícia tem probabilidades de ser aprovada, mesmo que não seja muito importante, exatamente porque serve para equilibrar a composição global do noticiário.

Na terceira posição, alinham-se os critérios relativos ao meio de comunicação. As conexões e as avaliações, que se cruzam com outros valores-notícia, tornam os critérios vinculados ao meio de comunicação mais complexo do que pode parecer. Além disso, este valor-notícia está diretamente associado a todos os critérios de relevância atrelados ao público, seja quanto à finalidade de entreter e de fornecer um produto interessante ou ao propósito de não cair no sensacionalismo. Mesmo no jornalismo impresso, a avaliação de noticiabilidade de um acontecimento também tem relação com a possibilidade de fornecer imagens que não correspondam aos modelos técnicos normais, mas que sejam também significativas.

Outro critério de noticiabilidade relacionado ao meio de comunicação é a frequência, relacionada ao lapso de tempo necessário para que um acontecimento tome forma e adquira significado. Quanto mais a frequência do acontecimento se assemelhar à frequência do meio de informação, mais provável será a sua seleção como notícia.

Em quarto, estão os critérios sujeitos ao público. Esses critérios referem-se ao papel da representação que os jornalistas fazem do seu público leitor. Trata-se de um aspecto difícil de definir e rico em tensões opostas. Por um lado, os jornalistas conhecem pouco o seu público e suas preferências: o seu dever profissional é produzir o noticiário mais do que satisfazer a um público. Por outro, a referências às necessidades e às exigências dos destinatários é constante e, nas próprias rotinas produtivas, estão presentes pressupostos implícitos acerca do público.

Os jornalistas explicam o seu conhecimento dos interesses do público fazendo referências às noções correlativas de profissionalismo, empenho e experiência. Trata-se de um argumento circular: dada a sua capacidade de discriminação, derivada de sua imersão no universo das notícias, o jornalista encontra-se na melhor posição para discernir o que é interessante para o público. Esta explicação, entretanto, não fornece nenhum critério independente. Segundo Wolf (1992), o termo de referência constituído pelas opiniões que os jornalistas têm acerca do público e os limites dessa referência são um dos aspectos mais interessantes e menos aprofundados na temática do *newsmaking*.

Na quinta posição alocam-se os critérios ligados à concorrência. A situação de competição entre os jornais dá origem a três tendências, que, por sua vez, se refletem sobre alguns valores-notícia, reforçando-os. Os jornais competem na obtenção de material informativo exclusivo e também na invenção de novas rubricas editoriais. Em consequência, acentuam-se os impulsos para a

fragmentação, para centrar a cobertura informativa em personalidades da elite e para todos os demais fatores corresponsáveis pela distorção informativa que pretere uma visão articulada da realidade social. A segunda tendência consiste nas expectativas recíprocas: uma notícia pode ser selecionada porque se espera que os concorrentes façam o mesmo. Em terceiro, as expectativas recíprocas se transformam num laço comum, desencorajando as inovações na seleção de notícias. Isto poderia suscitar objeções por parte dos níveis hierárquicos superiores, o que, por sua vez, colabora para a semelhança das coberturas jornalísticas entre os concorrentes. A competição implica, ainda, como consequência, em contribuir para o estabelecimento dos parâmetros profissionais e modelos de referência. No caso da imprensa norte-americana, esta função é desempenhada pelo New York Times e pelo Washington Post (WOLF, 1992). No Brasil, os atuais modelos de referência profissional são os jornais O Globo, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo.

UMA GENEALOGIA

A evolução da blogosfera funcionou como formador de uma cultura de protagonismo e fonte descentralizada de informação. Essa prática se fortaleceu com os vídeos do *You Tube*, canal lançado em 2005, e se consolida no *Facebook*, plataforma interativa com mais de 1,4 bilhões de usuários, dos quais 89 milhões no Brasil, conforme divulgado pela própria plataforma em 2015. Jenkins recorre à historiadora Lisa Gitelman para preconizar que um meio de comunicação é "um conjunto de 'protocolos' associados à práticas sociais e culturais que cresceram em torno dessa tecnologia" (JENKINS, 2006, p. 41). Essa visão explica a subversão no uso tecnológico de programas e dispositivos.

Neste sentido, o surgimento de programas de compartilhamento de arquivos em *peer-to-peer* – como *Napster*, *Gnutella*, *KaZaa* – incorreu em novos modelos de distribuição e redes de cooperação e autoria (HOLANDA, 2007; MARTINS, 2014). *P2P* é um sistema que permite que os usuários interajam diretamente sem a intervenção forte de um intermediário, é a comunicação horizontal, descentralizada em um esquema muitos-muitos (BRUNS, 2005). Bruns define veículos *peer-to-peer* como páginas "que facilitam a troca de informação e opinião entre seus usuários, geralmente com mínima ou nenhuma interferência do site" (BRUNS, 2005, p. 02).

> Da equalização de papéis de emissor e receptor resultaria um modelo de trocas bidirecionais e igualitárias entre pares conectados pelas redes telemáticas. Por esta razão, o jornalismo de fonte aberta vem sendo chamado também de jornalismo *P2P* em referência à arquitetura de redes *peer-to-peer* (HOLANDA, 2007, p. 61).

O termo jornalismo de fonte aberta foi assim classificado por influência dos *softwares* livres ou *open source* que são disponibilizados sem custo na rede e podem ser modificados porque contém códigos abertos, ou seja, permitem o modelo colaborativo de produção baseado em interações. Brambilla salienta que a aplicação deste conceito gerou a nomenclatura jornalismo *open source* em que as notícias "passam a ser produto de domínio público, tanto na sua elaboração quanto na sua fruição" (BRAMBILLA, 2005a, p. 10).

"Você tem uma notícia. Publique seu artigo", incita o site francês *AgoraVox – Le Media Citoyen*, lançado em 2005. Na origem destas "redes informais de notícias" (MATHESON, 2004, p. 444), estão o *Slashdot*, site de notícias sobre tecnologia criado em 1997, e

o *Independent Media Center* (*IMC*), que surgiu em 1999. O premiado *Global Voices*, em dez anos de existência já publicou 88 mil artigos de jornalistas independentes, ativistas, e mídias sociais parceiras e ainda presta ajuda legal. No Brasil, podemos citar como exemplo o site Overmundo – página colaborativa que se propõe a divulgar a cultura brasileira.

O *IMC* despontou ao mostrar a violência policial contra ativistas na contramão da grande imprensa durante o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, em 1999. "Criar relatos radicais, precisos e apaixonados da verdade" é sua proposta. A medida do sucesso da cobertura do *IMC* foi a migração do noticiário sobre globalização das páginas da economia para as principais manchetes na grande imprensa, observa Grahan Meikle, autor do livro *"Future Active – media activism and the internet"*. O *IMC* hoje se espalha por 53 países europeus, 19 na América Latina (incluindo Brasil), nove na Oceania, um no Sul da Índia, quatro no Oeste da Ásia e 52 estados americanos, em páginas que mantêm particularidades (MEIKLE, 2002).

No Brasil, multiplicaram-se as mídias de cidadãos ativistas especialmente depois das *jornadas* e dos confrontos ocorridos entre policiais e manifestantes. Grande parte destes coletivos propaga informações em perfis no Facebook mas alguns também têm páginas na internet como os coletivos Mídia Ninja, Carranca, Mariachi e Jornalistas Livres – que arrecadou R$ 100 mil de apoiadores em recente campanha de *crowdfunding* com o objetivo de manter a sustentabilidade do projeto. Nem sempre as contribuições são pagas. No site *OhmyNews*, o *cybercash* oscilava entre US$ 2,00 a US$ 20,00 por artigo e o saque só podia ser efetuado quando a quantia atingisse US$ 50,00, informa Brambilla (2005b). A ausência de pagamento é um fator que gera críticas e o apelido de "exploração 2.0" para o universo do trabalho colaborativo na web.

Como Bruns observa, a ideia de cidadãos ativos nos sites de notícias coloca em cheque a autoridade da grande mídia. A filosofia *D.I.Y. – Do it Yoursef* ou Faça você Mesmo – está nos slogans "*Don't hate the media, be the media*", do *IMC* e "todo cidadão é um repórter", do site *OhmyNews* – empresa conduzida por jornalistas que abre espaço para participação do público – os *netizens*. A legitimidade e credibilidade que fazem parte dos códigos deontológicos dos profissionais jornalistas são suplantadas pela disseminação de informação informal. "Os cidadãos intervêm para cobrir o vazio que acreditam ter sido negligenciado pela imprensa", atesta (BRUNS, 2005, p. 105). Bruns cita Bowman e Willis para explicitar que a mídia perde o monopólio como cão de guarda.

Brambilla situa o surgimento do site *OhmyNews* como demarcador das progressivas investidas da mídia *mainstream* em programas de jornalismo colaborativo ou participativo tanto no exterior (por exemplo, *BBC* e *New York Times*, que possui a página *The Local*) como no Brasil (Terra, G1, Estadão, O Globo, Extra). Colunas como "Eu-Repórter", lançada pelo O Globo em 2006, inspiraram editorias semelhantes nos jornais Extra, O Dia e Zero Hora (BRAMBILLA, 2013a). O *Whatsapp* tornou-se outra ferramenta nas mãos dos leitores que podem coproduzir notícias em jornais como Extra e O Globo. Na mídia tradicional, este material amador é filtrado e editado. Nas páginas independentes pode não haver esta mediação, como é o caso do Overmundo.

A participação do cidadão na produção de notícias revelou-se um negócio lucrativo. O *Patch.com* foi comprado pela AOL por R$ 7 milhões em 2009 com intenção de expandir a veiculação de notícias hiperlocais. No mesmo ano, a MSNBC (*joint venture* entre NBC e Microsoft) decidiu adquirir o site *Everyblock* (*All the news and talk in your neighborhood. Finally in one place*) que sobrevive com o auxílio de colaboradores apesar de contar com uma equipe de jornalistas (AGUIAR, BARSOTTI, 2011, p. 04).

A abertura da grande mídia à participação do público já não é considerada mais uma escolha e impõe nova postura àqueles que estão nas redações tradicionais decidindo o noticiário (BRAMBILLA, 2013a). O fundador do site *OhmyNews* expõe a aparente fragilidade a que está exposta a profissão do jornalista nos tempos atuais. Para o jornalista Oh Yeon Ho, "repórter é aquele que tem a notícia e que tenta informar os outros". A afirmativa do sul-coreano nos remete ao conceito do que é notícia que está totalmente imbricado com a práxis do jornalismo apoiada em conceitos como *agenda setting*, valores notícia e critérios de noticiabilidade; e é definida pelos paradigmas da neutralidade e objetividade (WOLF, 1992; TRAQUINA, 2013).

Mas a concepção de Matthew Arnison, um dos fundadores do *IMC*, ilustra esta visão empoderada adotada por leitores/cidadãos. Mais do que se infiltrar no *mainstream*, o objetivo declarado do *IndyMedia* é promover acesso e visibilidade às causas cidadãs. "A partir deste modelo comunicacional, o conceito tradicional de audiência é refutado, desafiando o leitor/escritor a chegar a suas próprias conclusões vasculhando diversas gamas de estórias" (BRUNS, 2005, p. 73-74). Ou, como vimos, tomando as rédeas do processo.

REVISÃO DA LITERATURA

São diferentes abordagens, objetivos e práticas que resultam em nomenclaturas singulares. Algumas soam muito similares, mas apresentam pequenas particularidades. Os termos não definem, *per se*, aspectos sobre o nível de liberdade e autonomia concedidos aos leitores/cidadãos/repórteres, aspectos estes que vamos abordar nesta revisão bibliográfica que incluirá os seguintes rótulos: jornalismo *open source* ou colaborativo; jornalismo cidadão (o *citizen*

journalism); jornalismo participativo; jornalismo *grassroots*; mídia tática (ou radical); jornalismo público ou cívico e midiativismo ou midialivrismo.

Aguiar e Barsotti propõem que todos estes rótulos acima podem ser englobados na definição "jornalismo amador" e destacam que não são práticas restritas a ambientes digitais, uma vez que também são adotadas em suportes impressos e rede de televisão. Amador é "aquele que se dedica a uma arte ou um ofício por gosto ou curiosidade, não por profissão", de acordo com o dicionário Houaiss de Língua Portuguesa (AGUIAR; BARSOTTI, 2011, p. 12). Outra definição empregada é: quem entende superficialmente de algum assunto ou atividade. Os autores procuram separar o amador daquele que desempenha a prática enquanto profissão.

> Pelas perspectivas das teorias do jornalismo, os integrantes de uma profissão desenvolvem um *ethos* próprio. Desse conjunto de valores e normas deontológicas da cultura profissional dos jornalistas, podemos destacar: a independência e a autonomia dos profissionais em relação aos outros atores sociais; a associação histórica entre jornalismo, a liberdade e a construção da verdade; a objetividade jornalística enquanto procedimento estratégico de produção da informação que visa assegurar a credibilidade epistemológica e a legitimidade social dessa comunidade interpretativa conquistadas perante a sociedade (AGUIAR; BARSOTTI, 2011, p. 13).

A característica básica do jornalismo *open source* (inspirado nos *softwares* livres de código aberto) é a permissão que qualquer um publique; "retirar qualquer vestígio de privilégio dos editores no processo de elaboração das notícias" (BRUNS, 2005, p. 63). Como definem Foschini e Taddei, é "um estilo de jornalismo feito em sites

wiki, que permitem a qualquer internauta alterar o conteúdo de uma página" (FOSCHINI; TADDEI, 2006, p. 19). Esta liberdade é permitida em sites como *Wikipedia*, *Wikinews* e Overmundo, mas não predomina em grande parte das iniciativas consideradas *open source* como os sites *OhmyNews*, *IMC* e *Slashdot* ou Mídia Ninja.

Holanda considera que o jornalismo *open source* é a vertente radical do jornalismo colaborativo pois centraliza a produção de conteúdo nas contribuições do público. Foschini e Taddei (2006) reforçam esta ideia isolando o jornalismo colaborativo como aquele onde "mais de uma pessoa contribui para o resultado final do que é publicado" – o que pode incluir texto, foto ou vídeo. Brambilla, no entanto, não entende que a moderação esvazie o caráter *open source* de páginas como *OhmyNews*. Gillmor opta por um conceito mais filosófico: o gênero *open source* se distingue menos como um discurso; mais como um diálogo não restrito aos jornalistas, "permeado por intervenções de leigos" (BRAMBILLA, 2005b, p. 104).

Brambilla pontua que a intervenção do editor legitima o veículo "sem deixar os interagentes sem voz" (2005b, p. 72). Mesmo com a moderação, Gillmor assinala que o diferencial do *OhmyNews* era a facilidade de publicar. No entanto, o site com sede em Seul (que em 2004 ganhou a versão em inglês *OhmyNews International* devido ao sucesso), decidiu mudar sua política, em 2010, porque não conseguia realizar a checagem, um de seus "princípios". A equipe de 52 jornalistas que produzem *hard news*, e cuidava da filtragem, sucumbiu ao volume médio de 225 matérias disparadas a partir de um universo de 70 mil cidadãos de diversos países.

O *Slashdot* funciona como site *gatewatching* (publica notícias e compila material relevante de outras páginas) e fórum de discussão onde todos os comentários, réplicas e tréplicas são publicados a partir de moderação randômica. O sistema escolhe, de forma aleatória, participantes mais assíduos para realizarem a

mediação durante três dias (MARTINS, 2006). Por ter consciência do risco de desinformação e manipulação, os criadores do *AgoraVox* trabalham com um comitê editorial que filtra as notícias e seleciona artigos atuais, pertinentes e originais.

> Por esta razão, uma das principais preocupações que motivam a tentativa de estabelecer que papéis e poderes os usuários ocupam em relação aos responsáveis diretos pela manutenção destes sites é justamente definir a cargo de quem, com que poderes, e de que forma se exerce esta filtragem nos veículos de fonte aberta (HOLANDA, 2007, p. 61).

Se a postagem livre de comentários, como ocorre no site *Slashdot*, configura prática colaborativa (BRUNS, 2005; MARTINS, 2014) para Foschini e Taddei este recurso é característico do jornalismo participativo que acontece depois da publicação da notícia. "Os comentários dos leitores somam-se aos artigos formando um conjunto novo", explicam os autores. Esse resultado permite, portanto, a efetiva participação do público. Os comentários, na visão de um usuário citado por Bruns "fornecem *insights* muito mais interessantes que o artigo original em si e, fazendo mídia, estes *produsers* dão sentido ao que a mídia veicula" (BRUNS, 2005 , p. 54).

Jornalismo participativo e jornalismo cidadão são termos que se confundem quando jornais e emissoras estimulam a participação de seus leitores a partir do envio de fotos, vídeos e informação. O jornal O Globo chama de "coprodutores da notícia" aqueles que enviam material através do aplicativo *WhatsApp*. Mas, quando a participação se transforma em jornalismo, questiona Bruns, para logo em seguida responder:

> [...] como Rushkoff escreve 'interatividade, tanto como alegoria de um relacionamento mais saudável quanto como efetiva tecnologia de autoria amplamente acessível, reduz nossa dependência em narrativas fixas dando-nos as ferramentas e coragem para desenvolver narrativas juntos (BRUNS, 2005, p. 120).

Um bom exemplo foi a matéria publicada no jornal O Globo, sobre jovens moradores de Quintino, Zona Norte do Rio, que criaram carregador de celular alimentado com energia do movimento das pernas. A reportagem foi feita a partir de informação enviada pelos rapazes para o *WhatsApp* do jornal. Mas cabe ressaltar que pautas desse gênero sempre chegaram à redação através de cartas e ligações e, posteriormente, via email. A tecnologia facilitou e, consequentemente, estimulou a interação, a participação e maior influência na agenda dos veículos.

> No lugar de uma sequência de etapas contidas em modelos clássicos que contemplava uma etapa sobre a outra, de modo consecutivo (pauta, apuração, consolidação, produção e distribuição de conteúdos), temos um processo onde estas categorias permanecem, mas podem ser contempladas como em permanente jogo circunstancial podendo interferir e condicionar-se mutuamente (PALACIOS; NOCI, 2008, p. 64).

Na tentativa de precisar o que é jornalismo participativo esbarramos em mais uma confluência ao evocar a descrição de Bowman e Willis (BRUNS, 2005, p. 09) sobre esta modalidade que configura-se pela "participação de cidadãos na coleta e análise de divulgação de notícias com o objetivo de circular informação

independente, abrangente e relevante que a democracia precisa". Gillmor torna ainda mais tênues os contrastes englobando jornalismo participativo, *grassroots* e cidadão na mesma seara.

O conceito de jornalismo *grassroots* adotado por Foschini e Taddei vai ao encontro das autodefinições de jornalismo cidadão estabelecidas pelo *Indymedia* e por coletivos como Mídia Ninja – considerada um modelo de midialivrismo (caso que será exposto adiante). *Grassroots* vincula-se à "participação na produção de conteúdo na *web* das camadas periféricas da população, aquelas que geralmente não participam das decisões da sociedade" (FOSCHINI; TADDEI, 2006, p. 19). A filosofia por trás do *grassroots*, assinalam os autores, remete à proposta de inclusão das minorias desfavorecidas.

Neste sentido, o jornalismo cidadão e o *grassroots* revelam identidade que os aproxima do jornalismo comunitário ou da imprensa alternativa. São veículos que atendem a grupos desfavorecidos, respeitam diversidades, são independentes, têm estruturas horizontais, abertas à participação de comunidades e adotam representações e discursos não-hegemônicos (ROMANO, 2010, p. 22). Como esclarece a autora, é uma "contracomunicação" que se nutre do contato com os movimentos populares e da liberdade de expressão com a intenção de veicular "conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar o acesso da população aos meios de comunicação" (PERUZZO, 2009, p. 132). Para a autora, a interação proporcionada pelo suporte digital possibilita novos processos criativos na comunicação.

> As novas manifestações alternativas de comunicação, ao incorporar suportes digitais e interativos em tempo real, engendram não só conteúdos diferenciados a partir de novos olhares tendo em vista a desalienação mas também novos procedimentos de ação na

> construção e na difusão de mensagens, na socialização de conhecimentos técnicos, [...] na criação de códigos compartilhados de conduta e na instituição de novas relações sociais de produção (PERUZZO, 2009, p. 143).

Em sua página de notícias criada na plataforma *Oximity* em 2014, o coletivo Mídia Ninja se apresenta como um instrumento de luta por justiça social e por mudanças políticas, econômicas e culturais. Na prática comunicacional desse coletivo está vinculada com a vivência em uma cultura *peer-to-peer* (P2P) que permite às pessoas dividirem informação sem os tradicionais mediadores e, assim, os cidadãos multimídia podem gerar sua própria opinião e distribuí-la no mundo virtual. Para os integrantes do coletivo, a internet é o meio de "dar visibilidade aos *invisibilizados*". Bentes, ao debater memética, multidão e midialivrismo como a vertente contemporânea da comunicação pós-mídia de massas com Costa (2014), conclui que o midialivrista é como um ativista que não faz a cobertura com a intenção apenas de reportar ou relatar como um jornalista corporativo, pois ele é um corpo na multidão e a comunicação é uma forma de organizar, mobilizar e expressar essa multidão.

Parece-nos possível enquadrar o trabalho feito por grupos como *IMC*, Carranca e Mídia Ninja – que tem propostas similares de ação – no conceito de redes de vigilância e solidariedade à distância, defendido por Rousiley Maia (2008). Integram estas redes, aqueles que buscam apoio para as causas que defendem, praticam ativismo cívico e denunciam delitos e violações. "A internet permite estabelecer plataformas de diálogo para que as pessoas interajam localmente ou transcendam as fronteiras do Estado-nação" (MAIA, 2008, p. 336).

O engajamento em causas cívicas com a pretensão de melhorar a vida do cidadão é o mote do jornalismo público ou cívico, um movimento que despontou nos anos 1990 com o intuito de resgatar a credibilidade da imprensa e conseguiu englobar trinta jornais americanos. Inflamados pela intenção de estimular o debate público, os jornalistas objetivavam assumir papel de "participante justo e conceber o público não como consumidor, mas como ator na vida democrática" (TRAQUINA, 2013, p. 13). Para isso, passaram a convocar a população para assembleias públicas que confrontavam a população às autoridades. Este estilo de reportar pressupunha deixar a objetividade de lado o que gerou críticas e questionamentos (ROMANO, 2010).

Indiferentes às questões como objetividade e neutralidade, a mídia tática talvez possa ser compreendida como uma versão radical do midialivrismo. Eventos podem circunscrever a elaboração de um *website*, a realização de documentário ou ligações telefônicas, a distribuição de jornais ou panfletos, conforme explica:

> A mídia tática não tenta se consolidar como mídia alternativa. [...] diz respeito à mobilidade e flexibilidade. [...] Diz respeito a estabelecer campanhas midiáticas dentro da tática de guerrilha, alianças novas e transformadoras. A *Critical Art Ensemble* ilustra a ideia. [...] pode lançar um site hoje, fazer performance em festival, ação de guerrilha na semana seguinte, instalação em museu e, em seguida, produzir jornal (MEIKLE, 2002, p. 119-120).

As ações dos coletivos Mídia Ninja e Carranca, como de outros menos conhecidos como Vinhetando e Projetação, apontam para a multiplicação de grupos que vêm adotando uma prática que se assemelha à mídia tática a partir da publicação, no Facebook, de

memes escrachados e da produção de eventos que retroalimentam suas plataformas *online*, dentro de uma estratégia de guerrilha digital.

Desde seus primeiros passos nas *jornadas de junho*, em 2013, a Mídia Ninja persegue a cobertura da grande mídia em temas de grande importância – como na votação da redução da maioridade penal ou no processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Em suas coberturas, porém, subverte critérios largamente utilizados pelos *media*, como relevância, significatividade, dramatização e notoriedade. Se a seleção de pautas sofre forte influência do noticiário *mainstream*, adota enfoques bastante díspares.

Como o formato *streaming* não era mais prioritário na comunicação do coletivo no momento da pesquisa, a documentação priorizou notícias referentes a cinco eventos que receberam destaque tanto no site quanto no *Facebook*: a cobertura sobre a prisão de manifestantes em 17/10/2013; a nota da Mídia Ninja que mostra Caetano Veloso vestido de *black bloc* (com grande repercussão na mídia tradicional), em 2016; greve dos garis, no Rio de Janeiro, em 2014; reportagens referentes ao tema maconha e ao Movimento Ocupa Estelita (MOE), no Recife. Seguem os exemplos que ilustram essa disputa em torno dos valores-notícia.

Na cobertura da greve dos garis, a relevância incide sobre as reivindicações, mobilização e vitória da categoria, enquanto o jornal O Globo, por exemplo, aborda o caos na cidade, a partir de uma seleção que privilegia as fontes do governo. Fica evidente a tentativa do coletivo oferecer um contraponto à narrativa apresentada pela grande imprensa em suas matérias – *Tempo De Dizer: Adeus, Senzala! (07/03/2014) e A revolta dos garis: Uma vitória de lavar a alma e limpar as nossas vias políticas* (08/03/2014). As notícias ignoraram e/ou desqualificaram as autoridades, fontes primárias nas informações veiculadas na grande imprensa, e retrataram os garis – personagens principais – com perfil heroico.

A distância entre os enquadramentos da Mídia Ninja e jornal O Globo se evidencia na cobertura a respeito da prisão de um grupo de manifestantes ocorrida no dia 17/10/2013. O jornal carioca publicou a manchete *Crime e castigo – Lei mais dura leva 70 vândalos para a prisão*, com o subtítulo *Presos em protesto são enquadrados por crime organizado, que é inafiançável.* Um box mostra três detidos em fotos semelhantes às usadas nas fichas policiais. No *Facebook* – única plataforma de veiculação do material da Mídia Ninja até o lançamento do site em 2014 –, o coletivo publicou, na mesma data, longo editorial sob o título *Ditadura 2.0* onde denúncia estado de exceção e arbitrariedades.

As postagens que fazem referência aos *black blocs* revelam tentativas de desconstruir a imagem negativa imposta, de modo geral, pela mídia *mainstream* e não economizam no uso de imagens que os glamurizam. Um exemplo é a publicação da foto do cantor Caetano Veloso *vestido* de *black bloc* (usando camisa com balaclava), no dia 07/09/2013, convocando a população para se manifestar no Dia da Independência do Brasil. O texto da postagem foi: "é uma violência simbólica proibir o uso de máscaras. Dia 07 de setembro todos deveriam ir às ruas mascarados"

Nas reportagens acerca do Movimento Ocupa Estelita (MOE) e relacionadas à maconha, os critérios substantivos – *interesse* e *importância* – foram adotados com diferentes parâmetros. Aguiar (2009) aponta que a notícia é resultado da forma como os acontecimentos são selecionados e editados a partir de uma série de negociações. Neste processo negocial que envolve a comunidade interpretativa dos jornalistas, sublinha Aguiar, as representações sociais tangenciam a produção de sentido.

> [...] as representações sobre a realidade social determinadas pela imprensa implicam práticas

> discursivas atravessadas por efeitos de poder e por relações de poder-saber. Portanto, seja qual for a modalidade de jornalismo, essa comunidade interpretativa compreende que o processo de produção de informação se configura como um espaço público de lutas micropolíticas, no qual diversas forças sociais, políticas e econômicas disputam a produção de sentido sobre o real (AGUIAR, 2009, p. 179-180).

A despeito da evidência imediata no Recife, o MOE – ocupação do Cais José Estelita contra o projeto de urbanização Novo Recife – somente o site G1 Pernambuco dedicou espaço ao assunto – *Cais começa a ser demolido e grupo acampa no local* (22/05/2014) – dois dias antes da primeira postagem da Mídia Ninja: *Novo Recife – a resistência no Cais José Estelita* (24/05/2014). O coletivo manteve cobertura permanente sempre favorável. No dia 03/06/2014 reportava "reunião histórica": *Ocupa Estelita força Prefeitura a suspender o projeto Novo Recife*. O Globo só selecionou a pauta quando a PM reprimiu a ocupação, em 18/06/2014 e vinculou o fato às eleições presidenciais: *Ocupe Estelita é munição pra críticos do PSB e Eduardo Campos (22/06/2014).*

O JORNALISMO-CIDADÃO

O jornalismo feito pelo cidadão – aqui incluindo o jornalismo cívico ou mesmo a mídia tática – suscita questionamentos pela deficiência de objetividade e exatidão (ROMANO, 2010). Angela Romano embasa a crítica citando Thomas Chase e também Andrew Keen, autor do livro "O Culto ao Amador". Para o primeiro, priorizar a participação em detrimento da qualidade da produção incorre no risco de se gerar comunicação desvalorizada e a "hegemonia do

amador"; para o segundo, esse modelo de jornalismo pode minar a influência e sustentabilidade econômica de fontes profissionais que desempenham papel importante na narrativa de histórias e na formação de mitos comuns (ROMANO, 2010, p. 22).

Em contraponto, o jornalista Davis Merrit percebe no jornalismo um excesso de negativismo e a objetividade como atalho para enquadramentos que apresentam as questões de forma viciada, privilegiando os lados extremos (TRAQUINA, 2013, p. 13). Mas Jay Rosen – um dos fundadores do jornalismo cívico – reconhece a importância do caráter objetivo uma vez que com todos os seus defeitos, a objetividade assegura uma verdade desinteressada e o desejo de separar o fazer jornalismo do fazer política.

Para além da discussão normativa sobre subcategorias de jornalismo, a profusão de nomenclaturas traz à tona uma espécie de reprovação daquilo que, por convenção, se chama jornalismo – e já foi intensamente glamourizado – e revela certa crise de representação. Cabe inferir se estas críticas recaem mais sobre a práxis das empresas jornalísticas ou sobre os ombros de profissionais que exercem um trabalho historicamente vinculado ao interesse público.

O que está embutido em toda a discussão desses autores são duas perguntas cruciais: o que é jornalismo e o que é ser jornalista. "Quando o participante se torna ativista?" (TRAQUINA, 2013, p. 14). Angela Romano (2010) é mais uma das autoras contemporâneas que questiona qual deve ser o papel do jornalista nas sociedades democráticas.

A teoria do *newsmaking* entende o jornalismo como um dispositivo de construção da realidade, um novo paradigma que se consolidou na década de 1970 e compreende a notícia como "construção discursiva" (AGUIAR, 2007, p. 01). Meikle (2002) observa que um dos desafios das mídias ativistas é construir

narrativas que fujam da fórmula disruptiva adotada pela chamada grande imprensa. Além disso, aponta que a similaridade na cobertura da mídia *mainstream* deve ser percebida "menos como prova da força de uma reportagem objetiva e mais como triunfo de uma construção narrativa uniformizada" (MEIKLE, 2002, p. 99).

Palacios chama atenção para o viés midiacêntrico que enfatiza jornalistas e redações como "*locus* privilegiado de análise" e sugere "abandonar a ideia de que os jornalistas controlam todo o processo produtivo, integrando às análises as ações e as visões de mundo de outros atores sociais" (PALACIOS; NOCI, 2008, p. 243). Mas pondera, a partir de resultados de pesquisas sobre cibermeios, para o risco da desvalorização do jornalista e do empobrecimento na qualidade da informação. "Sem distinção de qualidade, o jornalismo vai adquirindo as propriedades da água: inodoro, insípido e incolor" (PALACIOS; NOCI, 2008, p. 245).

Neveu aponta a transformação dos jornalistas em "trabalhadores da informação" com o impacto da convergência (NEVEU, 2010, p. 40). Poder de verificar fatos com rapidez e analisar as fontes; equilíbrio entre velocidade e precisão; uso de uma ordem de discurso que pode combinar clareza, o uso justo da linguagem e expressão emocional, e o mito do profissional; entretanto, são vantagens nítidas nos recrutamentos das empresas.

> O jornalismo é uma maneira altamente codificada de escrever e falar, com gabaritos e gêneros de trabalhos, a organização retórica (a importância do primeiro parágrafo da matéria, a regra das cinco perguntas-chave). Estas regras da escrita/fala jornalística também organizam o jornalismo como uma linguagem específica, diferente da linguagem e retórica da política, da propaganda ou literatura (NEVEU, 2010, p. 32).

A partir da revisão bibliográfica aqui apresentada, procuramos estender a discussão acerca do exercício da profissão do jornalista na atualidade, ao enfocar os meandros pertinentes aos diferentes modos de fazer, especialmente frente às rotinas que se beneficiaram das propriedades, facilidades e arranjos propícios nos ambientes digitais interativos. Também introduzimos uma reflexão sobre as consequentes implicações no que tange o universo deste ofício nas salas de redação das mídias contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. A. "A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital". *In*: RODRIGUES, C. (org.). **Jornalismo online**: modos de fazer. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2009.

AGUIAR, L. A. "Os valores-notícia como efeitos de verdade na ordem do discurso jornalístico". **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2007.

AGUIAR, L. A.; BARSOTTI, A. "Jornalismo amador: proposta para definir as práticas jornalísticas exercidas pelo público em ambientes interativos". **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2011.

BOWMAN, S.; WILLIS, C. **Nosostros, el medio**. Reston: The Media Center, 2003.

BRAMBILLA, A. M. "A identidade profissional no jornalismo *open source*". **Revista Em Questão**, vol. 11, n. 1, 2005b.

BRAMBILLA, A. M. "Jornalismo colaborativo nas redes sociais:

peculiaridades e transformações de um modelo desafiador". *In*: PRIMO, A. (org.). **Interações em rede**. Porto Alegre: Editora Meridional, 2005a.

BRUNS, A. **Gatewatching**: collaborative online news production. New York: Peter Lang, 2005.

COSTA, A. "Memética, multidão e midialivrismo: a comunicação pós-mídia de massas". **Revista do Instituto Unisinos**, vol. 14, n. 447, 2014.

FOSCHINI, A. C.; TADDEI, R. R. **Jornalismo cidadão**: você faz a notícia. São Paulo: Editora Overmundo, 2006.

GILLMOR, D. **We, the media**. Sebastopol: O'Reilly Media, 2006.

HOLANDA, A. **Estratégias de abertura**: o jornalismo de fonte aberta dos casos *Indymedia, CMI, Slashdot, AgoraVox, Wikinotícias e Wikinews* (Dissertação de Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea). Salvador: UFBA, 2007.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. Lisboa: Editora Aleph, 2008.

MAIA, R. "Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo". *In*: GOMES, W.; MAIA, R. (orgs.). **Comunicação e democracia**. São Paulo: Editora Paulus, 2008.

MARTINS, B. "Cooperação e controle na rede: um estudo de caso do *website Slashdot.org*". **Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2006.

MATHESON, D. "Weblogs and the epistemology of the News: some trends in online journalism". **New Media and Society**, vol. 6,

n. 4, 2004.

MEIKLE, G. **Future active**: media activism and the internet. Sydney: Routledge, 2002.

NEVEU, E. "As notícias sem jornalista". **Revista Brazilian Journalism Research**, vol. 6, n. 1, 2010.

PERUZZO, C. "Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço". **Revista Galáxia**, vol. 2, n. 17, 2009.

ROMANO, A. **International Journalism and democracy**: civic engagement models from around the world. Nova York: Routledge, 2010.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo II**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

CAPÍTULO 3

Os Paradigmas Informacional e Relacional na Formação em Jornalismo no Brasil

OS PARADIGMAS INFORMACIONAL E RELACIONAL NA FORMAÇÃO EM JORNALISMO NO BRASIL

Edileuson Santos Almeida

Ada Cristina Machado Silveira

Aline Roes Dalmolin

A contribuição da universidade brasileira na formação profissional para o exercício do jornalismo é um tema bastante instigante, amplo e complexo. No início deste século, vários discursos sobre a formação em jornalismo no Brasil foram construídos numa extensa produção bibliográfica de professores e/ou pesquisadores, especialmente da área da Comunicação Social. Uma considerável parte dessas referências foi realizada na interação com sujeitos da formação, ou seja, é fruto de alguma experiência da prática institucional dos cientistas e/ou de suas fontes. É uma produção interessante para refletir, num cenário de mudanças, sobre as contribuições da formação para a construção de um perfil profissional para o exercício do jornalismo.

Todavia, a temática já vem sendo objeto de estudo desde longa data. Segundo Nelson Traquina (2005), as discussões sobre o jornalismo ser ou não ser uma profissão, de ter ou não uma formação, de constituir-se ou não como fruto de um saber especializado, começaram em meados do século XIX, mais precisamente nos Estados Unidos, nos anos de 1830, e reverberou na década seguinte na Europa. No Brasil, somente no século XX, foram apresentadas as primeiras reivindicações e registradas as principais conquistas, dentre elas, a formação superior para o exercício da profissão e a jornada diária de trabalho de cinco horas. Porém, chegamos ao

século XXI com a desregulamentação da profissão em quase todos os países dos cinco continentes, inclusive no Brasil.

Mesmo diante de um cenário cujo realismo diverge do paradoxal estereótipo cinematográfico (jornalista como herói ou vilão), ainda se alimenta uma certa mitologia em torno da profissão. Isso faz aumentar o número de cursos e de vagas para a formação superior em jornalismo, em consequência da procura. A média de candidatos por vaga, nas instituições públicas brasileiras, é uma das mais altas, aproximando-se da concorrência de cursos tradicionais, como o direito, as engenharias e a medicina.

No Brasil, especificamente, já superamos a casa das três centenas de cursos de jornalismo em funcionamento nas cinco grandes regiões brasileiras (norte, sul, nordeste, centro-oeste e sudeste), divididas em 26 estados e um Distrito Federal. O pioneiro foi criado em 1947, em São Paulo, numa parceria entre a Faculdade Cásper Líbero e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Em 1960, já eram oito; em 1970, meia centena de cursos de jornalismo estavam em funcionamento nas cinco grandes regiões brasileiras; enquanto no ano 2000, já eram quase 150 cursos espalhados em todos os Estados brasileiros. E, dez anos depois, o número duplicou e ultrapassamos a casa dos 300 cursos de jornalismo, sendo aproximadamente 80% deles privados.

Ao longo de quase sete décadas de formação superior em jornalismo no Brasil, houve mudanças nos currículos e nas diretrizes, cresceu a implantação de cursos de jornalismo (mais de metade deles surgiram a partir dos anos 2000) e também aumentou, no campo da pesquisa em comunicação, a produção científica a respeito de problemáticas relacionadas à formação em jornalismo. A velocidade com que esse cenário se altera na primeira década do século XXI destoa das mudanças processadas ao longo da segunda metade do século XX.

Enquanto no século passado, entre os anos de 1947 e 1984, segundo Moura (2002), foram definidos cinco currículos para o curso de jornalismo (1962, 1965, 1969, 1977/1978, 1984); no século XXI, as duas mudanças protagonizadas foram mais significativas. Em 2001, o currículo mínimo foi substituído por diretrizes curriculares nacionais, com a transformação do curso de jornalismo em habilitação da graduação em comunicação social (BRASIL, 2001, 2002). Já em 2009, a Comissão Marques Melo, por delegação do Ministério da Educação, apresentou um relatório com propostas para novas diretrizes curriculares (BRASIL, 2009). Em fevereiro de 2013, quase quatro anos depois, o CNE aprovou um parecer, baseado integralmente no relatório da referida comissão (BRASIL, 2013a). Em setembro do mesmo ano, o Ministério da Educação publicou uma resolução com as novas diretrizes curriculares para o curso de jornalismo (BRASIL, 2013b), que deixou de ser habilitação do curso de comunicação social, a serem implementadas por todos os cursos de jornalismo, públicos e privados, num prazo de dois anos.

É no ínterim dessa mudança de diretrizes que se constrói nosso corpus de reflexão. Daí a proposta de refletir sobre o assunto a partir da proposição de estudiosos e pesquisadores presentes nas referências bibliográficas (livros, coletâneas, teses, dissertações e artigos científicos) sobre a temática, com consulta aos documentos oficiais (diretrizes curriculares e projetos pedagógicos dos cursos) que regulamentam a formação oferecida nas instituições de ensino superior, e aos interlocutores (gestores) que vivenciam o cotidiano da formação superior em jornalismo.

Para refletir sobre as contribuições ao tema, partimos de um questionamento ao objeto de pesquisa: como é pensado o jornalismo frente a (trans)formação que as instituições superiores têm promovido no desenvolvimento de perfis dos futuros profissionais no Brasil? Apresenta-se aqui a hipótese de que as reflexões sobre formação em jornalismo no Brasil transitam entre a especializante e

a experimental, constituindo-se em um campo de disputa entre uma concepção que destaca uma linearidade no fluxo dos fenômenos simbólicos e outra, que enfatiza uma formação que busca provocar deslocamentos na construção das narrativas dos acontecimentos com a participação social. A primeira, constrói-se orientada pelo paradigma informacional, detido no propósito de instrumentalizar as práticas produtoras de conteúdo que percebem os acontecimentos a partir de uma lógica econômico-capitalista. Já a segunda, constitui-se no paradigma relacional, que é a busca também de outros espaços suscetíveis de operacionalizar a construção de narrativas sobre os acontecimentos com participação social.

Para isso, revisamos o estado da arte sobre a formação em jornalismo como tema na pesquisa comunicacional brasileira. Também analisamos a formação dos jornalistas brasileiros nos olhares (livros, coletâneas, teses dissertações e artigos científicos), nas propostas de diretrizes curriculares nacionais (DCNs) e no conteúdo dos projetos pedagógicos de jornalismo. Observamos, além disso, a proposta de formação em jornalismo no Brasil presente nos discursos dos interlocutores (docentes); e relacionamos as propostas de perfil do jornalista presentes no universo da pesquisa aos paradigmas de abordagem comunicacional (informacional e relacional).

OS PARADIGMAS INFORMACIONAL E RELACIONAL

Os paradigmas informacional e relacional germinaram praticamente no mesmo contexto espaço-temporal. Ambos consolidaram-se pela contribuição de teorias que abordam a comunicação, mesmo enfocada pela ótica de outras ciências, como a sociologia (corrente funcionalista) e a psicologia social (corrente behaviorista), principalmente nas primeiras décadas do século XX.

Ou seja, entre ambos os modelos operados pelos americanos (teoria funcionalista) e europeus (teoria crítica), em comum, além de dominados pelo uso de interesses militares e geopolíticos, desfrutavam da presença do paradigma informacional, que "foi, durante muito tempo, o verdadeiro paradigma dominante, raramente posto em questão e o mais frequentemente utilizado; e nisso, tradição empírica e pesquisa crítica andaram a par e passo" (WOLF, 1999, p. 53).

Nas pesquisas americanas, a preocupação era com a transmissão da mensagem, tendo como enfoque a comunicação como parte de um processo mecânico no qual a informação segue um modelo telegráfico de elaboração e circulação, inspirada numa fórmula matemática capaz de controlar e produzir comportamentos automáticos. "O paradigma informacional entende a comunicação como um processo de transmissão de mensagens de um emissor para um receptor, provocando determinados efeitos" (FRANÇA, 2001, p. 14). Segundo Wiener (1968), que inspirou o modelo matemático-informacional com sua obra *Cibernética e Sociedade*, a formalização matemática do comportamento humano seria possível pela previsibilidade e pelo cálculo de sinais aparentes, que seriam provocados por estímulos externos em busca de determinados efeitos (E=>R).

Especificamente no campo norte-americano, além das bases funcionalista (sociologia) e behaviorista (psicologia social), também se registra a preferência pelo modelo comunicacional linear desenvolvido por Lasswell, publicado na obra *Propaganda Techniques in the World War,* em 1927, e a partir de então, adotado em todos os estudos comunicacionais. Ao adaptar um modelo comunicacional aristotélico (a pessoa que fala => o assunto => e a pessoa a quem fala) propondo novas nomenclaturas (emissor/fonte => mensagem => receptor), Lasswell acrescentou dois outros elementos no processo comunicacional (diz o quê e com que efeitos),

porém, a proposta ignorou o caráter dialógico, desconhecendo uma relação proposta pelo pensador grego – ou, como prefere Mead (1973), o "ato social" que mobiliza a totalidade do processo comunicativo, para considerar o processo informativo esgotado ao atingir o receptor.

Mesmo assim, outras correntes também foram apropriando-se do modelo de Lasswell, quase todas marcadas por elementos específicos do processo comunicativo mediado. As pesquisas de bases funcionalistas preocupavam-se com a função dos aspectos técnicos, observando a individualidade de cada um deles como elementos do processo comunicativo; os behavioristas, centrados nos efeitos das mensagens, propõem uma concepção linear de relação entre emissor e receptor, em que o segundo é visto apenas como estimulado em suas ações. "*Pretende observar la conducta tal como ocurre, y utilizar esa conducta para explicar la experiencia del individuo sin introducir la observación de una experiencia interna, de una consciencia como tal*" (MEAD, 1973, p. 51). E ainda, além do mesmo modelo, também tinha a mesma concepção de que o êxito da informação estava no segredo de fazer chegar a mensagem ao receptor. Daí que seja o emissor, ou a mensagem ou o canal, o que cada um deles deve fazer isoladamente é concentrar-se no mesmo esforço mecânico, que é atingir o receptor, sem necessariamente preocupar-se em ser atingido por ele, e ainda assim obter-se o sucesso com a mensagem.

Em relação ao jornalismo, a adoção do paradigma informacional motivou-se por um contexto de transformações que vão colocar a informação como um valor fundamental na condição humana a partir do século XX, com o propósito de estimular a reação dos sujeitos. O acontecimento quando notícia, a partir de então, passava a ser tratado como informação que, telegraficamente (principalmente para facilitar a transmissão por telégrafos), deveria responder ao que os americanos passariam a chamar anos depois de

modelo 5W, que ainda hoje adota-se no jornalismo de modo predominante. Enquanto isso, na Europa central, Groth (2011) e outros pesquisadores alemães já apontavam como evidentes os sinais da liberdade de decidir sobre os conteúdos migrando do jornalista para o editor.

Para Groth (2011), a história das relações entre redação e editoria destaca a conexão intrínseca que há entre a:

> [...] prioridade do comentário como produto da mente criadora jornalística e a dominação do publicista no jornal de um lado e do outro a preponderância do relato, do noticiário atual e universal com uma produção técnico-econômica, e do domínio simultâneo do editor sobre a redação (GROTH, 2011, p. 57).

Com o papel fixo previamente definido, é possível estudar separadamente cada um dos componentes do processo informacional: "[...] estuda-se a lógica da produção, dos emissores; a característica dos meios (natureza técnica, modos operatórios); as mensagens (conteúdos); a posição e atitudes dos receptores" (FRANÇA, 2001). Mas, é justamente pela incapacidade de estudar o processo comunicativo como um todo que torna inviável o uso do aparato disponível pelo paradigma informacional, pois o mesmo é insuficiente para tratar da comunicação na totalidade.

Já sob a égide do paradigma relacional, o ato comunicativo compreende-se pela produção e no compartilhamento de sentidos entre sujeitos. O modelo é inspirado nas propostas de Mead (1973), que considera o ato social ocorrendo em determinado contexto numa interação reflexiva entre espírito, *self* e sociedade. Segundo este, a comunicação é quem opera a interação, mediatizada pelo uso de uma linguagem constituída por gestos significantes expressados nos bens

simbólicos. A contribuição central da obra de Mead para a comunicação está em demonstrar seu importante papel nesse caminho de relações, e nas mesmas bases que sustentaram a compreensão da predominância do modelo informacional, o behaviorismo. Porém, vai um pouco mais adiante, ao considerar o arbítrio do sujeito e a imprevisibilidade da ação como os motores do processo comunicativo.

Para Vera França (2001), a comunicação abrange um processo de produção e compartilhamento de sentidos entre os sujeitos, tornando necessária a adoção de um modelo que dê conta da totalidade do processo comunicativo. Surge então a perspectiva de trabalhar com o modelo relacional, uma proposta paradigmática para tratar da comunicação como "ação partilhada" de trocas simbólicas, que geram sentidos entre os seus interlocutores. Esta outra descrição do processo comunicativo busca resgatar a circularidade e globalidade do processo, observando a interrelação entre os elementos em um quadro relacional. "A especificidade do olhar da comunicação é alcançar a interseção de três dinâmicas básicas: o quadro relacional (relação dos interlocutores); a produção de sentidos (as práticas discursivas); a situação sociocultural (o contexto)" (FRANÇA, 2001, p. 16).

No modelo relacional, o eixo observacional não ocorre pelo viés da transmissão, mas, a partir da dinâmica de trocas entre os receptores. Troca-se a linearidade por uma dinâmica interacional e reconhece-se a bilateralidade do processo comunicativo nas mesmas condições para os interlocutores, o que não é possível de ser visualizado no modelo informativo. "Nesse modelo a ênfase é toda centrada na natureza da relação entre os dois polos, apagando ou desconhecendo os demais aspectos do processo (inclusive a natureza das mensagens e os sentidos produzidos)" (FRANÇA, 2001, p. 15).

Na proposta de Mead (1973), a comunicação (bens simbólicos) e a linguagem (gestos significantes) atuam como

mediadores dos movimentos em que o indivíduo e a sociedade se constituem. Para o trabalho de Mead (1973), o papel da comunicação é um eixo explicativo (FRANÇA, 2008), pois os bens simbólicos são fundamentais na relação dos interlocutores para a construção de conhecimento sobre a realidade. "*La forma de enfoque que yo sugiero es la de tratar la experiencia desde el punto de vista de la sociedad, por lo menos desde el punto de vista de la comunicación en cuanto esencial para el orden social*" (MEAD, 1973, p. 49).

A interação é uma dinâmica do estímulo-resposta, isto é, um está imbricado no outro. O sujeito da interação é dotado de uma dupla consciência, dele e do outro. Só dando conta dele, o sujeito não verá o outro e não há possibilidade de interação. A dupla consciência é constituída de agentes com objetos e metas. Porém, pode-se ter consciência do outro, mas ele é imprevisível. A ação dele é autônoma, pode ser parcialmente previsível, mas o sujeito na interação, em estímulo-resposta, provoca uma variedade de resposta, por isso, a sociedade avança e a sociedade muda. "Esta é a comunicação para Mead: a realização de um tipo de gesto, os gestos significantes, que são ao mesmo tempo estímulos e respostas, em um ato marcado pela consciência da dupla afetação" (FRANÇA, 2008, p. 80).

As propostas de formação em jornalismo das universidades brasileiras transitam neste paradoxo. E é a partir deles que proporemos nossas categorias de análise do objeto que constitui o universo empírico da investigação, estruturada a partir de pesquisa documental e análise de conteúdo. Adiante, propomos um fluxograma para operacionalizar a relação entre o universo e as categorias de análise, cujos resultados contribuirão para a compreensão do modelo de formação em jornalismo desenvolvido nas universidades brasileiras, considerando a produção bibliográfica, as diretrizes curriculares, os projetos pedagógicos de curso, sob a luz dos paradigmas informacional e relacional.

OBJETO EMPÍRICO: A LITERATURA CINZENTA E A MATRIZ DE ANÁLISE

Com base na análise da "literatura cinzenta", analisamos um conjunto de contribuições para a problemática da formação em jornalismo. Em geral, considera-se como literatura cinzenta os livros, coletâneas e demais produções de conteúdo acadêmico, publicadas com vistas a produzir divulgação científica (portanto, não comercial) e circulação restrita, pois a tiragem costuma ser baixa, menor que as tiragens comerciais, o que é o caso também das revistas científicas e dos anais de eventos científicos. O recorte metodológico reconhece a literatura cinzenta brasileira sobre a formação em jornalismo (livros, coletâneas, teses, dissertações e artigos científicos) e proposta de projetos pedagógicos balizado em Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e entrevistas com representantes de curso, detido no período de julho de 2001 a dezembro de 2013. A análise final opera sobre uma base empírica composta de 408 fontes (seis livros, 17 coletâneas, 78 capítulos de coletâneas, 12 teses, 12 dissertações, 271 artigos científicos – anais e revistas – oito projetos pedagógicos de cursos de jornalismo e nove entrevistas).

Ao pesquisar a produção bibliográfica a partir dos anos 2000, mais especificamente, a publicada após a primeira versão das diretrizes curriculares (2001) e considerando apenas os trabalhos sobre a formação em jornalismo, registrou-se um crescimento significativo no número de obras. Nos últimos 12 anos (2001-2013), por exemplo, foram identificados 23 títulos publicados, sendo seis livros e 17 coletâneas, o que significa um aumento em torno de 10% a mais do que toda a produção registrada em meio século (1950-2000). Isso prova a complexidade, o interesse e a importância da temática para a pesquisa comunicacional brasileira. Quanto às pesquisas desenvolvidas sobre a temática nos programas de pós-

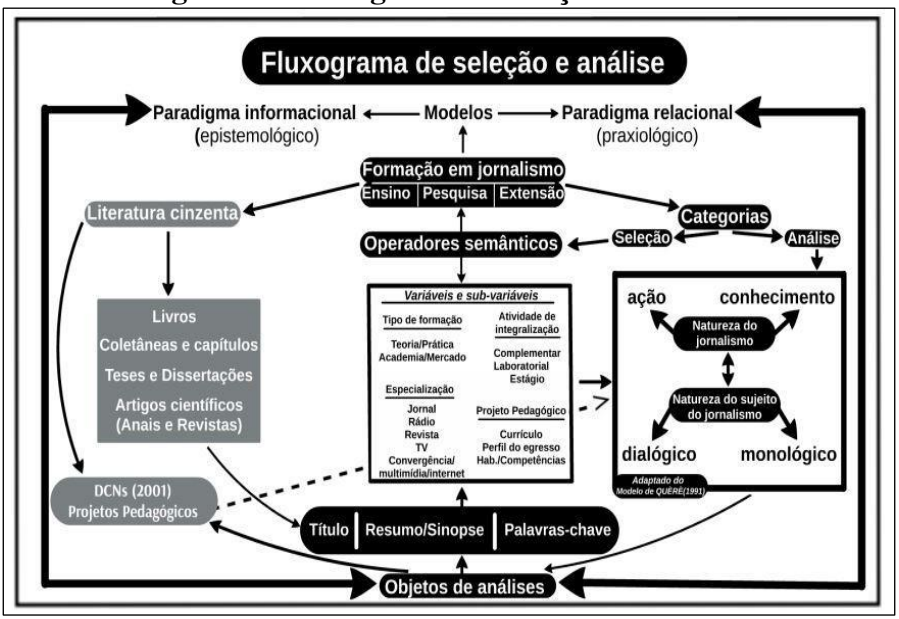
graduação de comunicação, foram identificadas 12 teses e 12 dissertações, defendidas entre 2001 e 2013. Acrescentamos a essa produção de aproximadamente três centenas de artigos científicos sobre o tema publicados em revistas científicas e nos anais de quatro importantes eventos científicos da área da comunicação.

Para testar a validade da hipótese, a literatura cinzenta foi submetida a uma matriz de análise com duas categorias, que tratam sobre a "Natureza do jornalismo (Conhecimento, Ação)" e a "Natureza do sujeito do jornalismo" (Monológico, Dialógico). Portanto, o resultado da análise leva em consideração as distinções que caracterizam os paradigmas informacional (modelo epistemológico) e relacional (modelo praxiológico).

No fluxograma (FIGURA 1) está explicitada a operacionalização entre as matrizes de seleção e de análise do universo da pesquisa (literatura cinzenta), com os tipos de produções científicas selecionadas para análise. Depois da definição da questão de pesquisa apresentada à temática, ou seja, ao objeto de pesquisa, qual seja, a formação em jornalismo, ocorreu, então, a delimitação do universo de pesquisa e a escolha das categorias de análise em busca de respostas. Para ambos, é proposto um fluxograma de seleção e análise. O ponto de partida é a temática (formação em jornalismo) e suas subcategorias (ensino, pesquisa, extensão) que constituem uma tríade indissociável na formação superior no Brasil.

Posteriormente, mas antes de serem aplicadas à literatura cinzenta, as categorias e suas subcategorias foram submetidas a um tensionamento em busca de novos estratos que constituem-se como variáveis e subvariáveis. Com isso, todos (categoria, subcategorias, variáveis e subvariáveis) passaram a constituir os operadores semânticos na seleção do objeto e na identificação nos aspectos das categorias de análise cujos resultados devem apontar o(s) modelo(s) de formação superior em jornalismo presente no universo de pesquisa.

Figura 1 – Fluxograma de seleção e análise



Fonte: Elaboração própria.

A partir do fluxograma é possível, a partir da sua operacionalização, conhecer o modelo de formação superior proposto por uma determinação instituição, seja ela pública, privada ou comunitária. O fluxograma busca dar dinamicidade e eficácia à coleta dos dados empíricos, e também ao seu processo de análise, com o objetivo de contribuir para a construção de um discurso que corrobore ou não à hipótese de pesquisa, que trata sobre o modelo de formação, proposto pelas instituições e presentes nos estudos sobre o tema, transita entre os paradigmas comunicacional e relacional.

A análise dos dados evidenciou que a tríade indissociável da formação superior em jornalismo não tem recebido um tratamento coletivo e menos ainda equilibrado entre as fontes. Nas 396 fontes

codificadas, a subcategoria "ensino" é citada em quase 90% delas, são 353 fontes que fazem referências à referida subcategoria; na sequência, a "pesquisa" ocupa pouco mais de 10% das referências com citação em 51 fontes; a "extensão", em última posição, com 7% das citações aparece como tema em 26 fontes. Destaca-se que nenhum dos trabalhos pesquisados, mesmo os que tratam sobre a "formação em jornalismo" (entendida como constituída da tríade ensino, pesquisa e extensão), considera explicitamente em suas proposições sobre uma formação superior para jornalistas composta por tais elementos.

As 293 fontes codificadas demonstram a superioridade da subcategoria "ensino", em relação à "pesquisa" e, mais ainda, sobre a "extensão", tratadas invariavelmente como complementares à primeira. Ou seja, entre as três subcategorias (ensino, pesquisa, extensão), se considerarmos as fontes exclusivamente do subnó "ensino", as mesmas representam algo em torno de 75% do total, o que significa que o "ensino" é tema exclusivo em três de cada quatro fontes que tratam sobre a formação superior em jornalismo no Brasil. O subnó "ensino" está codificado em 293 fontes, divididas em 129 artigos de anais, 72 artigos de revistas, 52 capítulos de coletâneas, 13 coletâneas, 11 teses, 11 dissertações e quatro livros. A subcategoria "ensino" é tratada sob várias perspectivas, geralmente, associada a uma questão específica, por isso, alguns temas são mais predominantes, entre eles, a questão do jornalismo especializado (jornalismo digital ou online, jornalismo ambiental, esportivo, jornalismo cultural, jornalismo científico, jornalismo comunitário, jornalismo rural, jornalismo turístico), a Internet e as novas tecnologias (convergência, webjornalismo, cibejornalismo, webtv, webrádio, rádio online, TV online, webjornal, blogs), jornal-laboratório, radiojornalismo, telejornalismo, documentário, agência de notícias, revista, edição, professor/docente, estágio, currículo, diretrizes curriculares, projeto pedagógico, qualidade/diploma/avaliação, ética, responsabilidade social e

deontologia, ensino teoria/prática, TCC/projeto experimental, pedagogia/didática e experiências, propostas de cursos e formação, os pioneiros e os precursores.

O modelo de ensino de jornalismo adotado pelas escolas de jornalismo no Brasil é considerado de natureza crítico-experimental, que precisa se "reinventar no século XXI", adotar estruturas interdisciplinares que podem "enriquecer e redimensionar o ensino superior do jornalismo". Defende-se um ensino de jornalismo com projeto político-pedagógico "democrático", um instrumento e fórum permanente para a discussão de elementos fundamentais para a formação de profissionais. O ensino do jornalismo também é questionado pelos aspectos da "qualidade" e da necessidade de "diploma". São destacadas iniciativas "na busca por melhorar a qualidade do ensino do jornalismo" e oferecer uma formação focada na "qualidade dos profissionais para o mercado da comunicação" ou formar cidadãos críticos, pois a "sociedade precisa e tem direito à informação de qualidade, ética, democrática". De um lado, os defensores do ensino específico para "melhorar a qualidade da produção jornalística no país", de outro, os defensores de um ensino mais afeito às necessidades do mercado da comunicação.

Os estudos colaboram para compreender o perfil do egresso de jornalismo e expõem nos resultados uma realidade marcada pelo distanciamento entre a atualização curricular, as necessidades do mercado e as transformações recorrentes na práxis jornalística. Todavia, o momento que vivemos é totalmente propício a uma inversão de conduta, em que a formação profissional tem diante de si a possibilidade não somente de atender as demandas do "mercado", mas de suprir uma carência crescente por formatos e conteúdos experimentais e inovadores. Que os cursos de jornalismo devem – e podem – funcionar como laboratórios experimentais de processos e produtos para o "mercado", e não apenas como formadores de mão-de-obra. O estudo que aqui apresentamos até

pode ser entendido como uma releitura da realidade contemporânea da formação profissional, mas também deve ser visto como desafio para mostrar que a academia pode apresentar soluções comunicacionais, além de atender apenas a necessidades técnico-operacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse universo de pesquisa buscou-se refletir sobre a dinâmica da formação em jornalismo no Brasil, questionando que (trans)formação as instituições de ensino têm promovido no desenvolvimento de competências dos futuros jornalistas no Brasil. Diante da possibilidade de transposição de uma concepção meramente linear do fluxo mediado dos fenômenos simbólicos, confirmamos a hipótese de que a formação em jornalismo se constitui como um campo de disputa, num cenário em que as propostas das universidades brasileiras podem transitar entre a especializante e a experimental. A primeira proposta orienta-se pelo paradigma informacional, detida no propósito de instrumentalizar as práticas produtoras de conteúdo que percebem os acontecimentos a partir de um interesse econômico/comercial. A segunda constitui o paradigma relacional, objetivando outros espaços suscetíveis de operacionalizar a construção de narrativas sobre os acontecimentos, convertendo-os em bens simbólicos e garantido o fluxo dos fenômenos comunicativos. A formação especializante volta-se a uma instrumentação do fazer, pouco atenta à efetiva circularidade decorrente da interação social da prática jornalística. Em contraposição, uma formação mais aprofundada, calcada no paradigma relacional, viria a propiciar ao jornalista a compreensão da cadeia reflexiva entre jornalismo e vida social.

Por fim, a proposta do fluxograma para análise do modelo de formação em jornalismo aqui apresentada se propõe a ser aplicável, também de modo específico, a cada curso de jornalismo em particular. Salienta-se que esta também pode ser experimentado em outros cursos de formação superior do país para identificar o paradigma predominante ou mais evidente. Para isso, basta operar o fluxograma a partir da formação específica, utilizando como universo de análise as diretrizes curriculares, o projeto pedagógico do curso ou pelo menos seu esboço e os dados obtidos com os interlocutores (professores e pesquisadores, profissionais, ONGs, entidades sindicais e patronais, egressos e discentes etc.) colhidos diretamente e/ou extraídos do projeto pedagógico do curso e/ou do seu memorial de elaboração (relatórios, atas de reuniões etc).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo**. Brasília: Ministério da Educação, 2013a. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12/12/2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CES n. 492, 09 de julho de 2001**. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12/12/2022.

BRASIL. **Portaria n. 203, de 12 de fevereiro de 2009**. Brasília: Ministério da Educação, 2009. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12/12/2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CES n. 1, de 01 de outubro de 2013**. Brasília: Ministério da Educação, 2013a. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12/12/2022.

BRASIL. **Retificação do Parecer CNE/CES/ n. 492/2001**. Brasília: Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 12/12/2022.

FRANÇA, V. V. "Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. MEAD". *In*: PRIMO, A. *et al*. (orgs.). **Comunicação e interações**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2008.

FRANÇA, V. V. "Paradigmas da comunicação: conhecer o quê?" **Revista Ciberlegenda**, n. 5, 2001.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MEAD, G. H. **Espiritu, persona y sociedade**: desde el punto de vista del conductismo social. Buenos Aires: Paidós, 1973.

MOURA, C. P. **O curso de comunicação social**: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. Porto Alegre: Editora da PUC-RS, 2002.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2005.

WIENER, N. **Cibernética e sociedade**: o uso humano de seres humanos. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

CAPÍTULO 4

A Evolução do Jornalismo Televisual Brasileiro:
Das Máscaras Faciais ao Conteúdo Personalizado

A EVOLUÇÃO DO JORNALISMO TELEVISUAL BRASILEIRO: DAS MÁSCARAS FACIAIS AO CONTEÚDO PERSONALIZADO

Sonia Regina Soares da Cunha

Maria Érica de Oliveira Lima

A crise sanitária mundial provocada pelo coronavírus em 2020 fez com que os jornalistas que comunicam as notícias pela TV e os acadêmicos que estudam esse tema estejam a escrever um novo capítulo da história do jornalismo televisual. Televisual é a nomenclatura oficializada para nomear "as disciplinas voltadas à produção de programa jornalístico de televisão" (PICCININ; PUHL, 2013, p. 08) nos cursos superiores de muitas universidades brasileiras.

O conceito televisual permite nomear o meio televisão como contexto cultural, "metáfora reguladora para a vida social", como observado por Mutman (1996, p. 79), porque "a televisão não é apenas um meio eficaz de divulgação de conhecimento ou imagens, mas uma forma cultural".

O caos cotidiano revelado pelo televisual, "como conceito, como antecipação cultural, como tecnologia patenteada", aciona a interatividade somatossensorial dos agentes sociais, como observadores distantes, promovendo possíveis reflexões sobre a incertitude dos acontecimentos coletivos na esfera pública, em contraste com as certezas da visão subjetiva individual, característica que Uricchio aponta como uma "curiosa reordenação da mídia em nossa vida cotidiana e científica" (URICCHIO, 1997, p. 84). Um exemplo que provocou a reação dos telespectadores nas redes sociais

foi a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais pelos repórteres das emissoras de TV no início da pandemia. O diretor-geral de jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel, justificou a obrigatoriedade afirmando que "os jornalistas precisam dar exemplo para os telespectadores" (BATISTA JR., 2020).

Na Austrália, o Departamento de Saúde e Serviços Humanos (DHHS) determinou que os repórteres estão isentos de usar máscara ao falar diretamente para a câmera, mesmo nas ruas: "Pessoas cujas profissões exigem enunciados claros ou visibilidade da boca estão isentos. Isso inclui ensino ou transmissão ao vivo" (BUTLER, 2020). Entretanto, essa prática é contestada por alguns telespectadores australianos que consideram necessário o repórter também cobrir o rosto como todo cidadão australiano. Opinião diferente da maioria dos cidadãos americanos do Texas (EUA), como observa a jornalista Alex Crawford, da "Sky News", que foi questionada nas ruas porque utilizava uma máscara de proteção facial durante a gravação de uma reportagem sobre a celebração do dia da independência dos Estados Unidos (04/07/2020), momento em que a maioria dos texanos desrespeitou o isolamento social e o uso da máscara de proteção.

Essa reação das pessoas reflete em grande parte o discurso político de negacionismo da doença praticado pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e outros políticos populistas, entre eles, Boris Johnson (Reino Unido), Vladimir Putin (Rússia) e o ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Além de promover a desinformação, alguns líderes, principalmente no início da pandemia menosprezaram os estudos científicos sobre a doença e a comunicação produzida pelos profissionais da mídia.

No Brasil, além da crise sanitária provocada pelo coronavírus, os profissionais que atuam em emissoras de TV também enfrentaram os problemas relacionados com a crise econômica nas empresas, independentemente do tamanho da emissora e da quantidade de funcionários, porque além da queda nas

receitas publicitárias houve um aumento das despesas administrativas com o pagamento das licenças médicas, "*home office*" e demissões, entre outras demandas estruturais que dificultaram a realização de novos projetos.

METODOLOGIA

A metodologia do "estudo de caso" (YIN, 2001) embasa esta pesquisa que analisa o fenômeno a partir dos conceitos fundamentais da "tecnocultura" (SHAW, 2008; VANNINI, HODSON; VANNINI, 2010; SANGUESA, 2011).

Como o discurso tecnocultural é dominante na contemporaneidade, este estudo se justifica pela necessidade de ampliar democraticamente uma visão estratégica, entre todos os setores da sociedade e a própria sociedade, sobre a nova tecnologia e sua suposta neutralidade. Por ser considerada uma entidade autônoma a tecnologia evolui conforme suas próprias leis, ou ainda, por ser considerada uma entidade neutra a tecnologia se desenvolve a partir de uma neutralidade processual. "Essa 'neutralidade' ignora a modelagem social da tecnologia digital, como fazia no passado com a modelagem social da ciência e das tecnologias anteriores. Isso sugere que não há restrição à sua implantação" (SANGUESA, 2011, p. 04).

O estudo observa a necessidade de refletirmos sobre a condição de desenvolvimento humano a partir da democratização da inovação tecnológica tendo em vista que a inovação depende do desenvolvimento do processo digital. A digitalização está transformando a indústria de conteúdo, ou seja, "as tecnologias digitais são, ao mesmo tempo, meios de comunicação e meios de produção" (SANGUESA, 2011, p. 02). A interdependência entre

tecnologia e cultura pode ser expressa pela relação entre os "padrões de vida social, estruturas econômicas, política, arte, literatura e cultura popular" (SHAW, 2008, p. 04).

Na contemporaneidade ver televisão pode significar acessar o portal da emissora de TV pela Internet, ou ver o arquivo da videorreportagem pelo YouTube, ou ainda, ver o vídeo da notícia encaminhado por um aplicativo de mensagens. Como a força experiencial em ver televisão é muito forte segue-se falando em ver. "Mas esse ver é, em muitos casos, radicalmente diferente do velho ver televisivo" (SCOLARI, 2011, p. 129). Embora o termo televisivo ainda seja bastante utilizado, essa palavra pode remeter ao aparelho de televisão instalado dentro de um espaço residencial ou comercial a captar através de uma antena o sinal analógico de áudio e vídeo transmitido pelas ondas eletromagnéticas contínuas.

Televisual, portanto, encaixa-se melhor quando o assunto trata da produção, transmissão e recepção de áudio e vídeo digital[3] pelas novas plataformas e inúmeros dispositivos, porque amplia a reflexão para o hibridismo dessa linguagem formada pelas matrizes verbal, visual e sonora (SANTAELLA, 2001; CUNHA, 2020).

A evolução das práticas sociais midiáticas e dos processos culturais revela a essência das mediações vivenciadas pelos agentes sociais diante das novas tecnologias. A implementação da TV 3.0 no Brasil prevê funcionalidades interativas que permitirão, por exemplo, escolher o melhor ângulo para determinadas cenas ou buscar a tradução para legendas na Internet. Digitalizar pode significar transformar o conteúdo da narrativa em um simples ajuntamento de dados/códigos. O processo participativo reflexivo

[3] No sistema de TV Digital as imagens, sons, textos e gráficos produzidos e comunicados pelas emissoras de televisão são convertidos em correntes de bits (1 ou 0), códigos binários da linguagem digital de computadores, fazendo com que o sinal digital seja recebido e convertido novamente em imagem, som, texto e gráfico pelo dispositivo do usuário, com melhor qualidade do que pela transmissão do sistema analógico.

deve envolver interdisciplinarmente, docentes, discentes, profissionais e representantes da sociedade, porque a inovação tecnológica germina nos laboratórios, floresce nos debates e frutifica culturalmente na sociedade.

O fenômeno, historicamente

No Brasil, a primeira licença para a transmissão de televisão, em preto e branco, saiu em setembro de 1950, em nome da Rádio Difusora de São Paulo, prefixo PRF-3, do jornalista Francisco de Assis Chateaubriand (1892 – 1968). Trinta anos depois com a transmissão em cores ocorreu a renovação do parque técnico para produção e transmissão de televisão analógica no Brasil, fator que contribuiu para o desenvolvimento do processo de verticalização estrutural, isto é, as matrizes das emissoras ("cabeça de rede") ficaram concentradas no Sudeste brasileiro, principalmente no eixo Rio de Janeiro e São Paulo produzindo a maior parte do pasteurizado conteúdo hegemônico televisual impregnado dos valores próprios dos empresários proprietários, favorecidos economicamente pelo sistema instituído e vigente.

No final da década de 1990, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel iniciou estudos para implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (Dec. nº 5.820/2006 e Port. M.C. nº 652/2006). O portal da TV Digital Brasileira (2020) informa que há dois tipos de serviços de TV aberta: a) analógica e b) digital. A TV aberta é um serviço oferecido gratuitamente ao público pelas emissoras de televisão abertas, por exemplo: TV Bandeirantes, TV Gazeta, TV Globo, TV Record, Rede Vida, SBT, entre outras.

Apesar da redução na arrecadação de verba publicitária, a pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2, responsável pela

Doença do Coronavírus 2019 - Covid-19 (SENHORAS, 2020) pode ter contribuído para que as emissoras de TV reconquistassem o público de acordo com os dados do KantarIbope (2020). Um dos motivos seria o isolamento social que obrigou a população a ficar em casa. As pessoas começaram a buscar entretenimento e informação através do serviço aberto de radiodifusão brasileira destinado à transmissão de sons e imagens, ou seja, programas jornalísticos e de entretenimento transmitidos gratuitamente através dos canais da TV Aberta. Em alguns casos ocorreu um aumento de até oito horas diárias na busca e recepção de informações sobre A Covid-19 e as consequentes crises na economia e na política brasileira.

A CULTURA DE PROTEÇÃO

Com o surto pandêmico dA Covid-19, em 2020, a máscara facial passou de proibida (em manifestações) a obrigatória (em aglomerações) em todo o mundo, sendo considerada uma boa estratégia como intervenção não farmacêutica para proteção individual durante a pandemia para reduzir a disseminação do coronavírus. “Os estudos demonstram que a máscara é um recurso a mais na prevenção, que deve sempre vir acompanhada do distanciamento social, medidas de higienização das mãos e etiqueta respiratória” (TAMINATO *et al*., 2020, p. 08).

Na verdade, as coberturas faciais para proteção da saúde respiratória datam de pelo menos dois mil anos (LYNTERIS, 2018; ENFIELD, 2020). O explorador italiano Marco Polo (1254-1324) relatou o uso de lenços de seda pelos preparadores de alimentos servidos ao imperador chinês da dinastia Yuan no século XIII. Durante a peste negra no século XVIII, o médico francês Charles de Lorme criou uma máscara que tinha proteção de vidro para os olhos e um bico no nariz com um filtro de ervas aromáticas e curativas.

Outro francês, o cientista Louis Pasteur (1822-1895) foi quem detectou a presença de bactérias no ar, em 1861, indicando o uso da máscara facial como medida preventiva para reduzir o contágio durante as epidemias.

No início do século XX, ao tratar pacientes com doença pulmonar, no norte da China, o médico Wu Lien-teh desenvolveu um protótipo da máscara facial utilizada atualmente (FLOHR, 1996). O mundo ainda estava se recuperando dos estertores da Primeira Guerra Mundial quando o vírus H1N1 espalhou-se infectando mais de 500 milhões de pessoas em toda a Terra. Para diminuir a contaminação as autoridades da Ásia recomendaram o uso das máscaras, norma que foi prontamente observada pelos profissionais de saúde em outros continentes, especialmente na América do Norte, onde médicos e pacientes passaram a ser vistos com máscaras faciais.

O vírus da "influenza", equivocadamente nomeado de "gripe espanhola" (1918-1920) matou cerca de 35 mil brasileiros, entre eles, Rodrigues Alves (1848-1919), presidente do Brasil na época (TASCHNER, 2020). Seguiram-se as pandemias de gripe de 1934 e 1957 que reforçaram a disseminação do uso de máscaras faciais em todo o mundo, especialmente no Japão e China para evitar a propagação de doenças, como parte da cultura asiática de proteger o próximo. Contudo, o uso de máscaras faciais, inclusive para proteção contra gás lacrimogêneo lançado pela polícia para conter manifestantes, foram utilizadas pelos jovens chineses para evitar o reconhecimento facial durante os protestos contra o autoritarismo do governo chinês, no início de outubro de 2019, levando a chefe do executivo em Hong Kong, Carrie Lam, a proibir o uso de máscaras pelos ativistas (VINCENT, 2019; SMITH, 2019). Medida que já havia sido adotada pelo Parlamento francês em janeiro de 2019, durante os protestos do movimento "gilet jaune" (colete amarelo).

Com a disseminação do coronavírus em todo o planeta o isolamento social foi considerado como principal atitude preventiva para evitar a contaminação. As outras indicações são: a higienização das mãos e o uso da máscara facial, determinações seguidas pelas empresas de comunicação, indústria e comércio, em todo o Brasil. Diferentes modelos de máscaras estão sendo utilizados pelos repórteres das emissoras de televisão no Brasil, algumas mais confortáveis, outras, nem tanto. Entre as dificuldades para o desenvolvimento do trabalho diário os jornalistas apontam: a "falta de ar" e a "dificuldade para falar". A repórter Renata Costa durante uma apresentação, ao vivo, no telejornal "Bom Dia Brasil" (BARBOSA, 2020) não conseguia respirar por causa da máscara e pediu uma pausa para poder completar uma informação.

Uso da máscara e o jornalismo remoto: contingência permanente?

Apesar das dificuldades, os jornalistas em todo o planeta seguiram e seguem na linha de frente da cobertura dos fatos sobre o coronavírus. A editora do jornal "Tampa Bay Times" (Flórida, EUA), Sharon Wynne, realizou uma pesquisa com jornalistas sobre o uso da máscara e descobriu que a maioria prefere as máscaras de pano costuradas manualmente, ao invés das máscaras N 95, utilizadas pelos profissionais da saúde. Os fotógrafos que estavam trabalhando em casa também tiveram que adotar o uso das máscaras durante as reportagens externas (WYNNE, 2020). A fotógrafa Ivy Cebello gosta das máscaras de tecido que utiliza quando tem que cobrir acontecimentos na rua. Contudo, Cebello alerta que as máscaras dificultam seu trabalho visual, porque as máscaras impedem que a fotógrafa capte as expressões faciais das pessoas.

Esse é um ponto importante para futura reflexão, pois o registro de imagens estáticas e em movimento, de rostos, sorrisos, movimento dos lábios etc., é parte essencial da elaboração da narrativa autoral visual e televisual, durante a mediação interativa entre o sujeito jornalista e o sujeito protagonista no contexto cultural do acontecimento da notícia no mundo da vida.

No Brasil tramita no congresso o Projeto de Lei nº. 3370/2020 que torna obrigatório o uso da máscara transparente pelos repórteres das emissoras de televisão durante as transmissões externas, para que seja possível a leitura labial pelas pessoas surdas oralizadas. Considerados "realizadores de serviços essenciais" (Decreto nº. 10.288, 2020), como os profissionais da saúde, os jornalistas tiveram que readequar o cognitivo para a realização dos novos processos de produção midiática em consonância com as normas do "estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus". Essa obrigatoriedade exigida do jornalista levanta uma dúvida sobre a necessidade do uso da máscara transparente por outros profissionais.

Afinal, o cidadão que necessita da leitura labial para efetivar a comunicação humana, independentemente do local onde vive, zona urbana ou rural, precisa ter acessibilidade em casa vendo o noticiário pela televisão, na rua, no transporte público, no consultório dentário, na escola, enfim. Dados da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020) apontam para um total de mais de 400 milhões de pessoas com problemas de audição, em todo o mundo, das quais 34 milhões são crianças. A WHO (2020) estima que mais de 900 milhões de pessoas em todo o mundo poderão apresentar dificuldade auditiva, até 2050. Diante disso, talvez a máscara transparente deva ser incluída na lista de possibilidades de ajustes que facilitam a acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, como por exemplo, as rampas, elevadores especiais para cadeirantes, piso com textura e cor diferenciada, suportes de apoio etc. O Estatuto da Pessoa com

Deficiência instituído pela Lei nº. 13.146/2015, dispõe no Art. 53 que a acessibilidade "é direito que garante à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social".

Na Ásia, professores japoneses já estão utilizando máscaras transparentes produzidas artesanalmente (ARRODE, 2020). Internacionalmente, as imagens de algumas pessoas e autoridades usando máscaras transparentes foram divulgadas pelas redes sociais (Fig. 1 e Fig. 2), entre elas, o treinador do time de futebol americano do Alabama, Nick Saban (SCARBOROUGH, 2020) e a Secretária de Estado para Pessoas com Deficiência da França, Sophie Cluzel (ARRODE, 2020).

Figura 1 – Nick Saban (esquerda). Sophie Cluzel (direita).



Fontes: AL; AFP.

Nos Estados Unidos a empresa ClearMask começou a produzir uma máscara cirúrgica totalmente transparente para uso em hospitais, clínicas, escolas, varejo e estabelecimentos hoteleiros. O problema é o alto custo desse tipo de máscara, contudo, a solução

talvez seja a colocação do logotipo da emissora nas máscaras, como já é feito com as canoplas dos microfones utilizados pelos repórteres.

O microfone é outro ponto importante para reflexão, pois com o distanciamento obrigatório o repórter deixou de exercer autoridade sobre o uso do microfone pelo entrevistado, que passou a utilizar um microfone neutro na rua, ou do próprio convidado, no caso de a entrevista acontecer remotamente, via Internet.

Outra questão que precisa ser destacada trata do descarte das máscaras, cujo alerta vem dos ambientalistas que preveem um crescente aumento desse tipo de lixo. Se de um lado a saúde do planeta pede socorro, do outro a saúde do sujeito jornalista também demanda cuidados, porque a utilização da máscara para participar durante algumas horas de um evento público, é diferente da utilização da máscara pelo repórter, durante grande parte da jornada de trabalho, caminhando para gravação de externas, entrando e saindo do carro da reportagem, subindo e descendo em elevadores de edifícios, enfim, exercendo a profissão que não tem rotina e que obriga o profissional a estar, o mais rápido possível, no centro dos acontecimentos diários. Além do cansaço pela dificuldade para poder respirar livremente, porque o gás carbônico expelido fica preso na máscara e volta para os pulmões, também pode ocorrer dificuldade para pronunciar as palavras.

O trabalho remoto também está no centro do debate. Muitos profissionais reclamam de fadiga e estresse depois de trabalhar muito tempo em frente a tela do computador, ou diante da telinha do celular. Dados de uma pesquisa da Microsoft (2020) comprova que "devido aos altos níveis de concentração sustentada, a fadiga começa a se estabelecer entre os 30-40 minutos da reunião" (SPATARO, 2020). A referida pesquisa foi realizada pela Harris Poll Survey a pedido da Microsoft, entre os dias 26 e 30 de maio de 2020, com a participação de 2.285 pessoas, com idade acima de 18 anos, que estão trabalhando remotamente, nos Estados Unidos, Reino Unido,

Alemanha, Itália, México e China. Entre as principais causas do estresse provocado pelas videoconferências os respondentes citaram: a) a obrigação de ter que manter o foco contínuo na tela para captar as informações demonstrando engajamento, e b) o desconhecimento sobre o momento certo de falar por não ter uma ampla visão da sala ou das pessoas que participam da reunião.

Na verdade, o trabalho remoto em muitas profissões não é novidade, mas a "live" do repórter a partir do ambiente doméstico pode ser considerada uma quebra de paradigma. Afinal, o jornalista tem que estar presente onde o fato acontece, ou seja, no mundo da vida. Entretanto, o jornalismo remoto já começa a ser considerado uma prática definitiva, bem como, o uso da máscara facial para as reportagens externas, porque segundo a Organização Mundial da Saúde (2020) "nenhuma medida preventiva é 100% eficaz para prevenir infecções, mas praticar todas elas de maneira conjunta pode reduzir as chances de disseminação da infecção". Portanto, mesmo com a vacina imunizante contra o coronavírus, pode ser que o uso da máscara continue por um bom tempo propagando a cultura de proteção ao próximo, bem como, pode ser que as inovações tecnológicas promovam uma (r)evolução das práticas laborais tanto no jornalismo remoto quanto na educação à distância (EAD).

A TRANSIÇÃO TECNOCULTURAL DA TV BRASILEIRA

A estrada histórica da inovação tecnológica revela que, normalmente, quando nós humanos estimulamos as conexões neuronais e buscamos adequar uma lógica da estrutura corporal no sentido de dominar uma nova técnica é porque ela já está inserida economicamente na sociedade sendo testada por indivíduos e coletivos, para então, aos poucos revelar-se como prática na cultura (CUNHA, 2020). Entre as práticas sociais televisuais, via

radiodifusão ou Internet, que se destacaram durante a quarentena dA Covid-19 podemos citar:

> a) as entradas ao vivo direto das residências, feitas tanto pelos jornalistas quanto pelos convidados (especialistas e autoridades), e ;
>
> b) as "*lives*" virtuais, especialmente as musicais, que movimentaram multidões nas transmissões através das mídias digitais, plataformas online, redes sociais etc. Contudo, essa ferramenta apresenta desafios principalmente para o artista, por exemplo, como manter uma contínua interação com o público através de uma tela? (PACHECO, 2020).

É que durante a socialização presencial, o somatossensorial humano requisita e efetiva uma complexa troca de sensações e sentimentos através de todos os sentidos. As "*lives*" ajudaram a manter viva a conexão entre a música e o público, mas o setor esportivo não obteve o mesmo sucesso. Devido a obrigatoriedade do isolamento social foram suspensas todas as atividades esportivas como campeonatos de futebol, torneios, maratonas, Corrida de São Silvestre e até mesmo as Olimpíadas do Japão. Com o cancelamento do evento não houve transmissão e, consequentemente, as emissoras não puderam contar com a verba publicitária dos patrocinadores.

Shaw (2008, p. 40) observa que essa reflexão pelo viés da tecnocultura permite ao pesquisador revelar como o "conhecimento sobre o mundo é produzido, os usos que ele proporciona e as epistemologias variantes que não apenas estruturam sua conceituação, mas também emergem em formas culturais alternativas".

No caso das TVs por Assinatura praticamente foram mantidas as produções de "realities", como por exemplo, "De Férias

com o Ex Brasil", da MTV. Para o diretor da Viacom CBS-BR, Roger Carlomagno (2020) "o 'streaming' é uma ferramenta de produção de conteúdo e não de alcance" de audiência. O diferencial do lançamento desse 'reality', observa Carlomagno, foi a presença do vice-presidente da MTV, Tiago Worcman, que estava nos Estados Unidos, e conversou com o público virtualmente, através de uma videoconferência. A conexão entre vídeo, casa e público foi estimulada pela obrigatoriedade do isolamento social e provavelmente, deve permanecer nas transmissões televisuais tanto no jornalismo quanto no entretenimento. Os telespectadores se acostumaram a ver os entrevistados falando direto de seus escritórios ou casas. "É um conteúdo mais natural, que pode gerar mais identificação" (CARLOMAGNO, 2020).

O volume desse tipo de conteúdo aparentemente sem roteiro e feito espontaneamente por qualquer pessoa aumentou muito durante a pandemia, mas isso não significa que houve um aumento de público para todos esses novos vídeos, porque, em geral, a audiência prefere conteúdo de qualidade. "Se o 'storytelling' do produto é bom, seja ele jornalístico ou dramático, a forma não importa tanto" (PACHECO, 2020). Na verdade, apesar da avalanche de "lives", entrevistas, conferências etc. disponíveis para assistir, ou para baixar de graça, uma parte do público garante que prefere pagar por um produto "premium", porque o que realmente comunica é o valor transmitido pelo conteúdo e não pelo formato. A maioria do público ao ser solicitado para avaliar determinados produtos audiovisuais afirma que procura conteúdo de qualidade.

Do reclame do "plim-plim" ao "*branded content*"

Nessa busca por conteúdo de qualidade o telespectador está cada vez mais exigente, ou seja, não basta a emissora comunicar que

está entregando o que há de melhor no mercado, o telespectador exige conteúdo exclusivo e bem-produzido, tanto entretenimento quanto informativo. Entretanto, produzir conteúdo televisual é um processo complexo, oneroso e muitas vezes demorado, bem como demanda altos investimentos em infraestrutura tecnológica (*hardwares* e *softwares*), e principalmente, em recursos humanos capacitados para atuar em diversas áreas, que vão desde a engenharia, eletrônica, administração, marketing, entre outras. Na busca pelo equilíbrio das finanças, algumas emissoras de TV Aberta comercializam horários da grade para produtoras de vídeo que veiculam programas religiosos ou de vendas de produtos. Essa forma de monetização nem sempre dá bons resultados porque a audiência pode despencar.

Ao mesmo tempo em que o conteúdo noticioso ou entretenimento torna-se "crossmedia", ou seja, o vídeo do telejornal ou da novela pode ser visto pela telinha do celular, ou ainda na tela do computador pela Internet, a publicidade também desenvolve novas possibilidades para conquistar a atenção do telespectador. As estratégias vão desde o reclame/comercial – narrativa publicitária audiovisual com duração entre 15, 30, 60 segundos, transmitida nos intervalos dos blocos da programação da TV linear (aberta ou por assinatura); passando pelo "*merchandising*" comunicado ao vivo ou gravado dentro da atração, até o "*branded content*", um formato de narrativa audiovisual onde a marca dialoga com o consumidor/telespectador através de uma aproximação centrada no repertório do público, por exemplo, o vídeo das Casas Bahia para a campanha "Dia das Mães 2020[4]".

Na TV Digital Aberta do Brasil a monetização entretanto, ainda precisa do canal de retorno via Internet para a efetivação da interatividade entre telespectador e emissora, promessa original do

[4] Vídeo disponível em <https://youtu.be/Cvqt74TIiLA>.

"*middleware*" Ginga (KNEIPP; CUNHA, 2011). Promessa que está prestes a ser cumprida com a aprovação da Portaria Interministerial nº 40, em julho de 2020. É que os novos aparelhos "smart" TV produzidos na Zona Franca de Manaus (Brasil) vão incorporar a capacidade de executar aplicações interativas radiodifundidas através do Ginga D/DTVPlay.

Do PAL-M ao DTV-Play da TV 3.0

Os novos televisores que disponibilizarem suporte à conectividade IP[5] (Internet Protocol/Protocolo da Internet) devem "garantir o acesso das aplicações interativas aos canais de comunicação" (Port. nº. 40, 2020), possibilitando a utilização da banda larga do telespectador para o envio de anúncios personalizados através de aplicativos.

Tabela 1 – Evolução dos sistemas tecnológicos de televisão no Brasil

Geração	Ano	Sistema
1.0	1950	Analógico P&B (PAL-M)
1.5	1972	Analógico Cores (PAL-M)
2.0	2006	Digital (Ginga)
2,5	2018(em fase de implementação pelo Fórum SBTVD).	Digital (Ginga D) (integração entre *broadcast*, *broadband* e dispositivos pessoais do telespectador).
3.0	2020 (Port. Int. 40/2020).	Digital (Ginga D / DTV Play) (conteúdo 4K HD – HDR, VOD e Áudio 3D[6)]

Fonte: BRUZETTI (2020).

[5] O termo IP (Internet Protocol/Protocolo da Internet) pode designar: a) o número de identificação de um dispositivo conectado à internet (IP Address/Endereço de IP); e b) protocolos de comunicação entre dispositivos como TCP/IP.

[6] Áudio Imersivo diferencia-se do atual "surround" porque é uma inovação tecnológica, como por exemplo, "Dolby Atmos" e MPEG-H 3D, que possibilita vivenciar a experiência auditiva de captar o som mixado em um contexto tridimensional (3D).

Segundo Bruzetti (2020) entre os novos serviços de funcionalidades interativas do DTV-Play destacam-se:

a) câmera multiangular (o telespectador vai selecionar os enquadramentos de vídeo que deseja ver);

b) sociabilidade (conexão "chat" entre amigos de locais diferentes durante a programação);

c) emergência (aviso de emergência na tela durante a programação);

d) linguagem oculta multi-idioma (possibilidade de obter tradução síncrona de legendas através da Internet) e;

e) animação de linguagem de sinais (possibilidade de oferecer vídeos de animação de linguagem de sinais através da Internet de forma síncrona com o programa).

A transição para TV Digital Aberta 3.0 acontece em plena efervescência caótica tecnocultural onde mesclam-se: evolução de formatos audiovisuais, dronificação do jornalismo (ABRAVANEL; CUNHA, 2015), plataformas de "streaming", disputas pelo 5G e regulamento de uso do espectro de radiofrequências. Vale destacar que, ainda faltam cerca de quatro mil cidades brasileiras para completar o "*switch off*", ou seja, a transição do sinal analógico para o digital, prazo remanejado de 2016 para 2023.

Todas estas mudanças e outras que estão sendo experienciadas por diversos setores da sociedade brasileira refletem a influência da tecnologia da cultura visual, principalmente da televisão. Fundamental, portanto, que ocorra um amplo debate entre indústria, associações, governo, academia e sociedade brasileira.

Na Austrália, por exemplo, o debate acadêmico acontece no laboratório de inovação tecnológica da Faculdade de Artes (PARK, 2020) onde discentes e docentes realizam pesquisas e compartilham resultados. Os estudos sobre a inovação tecnológica do som trabalham os futuros caminhos do áudio em terceira dimensão 3D, buscando interpretar uma ambientação realista do áudio. O estudo da matriz sonora permite aos estudantes ampliar a compreensão sobre a técnica do som, e, principalmente, refletir sobre a importância do sentido da audição para a percepção humana sensorial.

Embora nosso estudo tenha se concentrado na produção midiática televisual fica evidenciado que a pesquisa desvela outros tópicos influenciadores do desenvolvimento criativo e cultural da sociedade, inclusive os direitos humanos e a responsabilidade social porque "a tecnocultura é um campo aberto" (SHAW, 2008). A influência das novas tecnologias na cultura cotidiana promove alterações na maneira como experienciamos o cotidiano da vida, porque a transformação tecnocultural modifica a compreensão que temos do mundo, que passa a ser observado a partir de conceitos como hibridismo, mobilidade, mutabilidade, juntamente com diferentes escalas de tempo e espaço, e esse processo de renovação cultural contribui para a reestruturação da sociedade.

Os usos e possibilidades dessas criações e recriações tecnológicas devem percorrer o viés técnico, bem como, o estético e, principalmente, o ético. A sociedade humana é um coletivo cognitivo que inventa e reinventa formatos industriais que mediam constitutivamente novas matrizes culturais desde a Idade da Pedra através da convergência dinâmica da troca de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compartilhar saberes é promover uma criativa (r)evolução tecnocultural através da efetiva troca de conhecimentos entre professor e alunos, entre alunos e alunos, entre pais e professores, entre escola e sociedade, presencial e/ou remotamente. Na contemporaneidade faz-se necessário ultrapassar o paradigma da figura professoral que detém o poder tanto em sala de aula no espaço físico quanto no ciberespaço.

A comunicação mediada por computador (CMC) não é novidade, mas a obrigatoriedade do isolamento social devido o coronavírus lançou novos desafios aos educadores, entre eles, o de buscar compreender reflexivamente as complexas alterações que estão a ocorrer na processualidade dos hábitos humanos desde a introdução da Internet. Complexidade que não está vinculada ao tempo cronológico porque avança pelo espaço virtual onde cada sujeito estabelece novas relações para trabalhar, estudar, efetivar transações financeiras, trocar confidências com amigos e familiares, desfrutar de momentos de lazer através dos games, filmes, shows etc.

Possibilidades para futuras reflexões emanam das ocorrências tecnoculturais a partir da implementação da TV 3.0 e da expansão no mercado nacional e internacional do "social broadcasting" (transmissão televisual social), conceito diferente da "social TV" (PROULX; SHEPATIN, 2012), porque não trata da interatividade do telespectador durante a transmissão de um programa pelo canal de TV, quando o público utiliza uma segunda tela ou o canal de retorno via Internet.

A plataforma da Amazon para transmissão ao vivo de e-games "Twitch.tv" estaria no epicentro dessa revolução tecnocultural que permeia o "social broadcasting", especialmente pela atuação de seus usuários a partir dos protestos "Black Lives

Matter" ("Vidas Negras Importam"). Otimistas com as possibilidades de crescimento desse mercado a Disney também decidiu investir e comprou a "Caffeine.tv".

O jornalismo televisual da TV Digital Aberta da terceira década do novo milênio provavelmente vai comunicar uma produção híbrida entre o presencial e o virtual. O mais importante para o telespectador é o conteúdo de valor, independente da forma e da plataforma.

Para escapar do reducionismo dos relatos superficiais a partir apenas de dados estatísticos superficiais coletados virtualmente, tanto na academia quanto no mercado, é preciso estimular a "curiosidade epistêmica" (CUNHA, 2020), ou seja, é através da observação, mediação e cognição interativa com os sujeitos protagonistas do mundo da vida que a mente consciente elabora e comunica narrativas complexas e bem estruturadas no espaço-tempo.

Avançar na atualização de pesquisas e do currículo disciplinar para buscar o desenvolvimento de habilidades e competências tanto para alunos quanto docentes deve ser tarefa constante, dentro e fora do ambiente de formação educacional e profissional, ou seja, entre todos os setores da sociedade e da universidade, por toda a vida.

REFERÊNCIAS

ABRAVANEL, R.; CUNHA, S. R. S. "A dronificação do Jornalismo". **Anais Comunicação e Cultura Digital**. Sorocaba: UNISO, 2015.

ARRODE, D. “Costly, but transparent mask are boon for hard of hearing”. **Yahoo News** [2020]. Disponível em: <www.new.yahoo.com>. Acesso em: 23/12/2022.

BARBOSA, J. “Repórter da Globo fica com falta de ar por uso de máscara”. **Metrópoles** [2020]. Disponível em: <www.metropole.com>. Acesso em: 09/12/2022.

BATISTA JR. J. “Ali Kamel manda carta para equipe de jornalismo da Globo sobre Covid-19”. **Veja Gente** [2020]. Disponível em: <www.veja.abril.com.br>. Acesso em 09/12/2022.

BBC NEWS BRASIL. “Coronavírus: as máscaras que você joga fora podem acabar matando uma baleia”. **BBC News Brasil** [2020]. Disponível em: <www.bbc.co.uk>. Acesso em: 09/12/2022.

BRASIL. **Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/12/2022.

BRASIL. **Decreto n. 10.288, de 22 de março de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/12/2022.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília: Planalto, 2015. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/12/2022.

BRASIL. **Portaria Interministerial n. 40, de 24 de julho de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/12/2022.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 3370, de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 09/12/2022.

BRUZETTI, S. E. D. “GT de TV 3.0”. **Anais do SET EXPO**. São Paulo: SET, 2020.

BUTLER, R. “Why TV journalists are exempt from wearing masks on camera”. **9 News Melbourne** [2020]. Disponível em: <www.9news.com.au>. Acesso em: 20/12/2022.

CARLOMAGNO, R. “Pós-pandemia terá modelo híbrido de produção, mesclando presencial e digital”. **Tela Viva News** [2020]. Disponível em: <www.telaviva.com.br>. Acesso em: 09/12/2022.

CRAWFORD, A. “We were shouted at for wearing masks. This is why the situation in the US is so dire”. **Sky News** [2020]. Disponível em: <www.news.sky.com>. Acesso em: 09/12/2022.

CUNHA, S. R. S. **A série jornalística televisual**: do verbal ao digital e do genético ao cultural (Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: USP, 2020.

ENFIELD, L. “A history of medical masks”. **Wellcome Collection** [2020]. Disponível em: <www.wellcomecollection.org>. Acesso em: 09/12/2022.

FLOHR, C. “The Plague Fighter: Wu Lien-teh and the beginning of the Chinese public health system”. **Annals of Science**, vol. 53, n. 4, 1996.

KANTARIBOPE. “Um dia na quarentena. Infográfico”. **Kantar Ibope Media** [2020]. Disponível em: <www.kantaribopemedia.com>. Acesso em: 09/12/2022.

KNEIPP, V. A. P.; CUNHA, S. R. S. “A utilização do Ginga na construção do processo de interatividade no telejornalismo

brasileiro". **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Recife: INTERCOM, 2011.

LYNTERIS, C. "Plague Masks: The Visual Emergence of Anti-Epidemic Personal Protection Equipment". **Medical Anthropology**, vol. 37, n. 6, 2018.

MUTMAN, M. "Television as Cultural Form". **Journal of American Studies of Turkey**, vol. 4, 1996.

PACHECO, A. "Pós-pandemia terá modelo híbrido de produção, mesclando presencial e digital". **Tela Viva News** [2020]. Disponível em: <www.telaviva.com.br>. Acesso em: 09/12/2022.

PARK, J. "How Collarts Students are embracing Dolby Atmos Technology". **Blog Collarts**, [2020]. Disponível em: <www.blog.clooarts.edu.au>. Acesso em: 09/12/2022.

PICCININ, F.; PUHL, P. "Telejornalismo, novas tecnologias e convergência: um estudo sobre o ensino no RS". **Anais do Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. Brasília: UnB, 2013.

PROULX, M.; SHEPATIN, S. **Social TV**: how marketers can reach and engage audiences by connecting television to the web, social media, and mobile. New Jersey: Wiley, 2012.

SCARBOROUGH, A. "Alabama´s Nick Saban stresses importance of masks, following safety protocols". **ESPN** [2020]. Disponível em: <www.espn.com>. Acesso em: 09/12/2022.

SCOLARI, C. A. "A construção de mundos possíveis se tornou um processo coletivo". **Revista Matrizes**, n. 2, 2011.

SENHORAS, E. M. “A pandemia do novo coronavírus no contexto da cultura pop zumbi”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020.

SHAW, D. B. **Technoculture**: The Key Concepts. Oxford: Berg, 2008.

SMITH, S. “French Prime Minister says masks will be banned”. **NBC News** [2019]. Disponível em: <www.nbcnews.to>. Acesso em: 09/12/2022.

SPATARO, J. “The future of work – the good, the challenging & the unknown”. **Microsoft** [2020]. Disponível em: <www.microsoft.com>. Acesso em: 09/12/2022.

TAMINATO, M. *et al*. “Máscaras de tecido na contenção de gotículas respiratórias – revisão sistemática”. **Acta Paulista de Enfermagem**, vol. 33, 2020.

TASCHNER, N. P. “Gripe espanhola: 100 anos da mãe das pandemias”. **Veja Saúde** [2020]. Disponível em: <www.abril.com.br>. Acesso em: 09/12/2022.

THE CLEARMASK. “See the person, not the mask”. **The ClearMask** [2020]. Disponível em: <www.theclearmask.com>. Acesso em: 09/12/2022.

URICCHIO, W. “Television studies’ shifting disciplinary status: Anglo-American developments”. *In*: SCHANZE, H.; LUDES, P. **Qualitative Perspektiven des Medienwandels**: Positionen der Medienwissenschaft im Kontext – Neuer Medien. New York: Springer, 2013.

VINCENT, D. “The end of anonymity”. **BBC News** [2019]. Disponível em: <www.bbc.com>. Acesso em: 09/12/2022.

WHO - World Health Organization. “Deafness and hearing loss”. **World Health Organization** [2020]. Disponível em: <www.who.org>. Acesso em: 09/12/2022.

WYNNE, S. K. “Face mask favorites and failures from Times readers and staff”. **Tampa Bay *Online*** [2020]. Disponível em: <www.tampabaycom>. Acesso em: 09/12/2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Editora Bookman, 2001.

CAPÍTULO 5

A Agência Mural Jornalismo de Periferia e o jornalismo econômico em tempos de pandemia

A AGÊNCIA MURAL JORNALISMO DE PERIFERIA E O JORNALISMO ECONÔMICO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Gabriel Gatti

Maximiliano Martin Vicente

O presente texto faz parte do projeto de pesquisa financiado pela FAPESP, sob o número 2021/09512-0, e que tem por título: "Temas e abordagens do Jornalismo Econômico em tempos de pandemia: o caso da Folha de S. Paulo e da Agência Mural Jornalismo das Periferias", e que se propõe analisar o discurso econômico empregado pelo jornal Folha de São Paulo e a Agência Mural durante a pandemia da Covid-19, entre os meses de abril de 2020 a outubro de 2021, a fim de compreender as diferentes linguagens e estruturas de notícia utilizadas pelos veículos de comunicação que têm como foco públicos de universos distintos.

No transcorrer da história do jornalismo no Brasil a economia sempre foi um assunto de interesse para a população. No entanto, esse tema foi abordado de forma elitista durante muito tempo, discriminando uma larga parcela da sociedade, justamente a mais carente, que ficou ausente nos temas econômicos espelhados nas páginas dos jornais. Entretanto, com o avanço da tecnologia e ampliação do acesso aos meios da comunicação por uma parcela significativa da população, o caráter elitista, mesmo ainda presente em alguns veículos de comunicação, teve que ceder e abrir espaço para temas alternativos e de interesse de segmentos populacionais mais carentes. Nesse contexto de ampliação da informação surgiram jornais, como a Agência Mural de Jornalismo das Periferias, que realizam o papel de democratizar a informação incorporando

notícias relacionadas com a economia de interesse das classes menos favorecidas.

O objetivo principal do presente artigo consiste em analisar o discurso econômico empregado pela Agência Mural de Jornalismo das Periferias tomando como referência três notícias publicadas durante a pandemia da Covid-9, entre os meses de abril de 2020 a outubro de 2021, a fim de compreender que linguagem e estrutura da notícia foram utilizadas pela Agência Mural para informar seus leitores identificados como membros das classes menos favorecidas. A justificativa para realizar esse recorte temporal reside no fato de ser um momento crítico para o país uma vez que se acenava a possibilidade de ter um fechamento total das atividades para combater o vírus afetando a economia e a sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, o governo federal mostrava uma clara desorganização e falta de planejamento para combater a pandemia, o que provocou a troca de ministros de forma rápida e em pouco tempo.

Desse modo, para a realização da análise proposta adotou-se o método da Análise de Conteúdo, que consiste na categorização, na descrição e na interpretação da informação selecionada para estudo. Esta metodologia se caracteriza por uma avaliação qualitativa do material e, para isso, é dividida em etapas, sendo elas: preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição e interpretação (MORAES, 1999). A primeira, a preparação das informações, tem como função identificar o conteúdo a ser analisado e codificá-lo para facilitar a compreensão do material, no caso a seleção das três matérias a serem analisadas. Já no passo seguinte procuramos identificar que temas predominam nas notícias destacadas para, finalmente, num terceiro momento, avaliar se a Agência Mural "traduziu" de maneira compreensível

para as classes subalternas os desdobramentos da pandemia e suas repercussões para a sociedade.

O artigo foi dividido em três partes com a finalidade construir uma serie de argumentos destinados a mostrar a relevância do tema para a sociedade como um todo. A primeira, Efeitos da Pandemia no Brasil, traz uma reflexão aprofundada sobre como surgiu a Covid-19 e como se transmitiu rapidamente para o mundo até ser considerada pandemia. A ideia central deste capítulo consiste em mostrar a gravidade da doença e combater as interpretações superficiais, inclusive alguns boatos, divulgados geralmente via Internet e que criaram insegurança e pouco ajudaram a tratar de maneira correta a pandemia. Ainda se mostra como a pandemia foi tratada no contexto do nosso país.

Um dos debates que envolveu a crise sanitária foi sua repercussão na economia, tema esse tratado na segunda parte do texto e que tem por título: Jornalismo Econômico e seus desdobramentos. Nele se faz um resgate histórico de como o jornalismo econômico esteve presente nos meios impressos e digitais e como esse tipo de jornalismo respondeu aos temas da época em que foi publicado. Um ponto relevante diz respeito ao caráter elitista e de difícil compreensão das notícias relacionadas com o dia a dia da maioria da população. Justamente nessa dicotomia reside o fato que a maioria da população não tenha interesse pelo noticiário econômico por usar uma linguagem incompreensível que pouco diz respeito do seu cotidiano. No capítulo se mostra como é importante se preocupar com essa temática por determinar o funcionamento da sociedade e por afetar a vida de toda população.

Já na terceira parte se realiza a análise das matérias selecionadas utilizando a metodologia da Análise do Conteúdo: *Como lidar com a falta de dinheiro em época de quarentena nas periferias? Veja dicas* (16.04.2020); *Sem auxílio emergencial, artistas nas periferias defendem renda básica e relatam dificuldades*

na pandemia (17.06.2020) e *Do arroz à gasolina, por que tudo ficou tão caro* (17.03.2021). Um ponto relevante desta seção diz respeito às inferências feitas em função do conteúdo veiculado nas notícias e que evidencia como a Agência Mural tem clara preocupação social especialmente com os menos favorecidos e como ela apresenta as notícias de interesse desse segmento populacional, mostrando uma forma diferente de fazer jornalismo econômico.

Finalmente, nas considerações finais se apresentam os resultados obtidos que evidenciam que é possível sim criar um jornalismo econômico que utilize uma linguagem e uma temática do interesse das classes menos favorecidas da sociedade. Seguindo nessa linha se propõe como desdobramento da pesquisa estudar um jornal de grande circulação como é a Folha de S. Paulo realiza a cobertura jornalística utilizando o mesmo período usado no presente artigo.

EFEITOS DA PANDEMIA NO BRASIL

O SARS-CoV-2, responsável pela Doença do Coronavírus 2019 – Covid-19 (MARANHÃO; SENHORAS, 2020) é um vírus pertencente à família dos coronavírus, já comuns ao redor do globo. No entanto, esse novo parente tem uma origem bem atual. O primeiro relato de contágio do micro-organismo em humanos ocorreu em novembro de 2019 na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China central. Apesar da precisão de onde foi encontrado o primeiro caso, a origem da pandemia ainda apresenta certas incertezas, embora a teoria da contaminação do ser humano por meio de um pangolim infectado seja a mais aceita.

Para elucidar sobre essa origem, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou no final de março de 2021 um relatório

apresentando as hipóteses sobre a origem do novo coronavírus. Nele, se apresenta algumas teorias elencadas entre das menos até as mais prováveis. Nesse quadro, o início através dos Wet Markets está discriminado como o mais plausível. A forma de comércio, cuja tradução literal do termo seria "mercados molhados", se refere à venda de produtos perecíveis. Porém, nesse modelo comercial chinês é muito comum encontrar animais exóticos ainda vivos, como pavões, lobos, cervos e pangolins, um dos animais mais traficados do mundo segundo o Center for Advanced Defense Studies (C4ADS).

De acordo com o relatório da OMS, o pangolim não foi o causador da Covid-19 e sim o vetor da doença, isto é, o animal intermediário que contraiu o vírus e o transmitiu ao ser humano. Morse *et al.* (2012) relata que a maioria das pandemias decorrem de zoonoses e no caso do novo coronavírus não foi diferente. O patógeno teria teoricamente surgido nos morcegos que percorreu até o pangolim, atingindo a humanidade após o contato direto nos mercados chineses.

A partir desse cenário, a doença começou em uma cidade na China e se alastrou gradativamente pelos países até atingir todo o globo e receber o rótulo de pandemia. Segundo estatísticas apuradas pelo Our World In Data, até o dia 7 de agosto de 2022 haviam 584 milhões de casos notificados de pacientes contaminados pelo vírus da Covid-19. Desses dados, 6,42 milhões representam os indivíduos que vieram a óbito após contraírem a doença. Em relação à vacina, já foram registradas 12,4 bilhões de doses aplicadas em todo o mundo. Desse número, 4,9 bilhões representam os indivíduos que receberam a cobertura vacinal completa, refletindo em 62,8% de pessoas totalmente imunizadas.

Já no Brasil, a doença chegou no dia 26 de fevereiro de 2020 e seguiu atingindo altos picos de contaminação durante um longo período. Até meados de agosto de 2022, o país registra 34 milhões

de casos de pacientes infectados pela zoonose. Dentre esses milhões, 680 mil são os brasileiros que se foram em decorrência dos efeitos do novo coronavírus no organismo. Já em relação à vacinação, foram aplicadas 454 milhões de doses, sendo que deste número 170 milhões são os indivíduos com a cobertura vacinal completa. Esses dados simbolizam 80,5% da população brasileira totalmente imunizada.

Essa dispersão mundial do patógeno ocorreu em grande parte pela facilidade do vírus em contaminar indivíduos. Segundo informações disponíveis no site do Governo Federal, a transmissão do patógeno pode ocorrer por contato através da interação direta com a pessoa ou com objetos infectados, por gotículas ao entrar em contato com essas partículas expelidas de um indivíduo contaminado que esteja a menos de um metro de distância ou por aerossol quando as gotículas respiratórias infectadas permanecem suspensas no ar, que podem ser levadas a distâncias maiores e sobrevivem por períodos mais longos de tempo.

No momento em que um sujeito contraia os patógenos leva em torno de cinco dias para manifestar os primeiros sintomas, podendo variar dependendo da variante viral. Além disso, apesar do quadro sintomático ser semelhante entre alguns tipos de coronavírus, cada um apresenta suas propriedades particulares. Em particular, o SARS-CoV-2 entra pelo nariz e/ou boca. Essa região é rica em gene ACE2, que o patógeno adentra utilizando a proteína spike, isto é, os espinhos presentes na morfologia externa do micro-organismo. No momento em que a Covid-19 adentra os genes humanos, esse passa a produzir cópias de si mesmo e infectar outras células do organismo (SHANG *et al*., 2020).

Se não bastassem os sintomas severos da doença, o Sars-CoV-2 também pode provocar sequelas nos enfermos. De acordo com uma avaliação realizada por Duggal *et al.* (2022), dos 328 pacientes examinados 33,2% relataram não estar totalmente

recuperados após um período médio de 242 dias desde que obtiveram o resultado positivo para o novo coronavírus. Entre as queixas que limitavam os pacientes a realizarem determinadas atividades estavam inclusas dificuldades para se concentrar, respirar, andar e se exercitar, reduzindo suas capacidades durante a realização de tarefas diárias e rotineiras.

Com essa situação alarmante do avanço da Covid-19, era esperado que a economia mundial fosse impactada. Cantaluppi (2020) aponta que em situações como essa alguns setores financeiros acabam sendo prejudicados, enquanto outros continuam crescendo. Isso ocorre devido à necessidade humana de alguns produtos de acordo com o período anormal, como o aumento na compra e venda de produtos de limpeza durante a pandemia. Além disso, a situação anômala também afeta a situação social da população.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Brasil, em 2019, 53 milhões de brasileiros viviam com uma renda domiciliar per capita até R$ 497 mensais, o que representava 25,08% da população. Já em 2021, segundo ano do contágio do novo coronavírus, a camada social que sobrevivia com uma baixa renda subiu para 63 milhões, atingindo 29,62% do país. Por outro lado, segundo a Oxfam Brasil, os 20 maiores bilionários do país concentram uma renda maior do que 60% da população, o que acentua a desigualdade social tão presente na nação.

Além do impacto social provocado pela crise sanitária do SARS-CoV-2, a pandemia atingiu fortemente a economia nacional. Um relatório divulgado em 2021 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou um déficit de 13,7% do produto interno bruto (PIB) brasileiro no ano de 2020, sendo esta perda resultante unicamente do trabalho do Governo Federal, visto que os danos para os estados, municípios e empresas estatais foram zero. Esse número resulta em uma perda de R$ 743,1 bilhões para os cofres públicos.

Além disso, os números do desemprego e da inflação subiram consideravelmente durante o período. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), durante o primeiro semestre de 2022, o desemprego no país atinge 11,9 milhões de pessoas, resultando em 11,1% da população isenta se um serviço remunerado. Já a porcentagem inflacionada em maio, somada aos últimos 12 meses, correspondia a 11,73%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Desse modo, o valor médio da cesta básica chegou a R$ 1.209,71 em São Paulo, enquanto o salário mínimo segue em apenas R$ 1.212,00.

Nesse cenário de alto desemprego e alta inflação o Governo Federal se viu obrigado a distribuir uma quantia financeira para as camadas sociais mais vulneráveis. O Brasil sancionou em 2004, através da Lei Federal 10.83536, a Renda Básica de Cidadania (RBC), que garante o direito aos cidadãos que residem em território nacional de receber anualmente um benefício financeiro. Desse modo, houve ao longo dos anos diversas medidas, como o Bolsa Família, o Plano Brasil Sem Miséria e, mais recentemente, o Auxílio Emergencial para atender aos anseios da população que sofreu com a crise econômica provocada pela pandemia (MARINS *et al.*, 2021).

Sendo assim, a primeira proposta do Ministério da Economia propunha distribuir três parcelas de R$ 200 para 38 milhões de trabalhadores informais e autônomos, que estivessem inscritos no Cadastro Único e não recebessem outro benefício social. Porém, após uma forte pressão, foi aprovada a Lei 13.982/2020, que garante o Auxílio Emergencial para 67,9 milhões de pessoas com cinco parcelas no valor "de R$ 600,00 ou R$ 1.200,00 para mães-solo que estivessem na condição de trabalhadoras informais, autônomas ou micro empreendedoras individuais, pelo período de três meses, podendo ser estendido, mediante a situação da pandemia" (MARINS *et al.*, 2021). Posteriormente a medida foi prorrogada por mais

quatro meses, porém com um benefício de R$ 300 ou R$ 600 para cada indivíduo.

Após esse período, o Auxílio Emergencial foi interrompido por três meses, voltando em abril de 2021 já com novas regras e valores para o pagamento. Desta vez poderia haver apenas um beneficiário por família, estariam aptas para receber o dinheiro aqueles que já estavam inscritos no projeto em 2020 e as parcelas iriam variar entre R$ 150, R$ 250,00 e R$ 375, dependendo da situação de quem solicitou a verba. Segundo o Ministério da Transparência, houve também redução no número de contemplados, resultando em 39,2 milhões de pessoas, sendo 28,7 milhões a menos do que em 2020. Além disso, a medida se estendeu por um período mais curto de tempo, chegando ao seu fim após sete meses de implementação (MARINS *et al.*, 2021).

JORNALISMO ECONÔMICO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Um tema corriqueiro nos jornais são as pautas econômicas. Caldas (2003) afirma que o jornalismo econômico surgiu concomitantemente à imprensa, já que não há registros de jornais que não abordassem tal assunto. Esse fato é observado em decorrência da economia estar atrelada à essência das pessoas, logo, se enquadrando nos critérios de noticiabilidade propostos por Traquina (2004).

Mesmo com todas essas alterações no sistema econômico ao longo dos anos, sua influência na vida humana permanece intensa. Esse fato reflete as notícias sobre tarifas públicas, desemprego e redução dos salários (CALDAS, 2003). Essa situação se intensifica em períodos de crise como o da pandemia dA Covid-19, em que

grande parte da população depende de informações sobre o auxílio emergencial, o desemprego ou inflação.

A segunda metade do século XX é considerado como o momento chave no qual o Jornalismo Econômico adquiriu relevância, ultrapassando inclusive o jornalismo político. Em parte, isso deve-se ao processo de globalização e de adoção de políticas neoliberais que padronizaram mundialmente os princípios que deveriam reger as políticas econômicas nacionais. Fundamentalmente os assuntos que passaram a vigorar e que deram mais visibilidade ao Jornalismo Econômico se direcionaram a abordar temas que balizavam os países como confiáveis e que diziam respeito ao setor monetarista como balanços da Bolsa de Valores, índices de mercado, dívida pública ou reformas, entre outros. Mas, nem tudo são flores e vitorias na política neoliberal e os meios de comunicação também sofrem críticas pela forma como abordam os temas econômicos.

Se tomamos como referência os últimos anos, principalmente depois de 2008, não é difícil encontrar interpretações que atribuem aos meios de comunicação uma falta de análises sobre a formação da crise econômica que se espalhou pelo mundo atingindo as economias de praticamente todos os países (STUMPF, 2020). Em parte, essa carência explicativa se atribui ao fato de que os meios de comunicação, especificamente os jornais, se deixaram influenciar nas suas interpretações pelo boom econômico, que antecedeu à crise, e que apontava para altos níveis de crescimento assentados na construção civil e no crédito abundante e barato (ARRESE; VATA-MIGUEL, 2016). Mas, não seria esse, apenas, o motivo que desencadeou a falta de credibilidade do jornalismo em relação a explicação da origem da crise. Olhando a literatura especializada sobre o tema da crise emergem algumas outras causas que passamos e explicitar. Destacam as que apontam para o fato do Jornalismo Econômico e os jornalistas publicam notícias que

reproduzem as ideias e os valores que interessam, apenas, aos principais atores econômicos, sejam empresários, banqueiros ou latifundiários, em suma atendem principalmente aos valores e agentes promovedores do mercado. Assim, a crise não faria parte desse tipo de jornalismo envolvido com os setores produtivos.

Desde essa óptica se pode afirmar, portanto, que o Jornalismo Econômico da voz e reforça o discurso alinhado ao neoliberalismo. Fruto dessa opção o jornalismo privilegiaria as interpretações mais especificas da economia neoliberal, interpretações essas recheadas de uma linguagem permeada pelos termos técnicos e de difícil compreensão para boa parte da população, o que geraria desinteresse pelas notícias econômicas uma vez que seriam incompreensíveis.

É importante destacar que as notícias econômicas, tal como apresentado anteriormente, tem sim utilidade para uma parcela da sociedade, notadamente os agentes econômicos do mercado. Daí que as fontes utilizadas pelo Jornalismo Econômico atrelado aos interesses do mercado sejam os especialistas ou os próprios atores da atividade financeira e empresarial. O resultado dessa interação é que resulta muito difícil escrever ou publicar notícias de interesse geral, mais holísticas e críticas. Assim, podemos afirmar que, salvo raras excepções, o cidadão comum fica excluído do processo de elaboração e difusão da informação econômica veiculada nos meios de comunicação.

No entanto, a literatura aporta que, independentemente de qualquer opção, as notícias voltadas para a economia devem primar pelo rigor e fidelidade dos fatos publicados, nada de novidade que não se aplique a qualquer campo de atuação do jornalismo. A questão central é que a área da economia vem carregada de termos técnicos e de números difíceis de se tornarem compreensíveis para um público pouco familiarizado com esse tipo de linguagem. O resultado dessa não interação entre o público e o Jornalismo

Econômico derivou em algumas interpretações popularizadas na sociedade com dizeres do tipo: "A informação econômica é desinteressante, técnica e pesada", ou "tem pouca utilidade prática". Também devemos destacar que a informação econômica tem tentado superar esses dilemas usando recursos visuais para explicar determinadas situações, mas devemos lembrar, que o rigor e a exatidão dos dados publicados pelo Jornalismo Econômico dificultam a utilização dos recursos visuais.

Isso não significa falar que mesmo com os dilemas apontados e vivenciados pelo Jornalismo Econômico impeçam de caracterizar notícias complexas como sendo de interesse geral, notadamente se afetam a toda população de um determinado país. Por exemplo, a população pode discutir temas como emprego ou inflação, mas ao não entender as notícias mais aprofundadas sobre esses fatos, a discussão não adquire profundidade suficiente para que seja debatido e compreendido na sua complexidade no cotidiano. Por isso um dos desafios mais prementes do Jornalismo Econômico é justamente a tentativa de aproximar o leitor dos fatos e das notícias de cunho econômico e que dizem respeito a toda a sociedade, não apenas aos grupos dirigentes. A finalidade principal consistiria em conseguir transmitir temas teoricamente complexos em compreensíveis para os cidadãos, de tal forma que eles conseguissem associar a economia a sua vida cotidiana, como por exemplo, contas de água, luz ou IPTU. Se aponta como medida importante, para atingir esse objetivo, utilizar exemplos concretos de pessoas comuns para ilustrar as relações econômicas de forma articulada entre o dia a dia e os conteúdos macro.

A essência e o valor da informação econômica, portanto, deveria estar regrada pelo equilíbrio entre a vinculação dos fatos à vida das pessoas e as vidas das pessoas com as instituições de onde emanam as normativas que regulam a sociedade, incluindo nessa normatização as medidas legais que fundamentam a elaboração das

leis que regem os modelos econômicos (ARRESE, 2006). Obviamente que com a afirmação anterior o que se pretende não é ficar restrito ao anedótico ou a casos de sucessos. A personificação alinhada com o papel das instituições ajuda a explorar as mudanças que ocorrem na sociedade provocadas pela economia fugindo, dessa maneira, do imediatismo muito comum desde a ótica da economia. O reto, portanto, seria tentar despertar a consciência das pessoas para os processos de longa duração e de curta duração, obtendo uma visão crítica e fundamentada na medida em que se enxergariam os processos na sua totalidade. Informação econômica não é só, como é feito pelos mais diversos meios de comunicação, uma simples sucessão de indicadores, datas ou análises de conjuntura que poucas vezes ajudam na compreensão dos mecanismos de funcionamento do mundo econômico.

Por outro lado, as interpretações apresentadas pelos meios de comunicação de massa repercutem no sistema político e social de qualquer sociedade, portanto, as matérias de cunho econômico se interligam com as demais notícias colaborando na construção social da realidade de qualquer comunidade. Ou seja, desde nosso ponto de vista não dá para dissociar a informação econômica da problemática social. As vivências e experiências das pessoas marginalizadas devem ser levadas em consideração até porque elas são afetadas diretamente pelo andar da economia. Entretanto, por ser um segmento que se considera marginal sua realidade, ou é ignorada ou capitalizada pela classe política para mostrar sua preocupação com o social, notadamente em época de eleição.

Da mesma maneira que ocorre com qualquer informação especializada, a relação entre fontes merece alguma consideração pela sua especificidade. Como observávamos anteriormente a dificuldade de transcrever as notícias econômicas reside em encontrar um meio de tal forma que cheguem compreensíveis para todas as pessoas, e que estas entendam e compreendam seu

significado com clareza. Porém, antes de entrar no tema das fontes compartilhamos da ideia de que resulta difícil exercer um bom jornalismo, que vise os interesses dos cidadãos, sem usar especialistas que via de regra esclarecem e oferecem explicações utilizadas, posteriormente, pelo jornalista. De forma ampla pode-se dizer que as fontes ajudam a trazer à tona informações que sem a fonte permaneceriam ocultas. As fontes ajudam na confirmação de suspeitas que o jornalista poderia ter. Elas agregam qualidade e veracidade a informação publicada e, eventualmente, geram diversidade e contradições a interpretação usada pelo jornalista. A essas atribuições mais gerais é preciso especificar os tipos de fontes mais comuns no jornalismo econômico (ARRESE; VATA-MIGUEL, 2016).

O Jornalismo Econômico se alimenta, em boa parte, das informações oferecidas pelas elites econômicas. Via de regra essas fontes acabam sendo de grande utilidade para o jornalista pois explicam termos complexos, específicos do mundo econômico e que o jornalista não necessariamente tem que conhecer. De posse dessa informação fica mais fácil "traduzir" o significado para o público. Merece ser ressaltado que as fontes têm interesses em aparecer nos meios de comunicação e dar suas versões sobre os mais variados temas. Por esse motivo o jornalismo especializado deve se esforçar por ter qualidade, conhecer os interesses de quem fala e não cair na dependência desse tipo de fontes. Tarefa nada fácil, mas que pode, na atualidade, ser facilmente superada pela abundância de informações que se obtém usando as ferramentas de busca digitais.

Mas, um tipo de fontes que merece ser destacado, pela importância que tem para o jornalismo econômico, são as fontes consideradas poderosas formadas por empresários, banqueiros e latifundiários. São os que, no final das contas, acabam anunciando nos mesmos jornais onde escrevem e exercem sua profissão os jornalistas que têm que conviver muitas vezes com o dilema de

publicar matérias que comprometam a relação da empresa jornalística com os próprios anunciantes. Essa relação entre anunciantes e jornalistas representa um desafio constante que pode limitar, ou mesmo censurar, as notícias que deviam ser publicadas.

Outra fonte tão importante quanto a anterior diz respeito as transformações pelas quais as empresas estão passando. Percebendo a relevância que tem na forma como se apresentam para seu público, as organizações criaram departamentos de comunicação, especializados em produzir relesses que chegam prontos para serem publicados. Isso facilita a vida dos jornalistas, mas podem conter distorções sobretudo em momentos de crise das organizações.

Pelo exposto podemos dizer que as fontes do Jornalismo Econômico podem ser privadas, das quais o Jornalismo Econômico depende muito para elaborar suas matérias; institucionais dentre as quais merecem destaque as organizações e, finalmente, as documentais notadamente relevantes com a chegada de Internet e os bancos de dados que o mundo virtual oferece ao jornalista. Vale a pena salientar que entre os tipos de fontes elencados existe um grande ausente: o cidadão comum que sente no seu cotidiano os efeitos das informações oferecidas pelas outras fontes. Se a pretensão do Jornalismo Econômico é popularizar e traduzir seus conteúdos para que toda a população possa entender seu significado, as pessoas mais marginalizadas deveriam ter o status das demais fontes já citadas. Diante de tal ausência é possível afirmar que o Jornalismo Econômico, no seu formato de ser porta-voz das elites econômicas, não se insere nas disputas sociais apesentando visões e interpretações passíveis de crítica e de questionamentos.

Existe, portanto, um claro conflito de interesses quando se realizam as análises econômicas que estudam a forma como as notícias chegam para a sociedade (PUTILI, 2010). Não dá para sustentar a imparcialidade ou neutralidade no Jornalismo Econômico, ao igual que em qualquer outro tipo de jornalismo. Sem

dúvida o Jornalismo Econômico detém uma grande responsabilidade social e política, lembrando que ele não possui, apenas, a função de denunciar escândalos ou comprovar a existência de corrupção, mas também devem zelar pelos interesses mais gerais da sociedade e mostrar, com dados, a situação vivenciada pelos mais excluídos da sociedade.

E como se desenvolveu o Jornalismo Econômico no Brasil? Não se pretende nas páginas seguintes esgotar o tema e sim mostrar as peculiaridades desse jornalismo especializado no Brasil. Existe uma coincidência entre os autores que abordam o tema em apontar a virada do século XIX para o século XX como momento chave no qual o jornalismo político que primava de autonomia nos jornais da época, viu como o noticiário econômico também se fizesse presente nas páginas dos jornais. Para Puliti (2013. p. 42) essa incorporação de notícias voltadas para as questões econômicas se dá, no caso do "Grupo Folhas, já nas primeiras décadas do século XX, e no jornal Estadão na década de quarenta do século XX quando lança um suplemento (Suplemento comercial e industrial. Caderno formato tabloide com 12 páginas. Publicado até 28 de janeiro de 1964) específico para assuntos econômicos (QUINTÃO, 1987, p. 170).

Os jornais passaram a publicar seções de mercados, em página inteira, com informações sobre cotação, abertura e fechamento dos mercados, dos principais produtos agrícolas, do ouro e da prata, por exemplo (CALDAS, 2003). Durante todo esse período, a economia brasileira se enquadrava nos padrões daquilo que deve ser noticiado. Vargas, por exemplo, guiou o cenário econômico do Brasil da economia cafeeira para a industrialização com as inaugurações da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, da Vale do Rio Doce, em 1942, e da Petrobras, em 1953, o que era de grande interesse para a população e para os jornalistas (CALDAS, 2003). No entanto, com a censura imposta durante esses anos, a

imprensa não tinha permissão de divulgar matérias aprofundadas e questionadoras sobre o assunto.

Por volta de 1950, a Folha também tinha repórteres voltados exclusivamente para temas econômicos, que escreviam, sobretudo, matérias analíticas. Aparecem não apenas temas ligados a questão agraria, mas também assuntos que refletiam a transformação econômica mundial caracterizada pelo surgimento das grandes multinacionais e os bancos estrangeiros que se fazem presentes no Brasil. A abundância de temas e questões mais específicas ampliaram o número de páginas dos jornais que buscaram apoio econômico nesses conglomerados que responderam de forma bem positiva colocando anúncios responsáveis por boa parte da receita dessas empresas de comunicação. O resultado, de acordo com Puliti, (2013, p. 43) provocou mudanças importantes uma vez que os temas relacionados ao mercado e aos interesses desses agentes econômicos ganharam destaque. Pode-se afirmar que até a metade da década de 1950, o noticiário econômico era mais fruto do colunismo que de reportagens. Tratava-se de um jornalismo mais analítico que noticioso e sua finalidade consistia em tentar influenciar a política econômica do país.

No final dos anos 1960, o jornalismo econômico começa a se consolidar como uma área diferenciada da atividade profissional. De acordo com Caldas (2003) seria a década de 1960 que a especialização do jornalismo ocorreu, pois:

> as editorias de economia cresceram e o trabalho de apuração começou a ser segmentado por setores econômicos específicos. Assim nasceu a especialização: repórteres que cobriam exclusivamente a Petrobrás, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Bolsa de Valores, o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o Instituto Brasileiro de Geografia e

> Estatística (IBGE), a indústria naval, o comércio exterior, a economia do café, etc. "A especialização crescente teve o mérito de preparar e qualificar os jornalistas, que passaram a conhecer e entender melhor os mecanismos internos dos diversos setores econômicos (CALDAS, 2003, p. 18).

O jornalismo econômico desempenhará um papel não apenas de analista dos negócios econômicos e financeiros. Passou a agir no sentido de transformar hegemonicamente suas pautas e visões tornando-se um aliciador da consciência nacional e viabilizador, como tal, de uma rápida e segura reprodução do capital, como queriam as elites (QUINTÃO, 1987, p. 13). Contudo é importante destacar que também se gerou um jornalismo alternativo diante da euforia que gerava o anuncio de êxitos do milagre econômico. Esse jornalismo denominado de "jornalismo de serviços" visava trazer temas de interesse da população como, por exemplo, o valor do condômino ou a prestação do crédito imobiliário.

Com a crise e choque do petróleo, em 1973-74, ocorreu uma aceleração do processo inflacionário e a balança comercial mostrava déficits constantes cerceando os fundamentos do milagre econômico tão enaltecidos anteriormente. De acordo com Kucinski (2007, p. 14), para as elites empresariais e financeiras, dentro de um cenário de alto risco, a informação econômica tornou- -se mais relevante para a tomada de decisões. Já para o leitor não-especializado, o jornalismo econômico assumiu a função de explicar os impactos dos juros altos e da inflação sobre alugueis, salários, emprego e prestações. O colunismo se modifica. De opinativo, passa a ser instrumento de organização do orçamento doméstico.

Já na década de 1980, conhecia como década perdida, o Jornalismo Econômico passa a produzir boletins e revistas, com vinculação às empresas de consultoria e assessoria, cuja função é

levar estas a buscarem estratégias no enfrentamento as constantes perdas que a população sentia com a inflação crescente. Ainda com a implementação do Plano Cruzado em 1986 os meios de comunicação precisaram explicar, de maneira bem didática, as mudanças que o Plano trazia. Os economistas acadêmicos, mais preocupados com a teoria econômica, cederam espaço para jornalistas que traduziam melhor as necessidades da população e sua relação com o momento econômico vigente no país. Assim, os assinantes, desejosos de notícias explicativas e de fácil compreensão, e os anunciantes privados se constituíram nos principais responsáveis pela sobrevivência econômica dos jornais. Mas, de forma cada vez mais clara, a ideologia neoliberal começou a ocupar tanto as páginas dos jornais como os cargos governamentais.

Com o Plano Real lançado em 1994, durante o governo Itamar Franco e sob o comando de Fernando Henrique Cardoso na Fazenda, aquele tipo de jornalismo de serviço financeiro entrou em declínio com a redução da inflação. Seguindo a cartilha neoliberal se atribui ao intervencionismo estatal a culpa pela crise econômica. De repente praticamente todos os jornais aderem ao ideário neoliberal que começava a ser implementado no país. O conteúdo do noticiário econômico praticado nos jornais brasileiros iniciou um processo que consistiu em substituir suas tradicionais fontes de informação – os grandes empresários e produtores rurais, e em menor escala acadêmicos e sindicalistas – por um novo agente que surgia na cena nacional, o economista do mercado financeiro. Começam as privatizações saudadas pela grande imprensa ao mesmo tempo que continua batendo pesado na máquina estatal como sendo corrupta e ineficiente. Mudanças nas políticas monetárias e fiscais, redução do Estado na economia, abertura comercial e financeira, juros altos e câmbio flutuante... se encontravam entre os temas prioritários tratados pela imprensa. Segundo Puliti (2010):

> Do Real para cá, também começou a crescer o jornalismo financeiro de negócios, acompanhando a popularização do mercado financeiro. Os balanços das companhias passaram a ocupar primeiras páginas dos jornais, assim como notícias sobre fusões e aquisições. O jornalismo de negócios passou a se misturar com o acompanhamento do mercado financeiro, e foi nesse ambiente que surgiu no ano 2000 o Valor Econômico, diário de economia e negócios resultante de parceria entre Folha e O Globo (PULITI, 2010, p. 35).

Com um mercado financeiro crescente e se popularizando, o jornalismo brasileiro depois do Plano Real, pensando nos dias atuais se pode afirmar que o noticiário é pautado por indicadores, resultados e opiniões do mercado. As correntes de pensamento críticas ao neoliberalismo são submetidas a um silêncio na imprensa.

ANÁLISE DAS NOTÍCIAS DA AGÊNCIA MURAL

Mediante ao panorama pandêmico e a crise econômica que se instaura no Brasil, as notícias envolvendo economia devem chegar a todos os nichos sociais. A própria teoria envolvendo o jornalismo econômico descreve o assunto como algo complexo e elitista, porém o trabalho desenvolvido pela Agência Mural de Jornalismo das Periferias acaba legitimando essa ideia antiga. Originado em 2010 como blog Mural, hospedado na lista de blogs da Folha de SP, a missão do veículo é "minimizar as lacunas de informação e contribuir para a desconstrução de estereótipos sobre as periferias da Grande São Paulo".

Com o amadurecimento do projeto, surgiu em 2015 o site Agência Mural de Jornalismo das Periferias. A plataforma contribui

para atingir o objetivo 10 das metas de desenvolvimento da ONU para 2030, pois segundo seus ideais "essa lacuna de informação, essa desigualdade na produção e no consumo de informação em forma de notícia reforça as desigualdades da sociedade". Para isso, os correspondentes do veículo são "comunicadores que moram ou cresceram em bairros e cidades da região metropolitana de São Paulo" de "diferentes credos e religiões, etnias e raças, gênero e orientação sexual".

Dentre os assuntos abordados na Agência Mural envolvem economia, política, cultura, cotidiano, cidade, entre outros. No entanto, o veículo discrimina em sua Política de Ética que não há pautas sobre violência, "pois já estão inseridas nos grandes meios que, por vezes, reforçam estereótipos" e o objetivo da plataforma é cobrir lacunas. Além disso, o jornal dá prioridade para ouvir os moradores das periferias como fontes para as reportagens, que devem "ser identificadas claramente e, sempre que possível, com profissão, idade, bairro e cidade de onde fala".

Desse modo, a Agência Mural se coloca como um veículo de comunicação alternativo mediante a grande mídia voltada para o público de classe D e E, assim como é possível constatar a partir da análise sobre suas matérias. Para isso, foram selecionadas três reportagens que tratam sobre as questões de dificuldade financeira durante o auge da pandemia de Covid-19 no Brasil, sendo que as manchetes do material selecionado são: *Como lidar com a falta de dinheiro em época de quarentena nas periferias? Veja dicas* (16.04.2020); *Sem auxílio emergencial, artistas nas periferias defendem renda básica e relatam dificuldades na pandemia* (17.06.2020) e *Do arroz à gasolina, por que tudo ficou tão caro* (17.03.2021).

Feita a seleção, o estudo das notícias será feito inspirado na metodologia da Análise de Conteúdo (AC), principalmente na categorização, na descrição e na interpretação da informação

selecionada para estudo. Esta metodologia se caracteriza por uma avaliação qualitativa do material e, para isso, é dividida em etapas, sendo elas: preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição e interpretação (MORAES, 1999).

A primeira reportagem analisada é: *Como lidar com a falta de dinheiro em época de quarentena nas periferias? Veja dicas*, que traz sugestões para o público administrar suas finanças para não passar por dificuldades durante a crise sanitária. A matéria, escrita pelo jornalista Lucas Veloso, busca uma abordagem educativa sobre como gerir os recursos monetários. Para isso, o veículo ouve o educador financeiro Murilo Nascimento Duarte, que apresenta ideias de como lidar com as questões financeiras. Outra fonte entrevistada é a estagiária Luane Albuquerque, que narra a sua realidade como forma de expressar a situação econômica similar à de milhares de brasileiros durante a pandemia como pode ser observado na fala dela.

> A estagiária Luane Albuquerque, 23, se considera uma pessoa bem desorganizada com as finanças pessoais. Moradora de Osasco, na Grande São Paulo, ela diz que tem dívidas na faculdade em que estuda, no antigo cursinho pré vestibular. Além disso, seu 'nome está sujo'. Apesar de não ter perdido o emprego nos últimos dias devido a crise da Covid-19, ela admite a importância do planejamento financeiro para organizar as contas. "Estou preocupada com meu futuro, e com a crise não sei se a empresa vai ter condições para me efetivar", comenta.

Como o objetivo da reportagem é educação financeira, não há discriminação sobre os índices de inflação. Por outro lado, se

encontram dados que apresentam quanto um indivíduo pode economizar ou ganhar a partir da execução de ações listadas na matéria, como economizar energia e vender produtos online, apesar da notícia finalizar com uma observação a respeito da dificuldade que as pessoas que vivem nas periferias enfrentam para guardar dinheiro. Além disso, a linguagem empregada no texto é simples e direta e, para tornar ainda mais elucidativo, o texto expõe infográficos com dicas para economizar o salário ou o auxílio distribuído pelo governo para tornar a informação acessível para o maior número de indivíduos possível. Murilo, o educador financeiro, alerta para o seguinte:

> ficar em casa também gera gastos e isso deve ser observado. Ele cita uma simulação de consumo que fez no site da Enel, empresa geradora de energia elétrica. "Se uma pessoa demora 20 minutos, por dia, ela consome R$ 100 só no chuveiro. Se cortar para 5 minutos, a economia pode ser entre 30% e 35%", exemplifica.

Mantendo o espírito de defesa das pessoas que moram na periferia o autor lembra da necessidade de se implementar as políticas públicas para resguardar a população em situação econômica vulnerável pois de acordo com uma pesquisa do Instituto Locomotiva e o Data Favela, divulgada em 8 de abril, mostrou que quase 60% dos moradores das favelas não tinham renda para se manter por mais uma semana de quarentena.

Já a reportagem: *Sem auxílio emergencial, artistas nas periferias defendem renda básica e relatam dificuldades na pandemia* busca alcançar um público mais nichado que vem passando por obstáculos durante o surto da Covid-19. Nela se fala sobre a classe artística que espera a aprovação da Lei Aldir Blanc, já

que não pode receber o Auxílio Emergencial. Para isso, o jornalista Lucas Veloso ouviu Aloysio Letra, Luciana Gandelini e Priscila Guedes Rodrigues, três artistas que vivem nas periferias e relatam suas vivências e necessidades financeiras. Deve ser destacado que a matéria serve para mostrar como na periferia também se encontram artistas e pessoas que valorizam a arte. O caso de Aloysio Letra é bem ilustrativo

> cantor e compositor, Aloysio Letra, 39, também atua com teatro, cinema, circo, música e articulação cultural. As diversas atividades que exerce, contudo, não foram suficientes para que a situação financeira não fosse comprometida com as medidas de isolamento físico iniciadas em março para evitar a propagação do novo coronavírus. Enquanto artistas de destaque nacional, como Gustavo Lima, cantor sertanejo que faturou cerca de R$ 3 milhões em uma live, Aloysio espera há dois meses o auxílio emergencial de R$ 600.

Desse modo, a reportagem apresenta um tom descritivo sobre a situação dos artistas e busca elucidar a conjuntura do projeto de lei que leva o nome do cantor carioca vítima da Covid-19, Aldir Blanc. O texto também relembra eventos recentes para criar um grau comparativo com a condição dos artistas das periferias, como o caso do faturamento de cerca de R$ 3 milhões do cantor Gustavo Lima para realizar uma live como já mostrado anteriormente. Além disso, o autor da matéria apurou por meio da Lei de Livre Acesso à Informação (LAI) a aplicação monetária da Secretaria Municipal de Cultura para coletivos artísticos de periferia.

A matéria finaliza utilizando o recurso do intertítulo para mudar o assunto da situação dos artistas que dependem de leis de incentivo à cultura para contextualizar e explanar o funcionamento

da Lei Aldir Blanc. Essa elucidação é interessante para a sociedade compreender a aplicação da legislação nacional, porém mediante ao lead e ao sub-lead, a matéria se direciona aos artistas que vivem nas periferias.

Por fim, a reportagem: *Do arroz à gasolina, por que tudo ficou tão caro* aborda a inflação que aumentou substancialmente durante a pandemia daí importância de abordar essas questões por envolver o cotidiano das pessoas. O tom empregado pela jornalista Ana Beatriz Felício é para elucidar o motivo do aumento dos preços e da redução do poder de compra, apresentando vídeos para tornar o conteúdo ainda mais didático. A matéria busca levar o leitor para a situação de milhares de brasileiros para a partir de então explicar a motivação do aumento dos preços. Para isso, o lead inicia com os relatos da auxiliar de logística Sandra Regina Araújo da Silva que está desempregada e do economista Juan Perez que aborda o assunto de forma técnica, porém com uma linguagem "traduzida" e de fácil compreensão. No entanto, a notícia não tem como não apresentar alguns conceitos que podem ser de compreensão complexa e que dificultam o entendimento dos problemas econômicos considerados macros como pode ser observado a seguir.

> Para se ter ideia, em dezembro do ano passado, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado dos últimos 12 meses, que é o principal índice que mede a inflação no Brasil, foi de 4,52% – o maior desde 2016. O valor ficou acima do centro da meta estipulado para 2020, que era de 4%.
>
> No entanto, 4,52% foi a média de todos os aumentos no país – calculado todos os produtos. Alguns subiram muito mais. A carne bovina, por exemplo, registrou um aumento de 13,9% durante 2020. E este ano a expectativa é de que a inflação siga alta. Em

> fevereiro, o IPCA acumulado dos últimos doze meses era de 5,20%

Observa-se que as siglas utilizadas requerem um certo conhecimento de economês, mas no transcorrer da matéria, usando casos de moradores a notícia fica humanizada e compreensível. O texto se divide em subtítulos para facilitar a leitura. Em cada uma dessas divisões, há dados para explicar o encarecimento dos produtos. Somado a isso, a reportagem também conta com recursos multimidiáticos para simplificar ainda mais o panorama inflacionário do Brasil. Cada um dos vídeos busca explicar um fator distinto acerca da inflação, sendo que o primeiro apresenta o porquê do aumento dos preços e o segundo discute sobre a perda do poder de compra. Sendo assim, apesar do público alvo do jornal ser a população que vive nas periferias, a matéria se dirige a todos os indivíduos afetados com a inflação.

Desse modo, é possível concluir que a Agência Mural busca produzir um conteúdo direcionado a população que vive nas periferias ouvindo como fonte a população que vive nas periferias. O propósito de dar preferência em ouvir esses indivíduos está discriminado nos valores do jornal e de fato está empregado nas reportagens. A utilização desse recurso favorece uma identificação por parte dos leitores e traz uma visão mais humana ao nomear aqueles que partilharam seus relatos para a construção da notícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Iniciávamos o texto com preocupações que norteariam nossa pesquisa. Uma delas dizia respeito de como um veículo alternativo tratou as questões econômicas da população mais carente. Pelas

análises feitas ficou constatado que a Agência Mural ofereceu uma informação que procurava trazer alternativas é forte crise que mais afetou as periferias do país. Portanto ela se manteve coerente com sua missão que pode ser encontrada no seu site. Verificamos que as notícias têm qualidade, mas se tornam bem acessíveis à população, inclusive utilizando recursos gráficos de fácil interpretação.

Outro ponto que se desejava saber dizia respeito se seria possível realizar um jornalismo econômico de cunho social que fugisse dos estigmas negativos que essa especialização carrega. O que conferimos é que as notícias estudadas têm utilidade sim para as classes sociais D e E , logo, em tese, não se direcionam para as elites dirigentes. Abordam temas do interesse dessas pessoas, além de trazer exemplos concretos e pessoas que moram nas periferias, portanto, conhecedores da realidade tratada. A linguagem é acessível e não vem carregada de termos e expressões que precisem ser traduzidas. Ao contrário, predomina o caráter coloquial, sem que isso impeça de identificar tanto os problemas do coronavírus como seus impactos na economia. Dessa maneira, as notícias permitem que as pessoas ganhem em cidadania por ter informação para exercer criticamente a luta pelos seus direitos.

O que se verifica, portanto, é que a escolha política e ideológica determina a elaboração das matérias de cunho econômico. O antagonismo não é apensa social, e econômico, político e cultural e o jornalismo econômico irá responder as inquietações dos grupos dos quais dependem para sobreviver. No caso do jornalismo da Agência Mural os ganhos não são econômicos, más de cidadania e luta pelos menos favorecidos. O passo seguinte será o de ver como a Folha de São Paulo se manifestou em relação aos problemas aqui levantados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MURAL. "Sobre nós". **Agência Mural** [2021]. Disponível em: <www.agenciamural.org.br>. Acesso em 15/03/2022.

ARRESE, A. "Periodismo Económico. Entre la simplificación y el rigor". **Cuadernos de información**, vol. 19, 2006.

ARRESE, A.; VATA-MIGUEL, A. "Periodismo y Economía". *En*: LEÓN, M. S (ed.). **Estudios de Periodismo Político y Económico**. Madrid: Editorial: Fragua, 2016.

CALDAS, S. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

CANTALUPPI PLÁ, M. "Pandemic, Crisis and Intervention". **MisesJournal**, vol. 8, 2020.

CENTER FOR ADVANCED DEFENSE STUDIES. "Tipping the scales". **Center for Advanced Defence Studies** [2021]. Disponível em: <www.c4reports.org>. Acesso em: 07/08/2022.

DATAFOLHA. "Bolsonaro é reprovado por 44%". **Datafolha** [2021]. Disponível em: <www.datafolha.folha.uol.com.br>. Acesso em: 01/07/2022.

DUGGAL, P. *et al*. "Post - sequelae symptoms and comorbidities after COVID-19". **Journal of Medical Virology**, vol. 94, n. 5, 2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. "Impactos da pandemia sobre os resultados recentes das contas públicas". **IPEA**

[2021]. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 05/07/2022.

KUCINSKI, B. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Editora da USP, 2007.

MARANHÃO, R. A.; SENHORAS, E. M. "Orçamento de Guerra no enfrentamento à COVID-19: entre manobras parlamentares e batalhas políticas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 2, n. 6, 2020.

MORAES, R. "Análise de conteúdo". **Revista Educação**, vol. 22, n. 37, 1999.

MORSE, S. S. *et al*. "Prediction and prevention of the next pandemic zoonosis". **The Lancet**, vol. 380, n. 9857, 2012.

OMS - Organização Mundial da Saúde. "WHO-convened Global Study of Origins of SARS-CoV-2". **OMS** [2021]. Disponível em: <www.who.int>. Acesso em: 27/06/2022.

OUR WORLD DATA. "Coronavirus (COVID-19) Vaccinations". **Our World in Data** [2021]. Disponível em: <www.ourworldindata.org>. Acesso em: 30/06/2022.

OXFAM BRASIL. "A desigualdade mata". **Oxfam Brasil** [2021]. Disponível em: <www.oxfam.org.br>. Acesso em: 05/07/2022.

PULITI, P. "A financeirização do noticiário econômico: o uso de estratégias de comunicação por grupos de interesse e seu impacto nos conteúdos jornalísticos". **E-Compós**, vol. 13, n. 3, 2010.

PULITI, P. "História do jornalismo econômico no Brasil: do café ao tempo real". **Líbero**, vol. 16, n. 31, 2013.

QUINTÃO, A. S. F. **O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964**. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1987.

SHANG, J. *et al*. Structural basis of receptor recognition by SARS-CoV-2. **Nature**, vol. 581, n. 7807, 2020.

STUMPF, E. P. **Os estudos sobre jornalismo econômico no Brasil**: uma história das ideias em perspectiva comparada (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social). Porto Alegre: PUC-RS, 2020.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, Volume I**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo, Volume II**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

VELOSO, L. "Como lidar com a falta de dinheiro na época de quarentena na periferia?". **Agência Mural** [2020]. Disponível em: <www.agenciamural.org.br>. Acesso em 15/03/2022.

VELOSO, L. "Sem auxílio emergencial artistas nas periferias defendem renda básica e relatam dificuldades na pandemia". **Agência Mural** [2020]. Disponível no portal eletrônico: <www.agenciamural.org.br>. Acesso em 15/03/2022.

CAPÍTULO 6

O Momento do Jornalismo:
Entre a Cultura e a Técnica da Notícia

O MOMENTO DO JORNALISMO: ENTRE A CULTURA E A TÉCNICA DA NOTÍCIA[7]

Luís Francisco Munaro

A pesquisa da história do jornalismo constantemente se debate com sérias limitações de investigação documental. Nalgumas vezes, consiste na reprodução cronológica de periódicos considerados fundadores, noutras, na repetição pouco crítica dos passos fundamentais dados pelos jornalistas na escalada da invenção da profissão. Essa história de cunho metódico, demasiado preocupada com a questão da fundação, perde de vista todo o enraizamento social, cultural e econômico das práticas impressas em seu contexto de solidificação e expansão, independentemente de, a rigor, deverem ser consideradas ou não jornalísticas.

Ao contrário de procurar por aquilo que é jornalismo, identificando-o onde quer que haja espaço para práticas sociais de cunho informativo, pode parecer mais frutífero investigar as várias modalidades de práticas informativas que disputaram espaço no ambiente moderno. Ainda que preparem o terreno para a consolidação de hábitos intelectuais próximos do consumo regular de novidades ou reflexão sobre o tempo presente, esses novos hábitos introduzem uma "cultura della notizia", como sugere Giovanni Gozzini, que não é propriamente "journalisme".

Se os ensaios historiográficos relativos à busca das origens e dos momentos fundadores ajudaram em algo, foi a distender enormemente o conceito de jornalismo, que se viu espremido entre uma espécie de epistemologia do tempo presente e de uma

[7] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: MUNARO, L. F. "O momento do Jornalismo: Entre a Cultura e a Técnica da Notícia". *Leituras do Jornalismo*, n. 7, 2017.

deontologia provinciana. Ou se trata de uma prática genérica anterior (ou paralela) à reflexão histórica, ou então é tardia e identificada pontualmente com um ou outro modelo de redação profissional. Algumas histórias sugerem que a busca pela definição de estratégias discursivas capazes de transplantar o real para a representação já constituem uma forma de jornalismo. Nessa versão de "o jornalismo é o relato", historiadores antigos como Tucídides já se deparavam com os princípios deontológicos da profissão. Por outro lado, concentrados na questão da periodicidade, independente da relevância sociocultural das expressões escritas, conseguiu-se ver nas *acta diurna* afixadas na parede do Senado um exercício de escribismo-jornalístico, onde o escriba, ao assinalar as decisões do Senado numa tábua, estava também produzindo jornais. Esses exercícios de passadismo, longe de oferecerem versões históricas confiáveis, sustentam uma ideologia na qual o escritor já sabe o que quer encontrar.

É possível perceber, ademais, que a versão do jornalismo ancestral rivaliza com outra versão igualmente pouco confiável: a *corrente* da historiografia estadunidense que costuma, como por exemplo com Jean Chalaby, limitar a construção do jornalismo a uma experiência profissional bastante pontual e específica, curiosamente restrita à forma como o jornalismo se desenvolveu nos Estados Unidos e Inglaterra, isto é, intimamente dependente da ascensão da burguesia industrial e da prática escrita limitada pela técnica. O supracitado autor, através de uma concepção do jornalismo em que seu ponto culminante é a consolidação do padrão industrial, sugere que o jornalismo francês do século XVIII, dada sua imersão em formas narrativas mais próximas da literatura e filosofia, não era *jornalismo*.

Construir um roteiro hermenêutico para a pesquisa implica em, em primeiro lugar, investigar qual o imaginário particular daqueles que produzem e imprimem panfletos e qual o enraizamento

social de suas práticas ainda incipientes. E, a partir daí, verificar se esse imaginário corresponde, de alguma forma, à ideia de publicar informações atuais e regulares voltadas para um público, dentro de pressupostos de veracidade. Num competente estudo sobre a *storia del giornalismo*, Giovanni Gozzini recorre a uma fórmula de Pizarroso Quintero, propondo um conceito que parece ter aplicabilidade historiográfica:

> Uma história do jornalismo aberta para a dinâmica da sociedade deve definir seu próprio objeto de estudo como "informação atual destinada a um público com frequência periódica": uma definição mais modesta, mas que resulta confirmada pela investigação sobre os primeiros jornais da idade moderna, que identificam o caráter de novidade com relação às formas precedentes de comunicação cultural na variedade de conteúdo e periodicidade (GOZZINI, 2011, p. 27).

Pressupondo essa definição, que descarta as publicações institucionais do mundo antigo em cujo cerne a própria ideia de um público era radicalmente diferente, somos remetidos ao mundo mediterrânico do século XV, sabendo que ali, pela primeira vez, desenvolveu-se um comércio de papel impresso ou (sobretudo) manuscrito contendo *notizies*. Esse comércio deve ser contextualizado no interior de uma série de drásticas transformações no intelecto italiano, que assistia, ao contrário das monarquias absolutistas que começavam a se estruturar na Espanha, Suécia, Portugal, França e Inglaterra, a uma divisão constante do poder, rapidamente distribuído entre tiranetes que precisavam de uma racionalização política capaz de tornar possível a manutenção de fronteiras territoriais (BURCKHARDT, 2013). Esse fenômeno único, marca da micro-história italiana, foi que permitiu aos italianos

o usufruto precoce da liberdade de imprimir. Contudo, a pressão de Estados maiores, mais rigorosamente orientados pela política absolutista, assim como a política inquisitorial do Vaticano, logo dariam um término à liberdade de impressão na Itália.

Temos, portanto, um fenômeno datado. As consequências do Renascimento não se espraiam diretamente por todo o território europeu. Considerá-lo um marco que, numa só tacada, transformou os padrões de reflexividade europeus é efetuar uma leitura ingênua da história. É possível dizer, tendo como pano de fundo o longo imbróglio entre protestantes e católicos que se tornaria predominante, que a Europa como um todo não estava preparada para o Renascimento. Havia não apenas estruturas econômicas e políticas engessadas ao mundo feudal como também uma cosmovisão fortemente orientada pela leitura religiosa do mundo. Daí a liberdade de impressão ter encontrado espaço precoce em Estados pequenos, como em cidades-estados alemãs e nos Países Baixos, longe da tendência autocrática dos Estados de Antigo Regime que começavam a se consolidar por conta, justamente, das guerras religiosas. Seria necessária a chegada do século XVIII para que o mercado editorial tornasse o fluxo de ideias incontrolável. Ainda longe dessa busca pela liberdade estavam os livreiros e tipógrafos beneficiários de concessões de impressão regulamentadas pelos Estados de Antigo Regime.

A partir dessas considerações, podemos situar duas versões históricas que inserem o jornalismo em dois momentos bastante distintos da história europeia: uma que o torna dependente da indústria e de uma definição pontual de texto objetivo produzido em larga escala (cujo ponto de partida é o século XIX), e outra que o sugere como pioneiro e desenvolvedor de *avvisi*, folhas volantes, *newsbooks* e *canards* (situada no final do século XV e início do século XVI), quase concomitantemente ao surgimento do mercado editorial. A primeira hipótese está fortemente ancorada nos estudos

norte-americanos de Jean Chalaby, marcados por certa tendência apologética do padrão técnico. A segunda encontra respaldo entre os estudos lusófonos, fundamentados pela ideia de que as primeiras práticas informativas modernas já são, em si mesmas, jornalismo ou *pré-jornalismo*.

Nossa percepção do problema, por outro lado, está fortemente orientada pelo fenômeno da crítica moderna, como observado por Reinhardt Koselleck (1999), pela transformação estrutural da esfera pública, por Jurgen Habermas (1984) e James van Horn Melton (2002), e pelo papel fundamental do jornalismo como textualizador da modernidade, por John Hartley (1996). Daí situar-se, cronologicamente, entre as duas hipóteses, apenas reforçando, através de outros instrumentos, a ideia bastante disseminada mas pouco refletida de que:

> O jornalismo é a prática de construção de sentidos da modernidade (a condição) e divulgador do modernismo (a ideologia); é um produto e promotor da vida moderna, e é *desconhecido nas sociedades tradicionais*. O jornalismo é mais intenso quanto mais "moderno" seu contexto, prosperando mais em contextos urbanizados, desenvolvidos, industriais e pós-industriais; suas florações mais densas e mais exóticas sendo encontradas onde a alfabetização, riqueza e diferenciação social são mais intensas, onde estilos de vida competitivos, individualizados são mais desenvolvidos (HARTLEY, 1996, p. 33, destaques nossos).

Este estudo também parte da percepção da necessidade de uma preocupação contextual mais sólida para poder refletir de forma eficaz o conjunto de práticas sociais a que se denomina jornalismo. Isto é, da ideia de que não se pode, efetivamente, fazer uma *história*

do jornalismo sem analisar seus vínculos institucionais e contextuais, sua recepção pelo público e a criação de convenções e estruturas discursivas fortemente dependentes do mesmo público. Quer dizer, o jornalismo transforma-se num ritmo muito constante, adequando-se às fisionomias mutantes do *leitor* moderno.

A CULTURA DA NOTÍCIA

A ideia de um *pré-jornalismo* sugere a realização inevitável de um fenômeno no tempo, como se toda a contingência histórica existisse em virtude e para a execução desse mesmo fenômeno. Os fenômenos relativos a um mercado de notícias, que começam a delinear uma network de informações no Mar Mediterrânico, podem ser mais bem conhecidos e estudados se, ao invés de chamados "pré-jornalismo", forem considerados como os materializadores de uma "cultura da notícia" que existe independentemente de qualquer prática jornalística.

Segundo a literatura alusiva ao fenômeno *pré-jornalismo*, o mais antigo impresso do gênero teria sido um relato de 1470 relativo à Queda de Constantinopla, impresso na cidade de Bolonha. Ainda que, assim como outros relatos impressos no período, contenha detalhes que, do ponto de vista narrativo, possam ser considerados semelhantes àqueles dispostos em jornais, é preciso considerar que sua estrutura de funcionamento, enraizamento social, propósitos políticos e vínculos com o leitor são radicalmente diferentes. Como sugere Jorge P. Sousa, este escrito bolonhês, bem como outros do gênero que circularam num espaço bastante alargado no final do século XV e início do XVI, antecipam alguns dos "critérios de noticiabilidade" contemporâneos:

> A mais antiga folha volante de que há registo foi editada em Itália (Bolonha, 1470) e relatava a queda de Constantinopla e do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), em 1453, e os subsequentes avanços dos turcos otomanos pelo Mediterrâneo oriental. Outras folhas faziam referência a fatos como a descoberta da América por Colombo (1493), a queda de Granada e a expulsão dos mouros de Espanha (1492), a queda de um meteorito em Ensisheim (1492) ou a entrada de Carlos VIII em Florença (1494). Outras ainda ofereciam informação comercial e política aos mercadores. Uma das primeiras folhas que subsistiu é a que narra a batalha de Flodden Field, em Inglaterra, datada de Setembro de 1513 e impressa por Richard Fawkes. Pode dizer-se, assim, que as notícias das folhas volantes já obedeciam a critérios de noticiabilidade idênticos aos contemporâneos, o que acentua a natureza cultural e histórica dos valores-notícia (negatividade, referência a fenômenos insólitos, novidade, referência a pessoas de elite, utilidade prática das informações, etc.) (SOUSA, s. d., p. 59-60).

Alguns desses documentos, como aquele que Sebastian Brant compôs em 1492, relativamente à queda do Meteorito em Ensisheim, rapidamente ganhariam espaço na Europa. O objetivo de Brant, contudo, não era fornecer um retrato fiel da queda do meteorito: seu texto foi orientado pela percepção moralizante do evento, baseado num pano de fundo que remete à escatologia medieval. Sem dúvida, lembra Brant, a queda do Meteorito funcionava mais como um alarme divino para a iniquidade do homem do que como resultado de forças naturais (ROWLAND, 1988).

Uma investigação histórica capaz de arrolar mais elementos reflexivos deverá perceber qual tipo de enraizamento histórico e cultural possuem esses escritos, sabendo que ainda não se devotou a

eles qualquer exercício historiográfico efetivo no terreno da *história do jornalismo*. Antes de entrar no mérito de cada um deles, bastante diversos uns dos outros, devemos mapear qual universo conceitual em que estão inseridos, e se há a possibilidade de, nesse universo, termos alguma antecipação conceitual do jornalismo. O estudo hermenêutico dos documentos em si mesmos, posto que impossíveis neste espaço, deixaremos para uma oportunidade futura.

O que propomos aqui é um rascunho da *network* de informações no Mediterrâneo, que teria originado a edição de Bolonha de 1470, de forma a vasculhar ali precisamente o distanciamento daquelas práticas informativas das práticas e representações jornalísticas. Essa busca deverá ajudar a mapear melhor a mentalidade e o público relativos à emergência dos jornais enquanto produtos fundamentais para a estruturação das sociabilidades modernas. Trata-se, portanto, de um estudo das diferenças.

No seu trabalho sobre a ciência renascentista, Alexandre Koyré lembra que, ao colocar em suspensão a física aristotélica e sua ênfase na perfeição dos sentidos, o pensamento moderno abriu caminho para um período de credulidade, no qual a filosofia tendeu a valorizar mais a retórica e as estratégias de convencimento do que a Verdade (KOYRÉ, 2011). Dada a natureza incompreensível do mundo, o retórico é aquele que está mais próximo de possuir a verdade já que, no interior de uma infinidade de discursos possíveis, ele detém os instrumentos capazes de convencer o interlocutor. No vácuo deixado pela epistemologia escolástica, apareceram demonologias, livros de feitiços, horóscopos e relatos surreais. A própria realidade se reestruturava a partir da crise do intelecto medieval. Ao mesmo tempo em que se perpetuava essa "ontologia mágica",

> a curiosidade sem fronteiras, a acuidade de visão e o espírito de aventura que conduzem às grandes viagens de descobrimento e às grandes obras de descrição. Mencionarei apenas o descobrimento da América, a circum-navegação da África, a circum-navegação do mundo, que enriquecem prodigiosamente o conhecimento dos fatos e alimentam a curiosidade pelos fatos, pela riqueza do mundo, pela variedade e multiplicidade das coisas. Sempre que uma coleção de fatos e uma acumulação do saber se fizerem suficientes, sempre que se pôde prescindir de teoria, o século XVI produziu coisas maravilhosas (KOYRÉ, 2011, p. 45).

Ainda que a curiosidade favoreça a circulação de notícias e relatos inusitados sobre o mundo durante o seu processo de desvelamento e descoberta, não existe uma *epistemologia* capaz de traduzi-lo em linguagem isenta de traços fantásticos. A ideia da magia é um componente forte da mentalidade renascentista. Os relatos do mundo exterior à Europa não obedecem necessariamente a critérios modernos, ainda que seu objeto seja amplo o bastante para permitir uma construção de padrões de reflexividade mais sofisticados, a ponto de começarem a embutir instrumentos filológicos.

Cabe lembrar que o jornalismo, como será pensado durante o século XVIII, apresenta-se como o reverso da retórica. No seu momento de definição deontológica, ele não é mais o discurso que convence, e sim a verdade que complementa e oferece subsídio para a compreensão do tempo. Trata-se, em outras palavras, da crítica que esclarece, o que só pode ser imaginado a partir do entendimento da própria atividade enquanto uma atividade que, já que socialmente importante, deve trazer embutida uma valoração sobre os seus princípios de ação. Assim, a epistemologia jornalística absorve o compromisso com a verdade que, se não é propriamente científica, é

pelo menos o mais próximo que se pode chegar de uma coleta regular de dados empíricos e sua exposição ao público.

Ainda mais importante do que a mentalidade é a inexistência de um público. Se não há uma mentalidade capaz de pressupor a existência de relatos confiáveis ou epistemologicamente *neutros* sobre a realidade, mais difícil ainda se torna a existência de um público regular, percebido como uma esfera de consumidores de cultura que, ao mesmo tempo em que é independente do Estado, é capaz de submetê-lo a um julgamento moral – o que caracterizará o período de maior ebulição de panfletos e jornais políticos no século XVIII.

Como sugere James van Horn Melton, podemos distinguir três significados de maior interesse histórico para público: o *publicus* romano, identificado com os espaços de circulação coletiva em detrimento dos espaços domésticos; o substantivo *publicum*, cujo significado remete mais especificamente para a política e sua área de ação correlata; e um significado cronologicamente mais recente, relativo a *public*, utilizado no sentido de audiência desvinculada de qualquer tipo de exercício da autoridade política. Trata-se do suporte para pensar o público como um conjunto de indivíduos anônimos vinculados à recepção de algum tipo de produto cultural:

> Uma cultura de impressão cada vez mais dilatada proporcionou um meio através do qual os públicos fizeram suas opiniões conhecidas; espaços de sociabilidade novos ou em expansão como cafés, salões e lojas maçônicas foram outros destes espaços. Esses públicos surgiram no contexto de uma cultura de consumo em expansão, onde os produtos culturais estavam disponíveis para aqueles que podiam pagar por eles independentemente da sua hierarquia formal (MELTON, 2003, p. 01).

O autor sugere que o fenômeno do público está diretamente vinculado à expansão das atividades de impressão. Quer dizer, não se poderia pressupor um público sem liberdade para imprimir e fazer circular escritos capazes de atingir conjuntos gradualmente maiores de *leitores*. De forma semelhante, segundo Pierre Rétat e Jean Sgard, o fenômeno impresso, quando livre dos esquemas da censura e privilégio de impressão, foi fundamental para a consolidação desse mesmo público:

> O público seria então simplesmente, em uma dada sociedade, tanto os termos e a capacidade de um conjunto de ações próprias a determinados grupos: para aprender, conhecer, para alimentar a imaginação, desenvolver e definir e comportamento coletivo manter valores por meio da escrita. Como dispositivo móvel e permanente, periódica são provavelmente um dos primeiros instrumentos de organização, medição e análise do público no sentido moderno do termo (RETAT; SGARD, 1978, p. 25).

Sendo difícil imaginar um jornalismo sem público, não seria ainda mais difícil imaginá-lo sem um código profissional? Na medida em que cresce a demanda por notícias, crescem também os imperativos sobre a conduta profissional em jogo, o que obriga os fabricantes de notícias a desenvolverem uma linguagem capaz de torná-los intermediários confiáveis. Trata-se de uma diferença substantiva, por exemplo, com relação à *Gazzete* publicada por Théopraste Rénaudot (1640), em que o privilégio de estampa e circulação restrita tornaram a linguagem do cronista bem mais independente do clamor dos seus *leitores*, que não possuíam identidade pública para requisitar transformações de método ou linguagem (MUNARO, 2014).

Se admitirmos que o jornalismo depende de um público para se transformar, e que sua consolidação não é um processo autocentrado, em que o jornalista emerge, como numa gênese espontânea, mas sim subsiste num processo dialético com a sociedade que fornece pautas e argumentos e constrói rituais de leitura, torna-se importante imaginar padrões normativos capazes de tornar a sua linguagem mais confiável. Isto significa, sobretudo, compromisso com a liberdade de impressão, a transformação (leia-se, progresso), universalidade ou verdade – ainda que verdade aparente, especulativa, dependente de paradigmas mutantes. Destarte, não teria o próprio jornalismo ajudado a transformar esses referenciais de verdade, requerendo um trânsito contínuo de informações verídicas – no sentido de que deveriam, ao menos, ser submetidas a um processo de validação e questionamento racional?

Tais procedimentos, sem dúvida, só viriam a ser forjados ao longo do século XVIII, durante a expansão da esfera pública que ajudou a normatizar a atividade do homem de letras. Evidentemente, essa definição exclui, de antemão, qualquer possibilidade de as *folhas volantes* possuírem um público no seu sentido mais moderno.

Os estudos de Chiara Pallazo são importantes para compreender os mecanismos escritos e manuscritos de interação na network de notícias mediterrânico. A autora, através das vastas redes de informações criadas pelos negociantes e políticos venezianos, reconstrói de forma detalhada os esquemas noticiosos que permitem falar, no final do século XV e início do XVI, numa "cultura della notizia":

> No início do século XV, Veneza tinha representantes diplomáticos estáveis em todos os principais tribunais italianos e europeus, enquanto seus comerciantes estão presentes em comunidades nutridas em muitas praças comerciais. A cidade também é um

> cruzamento de estradas e sistemas postais que ligam os principais centros da península e desta última com a Europa, e, portanto, possui os requisitos ideais para funcionar como um importante polo de rede de informação (PALAZZO, 2011, p. 22).

Os principais mecanismos de transmissão de notícias a longa distância são cartas, como a autora demonstra através da análise dos diários de Sanudo e Priuli. Preocupações jornalísticas estão completamente ausentes desse microcosmo italiano, ainda que Veneza crie a sua primeira gazeta em 1620. Utilizar o conceito "jornalismo" para estudar essas networks informativos precoces torna mais difícil a compreensão do intelecto italiano e também da própria história. Sabe-se que é pouco provável termos ali um ambiente ou um público para a recepção de papeis públicos, como sugere o caráter predominantemente privado ou oficial das informações que cruzavam a Europa e o Mediterrâneo até chegarem no *hub* veneziano:

> Sanudo não exclui totalmente a correspondência mercantil e em suas notas estão por vezes presentes cartas privadas ou "semipúblicas", dirigidas aos funcionários República (oradores, provedores etc.) à família e aos parentes. Sanudo emprega frequentemente as cartas para documentar eventos significativos de guerra, preferindo às vezes as cartas oficiais. A Companhia veneziana de Trieste e Fiuma, por exemplo, em maio de 1508, aparece documentada nos Diários de setenta e oito cartas, das quais vinte e uma são explicitamente privadas, a maioria do administrador na armada de-lei, mas também uma carta do secretário do administrador seu irmão e um par de sopracomito, sempre aos irmãos (PALLAZO, 2011, p. 30).

Se, do ponto de vista de um público, é bastante difícil imaginar qualquer possibilidade de jornalismo, o discurso torna essa possibilidade ainda mais remota. Será possível que, na aurora do mundo moderno, editores precoces fossem capazes de antecipar as raízes da profissão? Como demonstra Marino Zorzi, a disseminação da tipografia na península italiana, sobretudo nas cidades-estados mais prósperas, como Veneza, foi favorecida por uma legislação pouco coercitiva, que apenas cuidava estabelecer o privilégio de estampa para alguns livreiros-artesãos. Nesse período de consolidação da imprensa, a preocupação quase que exclusiva dos livreiros estava concentrada na reedição dos clássicos (apud BARBIERATO; BOSCOLO, s. d., p. 10). Foram essas reedições que começaram a abrir um espaço editorial, garantindo a existência de grupos de leitores interessados em consumir informação impressa (*Ibid*, p. 09). Considerando que a Inquisição, criada por Paulo III em 1542 iria fazer decair o comércio livreiro, a Idade de Ouro da tipografia italiana possui um período de existência bastante curto. Nesse ambiente caracterizado pelo aumento da curiosidade e da necessidade de informações se disseminam os opúsculos e as folhas volantes, impressos de uma página contendo relatos extraordinários. Essas folhas, que mexiam com a curiosidade e eram vendidas por livreiros ambulantes, estão, evidentemente, bastante longe de constituírem uma forma de expressão jornalística, apesar de ajudarem a potencializar o mercado editorial italiano, cujo rápido florescimento duraria até a década de 1540 (*Ibid*., s. d., p. 18).

A OBJETIVIDADE COMO INDICATIVO DA *GENESIS*

Se, por um lado, a ideia de um início ancestral faz perder de vista a modernidade do jornalismo, a hipótese de que ele não possui dois séculos de vida descarta por completo qualquer possibilidade de

o jornalismo apresentar transformações e hibridismos linguísticos. Nessa versão curiosa da história, nem os periódicos morais como *The Spectator*, os *jornaux littéraires* ou o *new journalism* apresentam uma forma completa da profissão. Ela parte de um conceito de jornalismo confinado a um conjunto bem específico de atributos normativos, que se desenvolveu (e morreu?) nos Estados Unidos e Inglaterra, descartando tanto a etimologia, a criação de um público ou de regras profissionais, quanto a importância do jornalismo no mundo europeu, que já é bastante nítida ao longo do século XVIII. Jean Chalaby assim formula a sua proposta:

> Eu argumentei que o jornalismo é uma invenção do século XIX. A profissão de jornalista e o discurso jornalístico é produto da emergência, durante este período, de um campo especializado e cada vez mais autônomo de produção discursiva, o campo jornalístico. Progressivamente, o discurso jornalístico tornou-se uma classe distinta de texto: agentes do campo jornalístico desenvolveram suas próprias normas e valores discursivos, como a objetividade e a imparcialidade. O modo jornalístico de escrever caracterizou-se por estratégias discursivas específicas e práticas, nem literárias nem de caráter político. Textos jornalísticos começaram a possuir características filológicas distintas, e o mesmo fenômeno discursivo pôde ser identificado nos textos que formavam o discurso jornalístico (CHALABY, 1996, p. 304).

A concepção do jornalismo a partir do "field of discursive production", "distinctive class of text", "own discursive norms and values", "particular discursive strategies and practices", "distinctive philological characteristics" e "discursive phenomena", comete o erro de atacar a questão evidenciando a perspectiva mais contingente

do jornalismo, quer dizer, aquela relativa à sua apresentação textual. Evidentemente, se considerarmos o jornalismo como um *fenômeno discursivo* cujo aspecto mais visível é o enunciado objetivo, ele ficará confinado a um grupo bem limitado de profissionais, geralmente em torno da mídia impressa. A redução da história do jornalismo a questões de uma vertente empirista do conceito de objetividade torna-o imune a qualquer tipo de transformação histórica.

Ao mesmo tempo, é possível perceber como o campo de produção discursiva do jornalismo, se entendido como uma forma particular de construção de enunciados, já está amplamente disseminado no século XVIII. Como lembram Pierre Rétat e Jean Sgard, em seu estudo sobre vinte periódicos que circularam na França durante todo o ano de 1734, pode-se perceber uma série de estratégias textuais que começam a modular a profissão. E esse é o aspecto menos importante. Já existe um público consumidor, práticas de crítica literária e um correio de informações regulares que precisa ser organizado para um mercado consumidor. Evidentemente, o jornalismo francês na primeira metade do século XVIII não possui bases constitucionais relativas à liberdade de imprensa, o que a Inglaterra possui desde 1689; isso não quer dizer, contudo, que a indecisão censorial e a dialética entre meios oficiais e os escritores não tenha permitido a construção de uma cultura profissional, o que admite que os autores falem numa "effervescence journalistique" (RETAT; SGARD, 1978, p. 30).

Dentre os periódicos em circulação na França, podemos destacar os "mensuel politiques", mensários que ajudaram a transformar a "crônica dos tempos" predominantes nas gazetas ao buscar uma compreensão contextual do evento traduzido em notícia:

> Esta fórmula, apresentada em 1734 pelo *Mercure Historique et politique et par les Mémoires*

> *historiques pour le siècle courant*, altera as perspectivas da gazeta relativas ao acontecimento. Ele inclui sequências cronológicas mais longas e lugares originais da informação relativos a áreas geográficas mais amplas (*Ibid*., p. 32).

Os periódicos de cunho mais estritamente informativo, na forma de crônicas limitadas aos interesses da Corte (Gazetas), conviveram com periódicos literários cujo destino era a "República das Letras" (*Ibid*., p. 40). No bojo dessa ebulição de jornais, em cujo seio já estão suficientemente disseminados os elementos de crítica e público, são construídos os principais elementos do jornalismo. O diálogo entre a informação oficial e a crítica literária torna possível o aparecimento dos primeiros exercícios profissionais de informação voltada para a esfera pública, o que permite aos jornalistas a construção de uma consciência acerca de sua representatividade política.

No cruzamento da história paralisada das gazetas e mercúrios, está a "história submissa à inspeção de uma consciência lúcida" dos jornais literários (RÉTAT; SGARD, 1978, p. 51). Gradualmente, com a diversificação dos formatos desses periódicos, e na conjunção de seus padrões reflexivos, o ecossistema comunicativo francês compreende um universo jornalístico que comporta tanto a crítica quanto a notícia *pura* (p. 52). O papel organizador e crítico do jornalista, nesse sentido, começa a transparecer:

> O assunto da suposta carta pode assegurar; o jornalista como centro recebedor, igualmente. É por isso que em outros periódicos o jornalista negligencia a ficção da carta, e a substitui pela continuidade do seu próprio discurso, ou pelo discurso da história. O "nós" pelo qual ele se designa torna-se o centro

> imaginário do mundo; os eventos convergem para ser apresentados como um teatro aos leitores (RÉTAT; SGARD, 1978, p. 57).

A sugestão, portanto, de que o jornalismo francês não é jornalismo por conta de sua incapacidade de se divorciar da literatura, simplesmente não encontra respaldo documental. É verdade, sim, que os jornalistas franceses, sobretudo no século XIX, lamentarão a proximidade excessiva dos periódicos com a literatura, situação que tem bem menor espaço na cultura anglófona do mesmo período. Por outro lado, a partir de meados do século XX, os jornalistas norte-americanos irão sugerir uma releitura radical do jornalismo, propondo uma aproximação do realismo literário francês, fenômeno que foi chamado por Tom Wolfe de *new journalism*.

Se não existe objetividade, existe a imparcialidade do texto, que sugere um compromisso do jornalista com o seu *leitor*. Nesse momento já estão disponíveis, seguramente, eixos discursivos que orientam o jornalismo independentemente da literatura, ainda que não uma técnica maquínica de formulação textual. Pierre Rétat e Jean Sgard sugerem ainda que o autor jornalista, no início do século XVIII, já se percebe como uma instituição discursiva com características próprias, quer dizer, neutras:

> A ilusão é a de uma pura informação, a origem e a mediação se tornam fenômenos secundários, em grande parte evitados. Esta neutralidade informativa se deve menos a uma prudência crítica ou a uma regra moral que a um imperativo epistemológico. O conhecimento se espalha sem meio e sem apoio; no ato de conhecimento, o próprio objeto aparece; o sujeito universal não pode ter voz própria. O vetor da informação é negligenciado. O jornalista não é nem

> mesmo mais a voz do autor que nos foi transmitida, mas a verdade que precisa ser recebida, o material através do livro e periódica (1978, p. 58).

O imperativo epistemológico de corresponder à verdade através da crítica documental e do exercício da neutralidade são pressupostos que, ao invés de deliberadamente "inventados" – numa palavra que, quando relativa a um fenômeno social complexo possui uso bastante temerário – desenvolvem-se a partir da conjunção de fatores que incluem também os diálogos entre periodistas morais ingleses e literatos franceses. Isso não torna, evidentemente, menos verdadeira a informação de que a tradição jornalística francesa vai assumir uma direção bastante distinta da anglo-americana. Não quer dizer, contudo, que o jornalismo tenha sido uma invenção metafísica, impossível e isolada do intelecto britânico.

CONCLUSÕES

A indefinição da resposta sobre a construção histórica do jornalismo deriva não apenas do fato de a gênese tão comumente buscada ser, enquanto um ponto absoluto no tempo, uma ideia mais teológica do que científica, como também da indecisão sobre como conceituar o jornalismo independentemente da deontologia. Até porque os jornalistas só passam a ter alguma consciência daquilo que estão realizando ou buscando quando se relacionam com um público e se submetem a um exercício de crítica. Sem dúvida alguma, essa autocompreensão é uma dádiva do século XVIII, de forma bastante ampla, tendo como centros dispersores a França, Inglaterra, Holanda e Alemanha. E, na medida em que se autocompreendem e se submetem à crítica, também estão forjando estratégias discursivas para o delineamento de sua profissão – o que torna bastante difícil

refletir, historicamente, o jornalismo de forma independente da deontologia.

Fenômenos impressos anteriores, como as Gazetas, predominantes no século XVII, encontram severas limitações de composição e circulação. São papeis do rei, que contam com a benevolência da Corte para fazer transitar crônicas importantes para essa mesma Corte. Por outro lado, as notícias dispersas que começam a ganhar espaço editorial no século XVI dizem respeito a uma "cultura da notícia" que não tem no jornalismo um eixo organizador importante, sendo que, na maior parte dos casos, as notícias de verdadeira importância circulam apenas em correspondência oficial ou privada – o público não era fundamental para legitimar a circulação da notícia.

Por outro lado ainda, tornar o jornalismo dependente de uma determinada forma de construção noticiosa, como se fosse um paradigma textual imutável, já que metafísico, é reduzir o fenômeno a apenas uma das faces de sua transformação profissional. Significa descartar todo o universo de linguagens que se ambientaram no jornalismo, organizando normas fundamentais da atividade, como veracidade e atualidade. Ambas as versões significam, portanto, um exercício que, em graus diversos, implicam nalgum tipo de superficialidade histórica.

REFERÊNCIAS

BARBIERATO, F.; BOSCOLO, C. "Editoria a venezia nei secoli d'oro". **Venice International Foundation** [s. d.]. Disponível em: <www.venicefoundation.org>. Acesso em: 23/12/2022.

BURCKHARDT, J. **A cultura do Renascimento na Itália**. São

Paulo: Editora Cia das Letras, 2013.

CHALABY, J. "Journalism as an anglo-american invention". **European Journal of Comunication**, vol. 11, n. 3, 1996.

GOZZINI, G. **Storia del giornalismo**. Milano: Bruno Mondadori, 2011.

HARTLEY, J. **Popular reality**: Journalism, Modernity, Popular Culture. New York: Oxford University, 1996.

KOYRÉ, A. **Estudos de História do Pensamento científico**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011.

MELTON, J. H. **The rise of the public in Enlightenment Europe**. Cambridge: Cambrige University Press, 2001.

MUNARO, L. F. "Entre Gazetas e Jornais: repensando a gênese do jornalismo". **Leituras do Jornalismo**, vol. 1, 2014.

PALAZZO, C. **Nuove d'Europa e di Levante**: Il network veneziano dell'informazione agli inizi dell'Età Moderna (1490-1520) (Tesi di Dottorato in Storia Moderna). Venezia: Università Ca' Foscari, 2011.

RÉTAT, P.; SGARD, J. **Presse et histoire au XVIIIeme siècle**: L´année 1734. Paris: CNRS, 1978.

ROWLAND, I. "A Contemporary Account of the Ensisheim Meteorite, 1492". **Journal Meteoritics**, vol. 25, n. 1990.

CAPÍTULO 7

Comunicação, Subjetividade e Relações de Poder

COMUNICAÇÃO, SUBJETIVIDADE E RELAÇÕES DE PODER

Ana Carolina Farias Franco
Flávia Cristina Silveira Lemos
Daniele Vasco Santos
Marcelo Ribeiro de Mesquita

Problematizar as relações de poder imanentes ao campo midiático implica em pôr em questionamento a utopia liberal de um espaço público midiático livre, em que as opiniões dos diversos segmentos sociais podem circular sem barreiras. A inviabilidade desta utopia se torna patente, sobretudo, quando atentamos que, no modo de organização capitalista, as diferenças de capital econômico e político operam como filtros para a legitimação de valores e para a circulação de informações e de bens culturais.

Ainda que por meio de consensos rápidos e cooptação de interesses, a chamada grande mídia tente pautar uma agenda social e participativa, sob o rótulo de democrática, esta tem, nitidamente, priorizado a difusão dos projetos políticos, econômicos e culturais de uma parcela pequena de grupos sociais, silenciando à pluralidade de projetos, valores, discursos e versões de um mesmo acontecimento. Desta forma, a função de mediação dos interesses públicos delegada aos veículos de comunicação, nos regimes democráticos, se apresenta como um paradoxo, por estarem estes vinculados ao campo de interesse privado, em virtude de seu caráter empresarial (FONSECA, 2004).

A outra parcela da população, não vinculada aos conglomerados de capital político, econômico e cultural, ganha a visibilidade midiática apenas sobre o registro da infâmia, nas páginas policiais e nos programas de rádio e televisão, taxados de bandidos, ladrões, viciados, prostitutas e doentes mentais. Ou ainda como elemento exótico, folclórico e representativo da cultura popular, muitas vezes, tornando-se chacotas dos programas de humor por seus costumes ditos não-escolarizados.

Os efeitos das novas configurações do capitalismo mundial sobre a comunicação, ligadas ao acirramento da globalização econômica e cultural e do desenvolvimento de novas tecnologias são vetores importantes que constringem o fluxo de informações. As agências midiáticas têm se articulado cada vez mais sob a forma de conglomerados, o que contribui para a monopolização das informações. As principais agências internacionais, a France Presse (França), a Reuters (Grã-Bretanha), a Associated Press e a United Press Internacional dos Estados Unidos, juntamente com os canais de televisão como CNN e Fox News (dos Estados Unidos), e BBC (Grã Bretanha) formam uma rede internacional de informações e contam com agências locais para distribuição e apuração das notícias. No caso brasileiro, as principais agências a produzir e a reproduzir as informações para estas agências são o Estado de São Paulo, a Folha e o Globo. Desta forma, a articulação internacional destas agências, somada aos avanços das tecnologias informacionais, possibilita a divulgação quase imediata de eventos, que pode ocorrer distante do local em que se localiza o leitor, telespectador ou ouvinte, sendo comum a "ilusão de onipresença na imprensa" (ZANCHETTA JÚNIOR, 2004).

A homogeneização da notícia é outro efeito das formas como o sistema de comunicação tem se articulado internacionalmente. Zanchetta Jr (2004) exemplifica que as notícias da captura de Saddam Hussein, no ano de 2003, foi destaque em diversos jornais

brasileiros, os quais utilizaram as informações oriundas das mesmas agências internacionais. O mesmo padrão de conteúdo e as mesmas imagens compunham as reportagens dos jornais brasileiros sobre o acontecimento. O fato de ser o exército estadunidense a fonte principal das informações utilizadas, explica "[...] o realce do lado espetacular da façanha (fazendo-o aparecer um filme hollywoodiano) e a 'dessacralização' do ditador (Saddam é mostrado como um sujeito aparvalhado e maltrapilho, contradizendo a fama de corajoso líder anti-americano) (ZANCHETTA, 2004, p. 20). O acesso a uma versão alternativa à oficial deste acontecimento estava limitado ao grande público.

O sistema de comunicação brasileiro é imanente a estes modos de produção capitalísticos, que com Guattari e Rolnik (2007, p. 21), podemos pensar que não funcionam apenas como valores da ordem do capital, mas também através do controle da subjetivação, o qual os autores chamam de "cultura de equivalência". Os mesmos destacam ainda que: "[...] o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica, e a cultura, da sujeição subjetiva".

Nesta relação entre mídia e público, o que não aparece na grande imprensa é como se não tivesse ocorrido, assim como, o que ganha corpo no coro midiático é produzido como verdade. De acordo com Alvarez (2011), a divulgação do Mapa da Violência 2011 que constatou a produção da massiva violência letal contra os jovens no Brasil chamou pouca atenção da mídia nacional, no máximo, foi comentado em matérias curtas. Se por um lado, o genocídio não declarado da juventude pobre permanece a sombra midiática, por outro, os atos infracionais atribuídos a jovens adolescentes é um tema privilegiado pelo jornalismo brasileiro, que de maneira moralista, tem o associado a desestrutura familiar ou a traços psicopatológicos dos jovens, em uma aplicação da velha operação

liberal de culpabilização dos indivíduos. Eis aqui um exemplo de pauta produzida midiaticamente.

MÍDIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA NOVA DEMOCRACIA

Nosso objeto de estudo se situa em um momento histórico do Brasil, chamado de Nova República, cujo início é assinalado pelas ações de redemocratização, que empreenderam uma reforma jurídica, após o período de Ditadura Militar. De acordo com Carvalho (2008), a Constituição de 1988 provocou grandes expectativas. Entusiasmadas, porém ingênuas expectativas: "havia a crença de que a redemocratização das instituições traria rapidamente a felicidade nacional" (p. 07). Ainda que tenha garantido concretamente direitos, especialmente, civis e políticos, como o direito ao voto, à participação política, à liberdade de expressão, à sindicalização, permaneceu uma enorme distância em relação aos direitos sociais entre o que foi promulgado pela Constituição e a prática política efetiva destes. A maior parte dos problemas sociais conserva-se sem intervenções eficazes ou ainda tem sido minorada de maneira lenta.

Queremos a partir de agora chamar atenção para os limites do liberalismo no Brasil e para a atualização de uma cultura política senhorial, pois entendemos que estas formas de fazer política se articulam em diversas práticas sociais engendradas no país, inclusive nas comunicacionais. Para entender no que se constituíam estas práticas coloniais e de que formam se atualizam nos modos de organização políticos no Brasil da Nova República é necessário fazer um recuo histórico. A formação dos impérios coloniais, como o Português, foi concomitante à forma de absolutismo no plano político, assim, após a colonização vivemos a experiência de um

Estado extremamente centralizado, hierarquizado por estamentos e legitimado pelas ideias de direito divino.

Chauí (2000) explana que a Monarquia Absoluta, adotada pelos países ibéricos tratou-se de uma estratégia de garantir os privilégios da nobreza e de uma nova camada social, que se formara com o desenvolvimento do mercantilismo – a burguesia. A política estamental funcionava a partir de uma rede de privilégios, favores e apadrinhamentos políticos, que resultava na distinção social do uso do poder político.

No modelo absolutista, o soberano é um representante divino, e como tal só pode ser julgado por Deus, ele está acima das leis dos homens. Nesta lógica, "governar é realizar ou distribuir favores" (CHAUÍ, 2000, p. 83). A colonização do Brasil se fez a partir desta teoria dos favores, o rei de Portugal concedeu a alguns poucos donatários as capitanias hereditárias, permanecendo a Coroa Portuguesa como proprietária das terras brasileiras. Na política brasileira contemporânea, ainda com a eleição de um representante político, a lógica dos favores se atualiza. Isto é expresso nas formas de populismo, quer dizer, uma forma de governar personalista e que opera pela prática da clientela e da tutela (CHAUÍ, 2000).

O modelo federativo assumido pela Primeira República, o qual descentralizou o poder político, trazia a possibilidade de diminuir as distâncias entre os governos e a população local. Contudo, de acordo com Carvalho (2008, p. 41) a instauração da República "[...] facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais. Nos casos de maior êxito, essas oligarquias conseguiram envolver todos os mandões locais, bloqueando qualquer tentativa de oposição política".

O coronelismo foi o exercício político comum nos governos locais, durante a Primeira República. Nas grandes propriedades rurais, espalhadas pelo interior do país, o que valia era a lei do

coronel, havendo pouca ingerência do Estado sobre estes espaços. A interferência estatal só se realizava mediante acordo com o grande proprietário e, no geral, se pautava na troca de favores políticos. Nas fazendas prevalecia a ação de uma justiça privada, na qual a lei só servia de mecanismo de repressão para os inimigos políticos e aos apadrinhados, restava à submissão a uma relação de vassalagem ao coronel (CARVALHO, 2008). No Pará, um território fortemente marcado pelos conflitos agrários resultantes da concentração de terra e práticas de trabalho análogo à escravidão, é facilmente visível à atualização da ação política dos coronéis.

Ainda com os avanços democráticos conquistados ao final da década de 80, certas práticas da cultura senhorial têm se materializado também em outros campos políticos, como o do sistema de comunicação brasileiro, ainda que de maneira mais sutil. Desta forma, Lima (2011) analisa que o modelo de radiodifusão adotado pelo Brasil, ainda na década de 1930, contribuiu para a construção de oligopólios midiáticos, isto é, criou condições favoráveis para que as elites locais e nacionais, desde as primeiras décadas do século passado, passassem a deter o controle de grande parte das emissoras de rádio e televisão, assim como, da imprensa brasileira.

Este modelo de radiodifusão não prevê formas de regulamentação da mídia nem no que se refere ao conteúdo, tampouco no que se refere ao mercado. Por exemplo, não há no Brasil mecanismos jurídicos de controle da propriedade cruzada da comunicação, isto é, o impedimento legal para que uma empresa mantenha ao mesmo tempo um canal de rádio e outra de televisão, a exemplo de outros países. A falta de regulação da mídia cria brechas para consolidação de um coronelismo eletrônico, que de acordo com Lima e Lopes (2007, p. 04) é:

> resultado da adoção do modelo de curadoria (*trusteeshipmodel*), isto é, da outorga pela União a empresas privadas da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão e, sobretudo, das profundas alterações que ocorreram com a progressiva centralidade da mídia na política brasileira, a partir do regime militar (1964-1985).

A Constituição de 1988 prevê que a outorga e a renovação da concessão das empresas de radiodifusão são de responsabilidade do Congresso Nacional. É justamente a liberação destas concessões públicas que se consolida como "moeda de troca" do "novo coronel".

Lima e Lopes (2007) avaliam não ser mera coincidência a relação entre alguns sobrenomes conhecidos da política brasileira (Barbalho, Sarney, Jereissati, Garibaldi, Collor de Mello, Franco, Alves, Magalhães, Martinez e Paulo Octávio, dentre outros) com empresas de comunicação. Tal relação existe e, na maioria dos casos, é ilegal, uma vez que a Constituição veta aos deputados e aos senadores, que conservem contrato ou exercerem cargos, função ou emprego remunerado em empresas concessionárias de serviço público, o que inclui as concessionárias de radiodifusão (LIMA, 2005).

Na gestão de Fernando Henrique Cardoso as concessões passaram a ser vendidas, desde então, "são conhecidos os episódios de favorecimento de grupos de mídia, com concessões de redes inteiras de televisão e empréstimos oficiais subsidiados, vários deles jamais quitados" (ZANCHETTA JÚNIOR, 2004, p. 25).

Como já indicamos, a instituição de um marco regulatório da mídia poderia evitar estas irregularidades. Contudo, as grandes empresas de comunicação têm se declarado amplamente contrárias a qualquer tipo de controle externo, sob a alegação de que isto se

caracterizaria como uma restrição à liberdade de imprensa no país. A 1º Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), organizada pelo Governo Federal, em Dezembro de 2009, deu visibilidade às divergências sobre esta questão entre empresários da comunicação e movimentos sociais de direito à comunicação, uma vez que uma das principais pautas da Conferência era a criação de Conselhos de Comunicação, nas esferas federal, estadual e municipal.

No espaço da Conferência, as organizações e movimentos sociais questionaram o monopólio da comunicação no Brasil, problematizando a limitada participação da sociedade brasileira na concepção, gestão e fiscalização neste setor. Requereram ainda uma mídia, de fato, democrática e plural, que reflita as diversidades regionais e fomente um debate crítico na temática de direitos humanos. Esta pauta de reivindicações não poder ser dialogada com os grupos empresariais, uma vez que, desde o início da organização do evento, retiraram-se das discussões da CONFECOM, em desacordo com as propostas em pauta, as seis principais associações empresariais: a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a Associação Brasileira de Internet, a Associação Brasileira de TV por Assinatura, a Associação de Jornais e Revistas do Interior do Brasil, a Associação Nacional dos Editores de Revistas e a Associação Nacional de Jornais. Em nota, o diretor geral da Abert, argumentou sobre o motivo da retirada da associação da Conferência:

> "Nossa apreensão inicial se confirmou diante das propostas aprovadas na Confecom que, em sua maioria, impõem modelos que não interessam à sociedade brasileira", afirma. Para Antonik, o país precisa de um debate amplo sobre o futuro das comunicações num cenário novo de convergência tecnológica e de digitalização das mídias. "Mas, ao

> contrário, esses setores optaram por discutir o passado, com claro viés ideológico", disse (ABERT, 2009, s. p.).

Outro exemplo de jogo de disputa de interesses privados no campo da comunicação pública foi a reação das empresas de comunicação ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, apresentado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no ano de 2010. No que se refere especificamente à mídia, o documento apresenta propostas de monitoramento dos veículos de comunicação. Entre as 25 Diretrizes, que compõe o PNDH-3, as de número 20 e 22 tratam, diretamente, sobre as concessões de canais de rádio e televisão.

A diretriz de número 20 versa sobre o reconhecimento da educação formal como um espaço de defesa e promoção dos direitos humanos e a outra aborda, de maneira direta, a garantia do direito à comunicação democrática e do direito ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em direitos humanos (MARTINS, 2010).

Vale lembrar, ainda, que desde o dia 30 de abril de 2009, o Supremo Tribunal Federal tornou extinta a lei n°. 5.250, lei de imprensa editada em 1967. A lei, criada na conjuntura da Ditadura Militar no Brasil, foi considerada autoritária e inconstitucional por sete ministros dos onze do STF. Os artigos que previam penas de detenção mais rigorosas para os jornalistas que cometiam os crimes de calúnia, injúria e difamação do que o Código Penal, já havia sido suspenso desde o ano anterior (2008). Com a suspensão total da lei, os juízes passaram a se basear na Constituição e nos códigos Penal e Civil para decidir ações criminais e de indenização contra jornalistas.

Com a inexistência de um código jurídico referente à imprensa, a proposta dos setores empresariais é que se consolidem

os mecanismos de autorregulação da mídia, isto é, que as próprias empresas criem mecanismos de avaliação da conduta jornalística, uma vez que qualquer forma de controle externo representaria uma iniciativa de censura à liberdade de imprensa.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E MÍDIA NA DEMOCRACIA

Lima (2007) analisa que argumentação de cerceamento da liberdade de imprensa utilizado contra qualquer tipo de controle externo do setor tem fragilidades. O problema nesta argumentação é de que o direito reivindicado de liberdade de imprensa esteja sendo utilizado em nome de uma ética corporativista, posto que este tem sido exercido como direito de expressão de apenas um grupo empresarial. Desta forma, na há equilíbrio entre os interesses das indústrias de comunicação e os dos leitores/telespectadores/ouvintes, descaracterizando a radiodifusão de sua função de serviço de interesse público.

O mapeamento das relações de força no campo midiático brasileiro, nos ajuda interrogar como são produzidas as subjetividades do Brasil da Nova República: ao mesmo tempo em que somos subjetivados por demandas de lei e de ordem em um Estado neoliberal, sob o estandarte do progresso e do desenvolvimento, atualizam-se resquícios endurecidos de subjetividades coloniais e neocoloniais, autoritárias e ainda escravocratas. Neste sentido, as mídias atuam no bojo destes processos de saber, de poder e subjetivação que se materializam em diversos liberalismos e por práticas anteriores aos mesmos.

Vemos uma composição política que sustenta alguns elementos do liberalismo, quando, por exemplo, defende-se a

liberdade de expressão e de imprensa como direito crucial às democracias, mas que também rechaça outros princípios importantes da racionalidade liberal, como a livre concorrência. Ademais, a formação de monopólios e quebra da concorrência limita o direito à informação e ao acesso à manifestação do contraditório que seria indicador de democracia da comunicação.

As posições acerca da possibilidade de controle externo da comunicação brasileira são exemplares para o reconhecimento dos modos como os grupos empresariais do setor têm tecido alianças. A disputa existente entre estes grupos por audiência e por anunciantes, no mercado da informação e entretenimento, é posta temporariamente em segundo plano diante da pauta da regulação do sistema de radiodifusão. Afinal, entende-se que a regulação pode representar não, somente, perdas no imenso lucro econômico destas empresas, das quais as mesmas não abrem mão, como a perda de espaço político. A articulação em oposição à regulação extrapola o próprio campo empresarial, buscam-se alianças com outros agentes e instituições, como as do legislativo, do executivo e do judiciário. Tais articulações têm sido facilitadas pela ocupação política, que muitos dos empresários da radiodifusão exercem.

Os movimentos, organizações sociais e os grupos de mídia livre não participam desta conjuntura como meros expectadores. Estes também promovem articulações, entre si, com agentes governamentais e com representantes do judiciário. As associações empresariais de radiodifusão optaram sair da primeira Conferência Nacional de Comunicação, justamente, por prever que, neste espaço, as forças políticas articuladas pelos movimentos sociais era tal, que a batalha contra o controle externa do setor, nesta arena, seria facilmente perdida.

Crescem ainda as chamadas mídias alternativas como contra-poderes da tentativa de hegemonia midiática. São rádios comunitárias, blogs de denúncia política, jornais pessoais

distribuídos em menor escala, produzidos de maneira mais artesanal, mas com grande impacto em termos de questionamentos políticos ou ainda podemos falar das resistências via envio de e-mails com manifestos públicos, de vídeos no Youtube com denúncias graves, da postagem e compartilhamento de abaixo-assinados no Facebook e no Twitter. Estes veículos realizam resistências aos aparatos de dominação da mídia e criam brechas para novas versões sobre os acontecimentos. Inventam, assim, novas subjetividades, mais plurais e possibilitam que discursos múltiplos ganhem visibilidade e criem interferências e agencia potências críticas e disruptivas politicamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios de comunicação também são produtores de memória coletiva, neste sentido, Barbosa (2004) ressalta os jornalistas como "senhores da memória", pois agenciam no processo seletivo de produção da notícia o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Por ser outorgada como discurso verdadeiro, dificilmente, questionamos a narrativa jornalística. A produção da memória tem uma importante função política ao determinar não somente o que deve ser lembrado, mas como o deve. Neste aspecto, os meios de comunicação de massa tendem abordar, por exemplo, a vida dos jovens pobres e moradores das periferias das grandes cidades menos nos espaços destinados ao esporte, ao lazer e à cultura, do que nos noticiários policiais. Encontra-se aí rastros de uma opção que deve ser tensionada.

Problematizar as relações de poder imanentes ao campo midiático implica em pôr em questionamento a utopia liberal de um espaço público midiático livre, em que as opiniões dos diversos segmentos sociais podem circular sem barreiras. A inviabilidade

desta utopia se torna patente, sobretudo, quando atentamos que, no modo de organização capitalista, as diferenças de capital econômico e político operam como filtros para a legitimação de valores e para a circulação de informações e de bens culturais.

REFERÊNCIAS

ABERT - Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. "Conferência Nacional de Comunicação termina com propostas que ameaçam a liberdade de imprensa". **Portal ABERT [**2009]. Disponível em: <www.abert.org.br>. Acesso em: 17/09/2022.

ALVAREZ, L. G. "Guerra civil ignorada pela mídia". **Observatório da Imprensa, Caderno da Cidadania**, n. 632, 2011.

BARBOSA, M. "Jornalistas, Senhores de Menória?". **Anais do IV Encontro do Núcleo de Pesquisa da INTERCON**. São Paulo: INTERCOM, 2004.

CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.

CHAUÍ, M. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000.

FONSECA, F. "Mídia e Democracia: falsas confluências". **Revista de Sociologia Política**, vol. 22, 2004.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolíticas do Desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

LIMA, V. “As bases do novo coronelismo eletrônico”. **Observatório da Imprensa**, n. 341, 2005.

LIMA, V. “Quem ameaça a Liberdade de Imprensa”. **Observatório da Imprensa**, n. 433, 2005.

MARTINS, M. “Reação empresarial ao PNDH-3 põe em risco avanços na comunicação”. **Portal Direito a Comunicação** [15/01/2010]. Disponível em: <www.direitoacomunicacao.org.br>. Acesso em: 17/09/2022.

ZANCHETTA JÚNIOR, J. **Imprensa escrita e Telejornal**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

CAPÍTULO 8

Jornal e Sensacionalismo na Necropolítica:
O Asfalto de uma Cidade com Sangue
e os Muros que Segregam e Matam

JORNAL E SENSACIONALISMO NA NECROPOLÍTICA: O ASFALTO DE UMA CIDADE COM SANGUE E OS MUROS QUE SEGREGAM E MATAM

Ana Carolina Farias Franco

Flávia Cristina Silveira Lemos

Marcelo Ribeiro de Mesquita

André Benassuly Arruda

No Pará, o funcionamento da indústria midiática repete o padrão nacional do patronato da comunicação. As duas principais organizações da mídia paraense pertencem à família Maiorana, da Organização Rômulo Maiorana (ORM) e à família do ex-governador do Estado, Jader Barbalho, proprietário da Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA).

Estes grupos, além de serem retransmissores de canais de televisão nacionais e de serem proprietários de emissoras de rádios locais, são detentores dos jornais impressos de maior circulação da Região. A Organização Rômulo Maiorana (ORM) põe em circulação diária os jornais, "O Liberal" (em formato de standart) e o "Amazônia" (em formato de tablóide). Além disto, é proprietária de uma Televisão, uma TV por Assinatura e oito rádios (das quais uma opera por sistema de radiodifusão de Ondas Tropicais, duas são AMs e cinco são FMs). Enquanto a família Barbalho é dona do jornal "Diário do Pará" (standard), duas TVs (em Belém e Marabá) e quatro rádios (uma OT – Ondas Tropicais, uma AM e duas FMs) (DE CASTRO, 2012). Ambas reproduzem deste modo, o modelo de propriedade cruzada empregado pelas emissoras nacionais.

A COMUNICAÇÃO NO PARÁ: ENREDOS E TRAMAS

O Sistema de Comunicação no Pará é formado, ainda, por inúmeras empresas médias de comunicação, com impacto nas mesorregiões do estado e que estão afiliados a estes dois grupos empresariais ou a empresas nacionais. Veloso (2008) narra, de forma sintética, a história do jornalismo no Pará:

> Nessa perspectiva, a impressa do Pará pode ser pensada em três fases: a primeira, inaugural, onde os jornais são produzidos artesanalmente e investem no tom panfletário, ajudando a nutrir os debates em torno das guerras pela Independência; a segunda, quando a imprensa pós-republicana começa a se profissionalizar, mas permanece dominada pela virulência das paixões políticas, sendo estas a sua principal razão de ser; e a terceira, quando os jornais se organizaram em indústrias culturais cuja marca maior é o monopólio da informação, enquanto permanecem atrelados a grupos políticos. A diferença, agora, é que esse atrelamento acontece de modo sempre escamoteado (VELOSO, 2008, p. 36).

A consolidação das grandes empresas de comunicação no Pará (ORM e RBA) faz parte desta história recente da comunicação no Estado e tem sido atravessada, ainda de acordo com autora, pelo confronto dos interesses, não apenas comerciais, mas também partidários. É importante demarcar, que estas empresas possuem relação estreita com a elite política local. Sobre esta característica comum aos dois jornais, comenta Pinto (2007):

> [...] foram criados para ser jornais de partido, com a imediata finalidade de influir na campanha eleitoral em curso (ou em perspectiva) quando surgiram, e por trás da iniciativa estava o mesmo esquema político, embora em posições distintas entre um e outro momento (PINTO, 2007).

O Liberal foi criado, no ano de 1945, para proteger o coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, dos ataques jornalísticos da *Folha do Norte,* jornal do reduto anti-baratista. Em 1966, quando Romulo Maiorana comprou O Liberal este deixou de ser um jornal de partido, para se transformar em uma empresa jornalística. Esta mudança não implicou em uma menor relação com a política local, pelo contrário, para que o jornal expandisse e evitasse alguma forma de censura pelos órgãos de segurança, a família Maiorana aliou-se às lideranças políticas do Regime Militar (PINTO, 2007).

O Diário do Pará foi fundado em 1982, ano que marca a entrada da família Barbalho no setor da comunicação empresarial e ano da eleição ao Governo do estado de Jader Barbalho, político que começa a construir sua carreira com o apoio do pai, Laércio Barbalho (ex-deputado). Desde os anos 60, o ex-governador engajou-se na oposição do Regime Militar, ligado ao então Movimento Democrático Brasileiro- MDB (que depois se transformou em PMDB). Nos anos posteriores, ocupou outros cargos eletivos, como os de senador da república e de deputado estadual, acumulando uma série de escândalos políticos, relacionada a graves casos de corrupção e desvio de dinheiro público (VELOSO, 2008).

Na eleição de 1982, o principal concorrente de Jader Barbalho, o situacionista Oziel Carneiro, contou com o apoio de O Liberal. A criação de Diário do Pará foi também uma estratégia política, para a disputa eleitoral. Em Caderno especial de comemoração dos 26 anos do Diário, o jornal publica sua versão para esta história:

> A manchete "Eleição Limpa" foi a primeira de muitas que seriam dadas pelo DIÁRIO desde então e revela o nascimento de um jornal sob o signo da luta em duas frentes: a política, comprometida com a redemocratização do país; e a jornalística, sendo inovados na forma e no conteúdo. Era uma segunda-feira de 1982 que o primeiro exemplar do DIÁRIO DO PARÁ circulou nas ruas de Belém.
>
> Ninguém apostava que aquele panfleto impresso de maneira quase amadora de 26 anos atrás, que funcionava como instrumento do PMDB contra a ditadura militar e da campanha vitoriosa de Jader Barbalho ao governo do Estado, se tornasse hoje o mais moderno jornal impresso de todo o Norte e Nordeste do País e líder de mercado (FLÁVIO, 2008, p. 03).

A versão do Diário do Pará sobre sua própria história não revela de onde veio o capital financeiro que possibilitou a impressão do jornal. Segundo Pinto (2007), a hipótese mais provável que circula nos meios jornalísticos é de que o principal financiador para o projeto inicial tenha sido o governador de São Paulo à época, Orestes Quércia, vislumbrando as eleições presidenciais. O fato é que, ainda de acordo com Pinto (2007), a Gráfica Bauru, de São Paulo, forneceu o sistema gráfico, considerada rudimentar para o aparato tecnológico utilizado naquele momento. No decorrer dos anos, o Diário do Pará foi ganhando competitividade, especialmente, quando substitui as velhas máquinas de impressão por rotativas offset. Competitividade não esperada pelos jornais concorrentes:

> O *Diário* não apenas sobreviveu: aumentou a competição com seu grande rival e já o superou no segmento da mídia impressa. Essa façanha pode ao menos parcialmente ser explicada pelo uso do poder

> político pelo empresário, que se vale de certa falta de separação entre o público e o privado (PINTO, 2007).

De acordo com o Diário do Pará, o mesmo é o jornal mais lido no estado, com cerca de 60% da preferência dos leitores, com uma tiragem média de 37 mil exemplares a cada dia da semana e 40 mil exemplares aos domingos, distribuído em cerca de 100 municípios do estado. Estas informações são importantes para a análise empreendida, pois indicam a posição política subjacente à linha editorial definida pelo Diário do Pará. Veloso (2008, p. 22) analisa que, no geral: "[...] a linha editorial dos periódicos locais conduz invariavelmente à conclusão de que os interesses de seus dirigentes são tratados como prioridade absoluta".

Os interesses comerciais têm prevalecido também em seus cadernos dedicados ao noticiário policial, ainda que faça pouco uso do espaço deste caderno para venda de publicidade. Em Abril de 2009, os três principais jornais do estado (Diário do Pará, O Liberal e Amazônia) foram proibidos pelo Tribunal de Justiça de publicar imagens de pessoas vítimas de acidentes e de mortes brutais. O descumprimento da decisão judicial implicava em multa diária de R$ 5.000. A ação civil pública foi movida pelo governo estadual, por meio da Procuradoria Geral do Estado, com apoio do Movimento República de Emaús e da Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, com a justificativa de que a exposição das fotos é "lesiva aos direitos constitucionais" e não coadunam "com a preservação da dignidade da pessoa humana". A ação, de acordo com os autos do processo, pretendia ainda ser exemplar.

De acordo com a matéria do Folha On Line (2009), para os representantes dos jornais a medida judicial teria sido feita com objetivos políticos, uma vez que a iniciativa visava "diminuir o desgaste da administração estadual com uma onda de crimes que atingiu a classe média de Belém à época e que gerou uma breve crise

política na gestão de Ana Júlia Carepa (PT)". Sobre a questão, Gerson Nogueira, diretor de redação do Diário do Pará, a época, declarou que: "talvez não fosse conveniente para alguns que esses fatos fossem expostos" (declaração divulgada na matéria do Folha On Line). No decorrer do processo, a interpretação jurídica de que o dispositivo colocaria em risco o direito da liberdade de imprensa, assegurada pela Constituição Federal, prevaleceu em decisão posterior aos recursos impetrados pela defesa das Empresas de Comunicação.

Ações judiciais com teor semelhante têm sido impetradas em outros Estados Brasileiros, com o intuito de controlar o abuso da imprensa neste aspecto. Os Ministérios Públicos Estaduais e o Federal têm ressaltado o desrespeito ao direito à imagem, honra e vida privada do cidadão comum, protegido como direito fundamental pela Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso X. No Código Civil, estão previstas também normas quanto à divulgação, transmissão, publicação e utilização da imagem de uma pessoa. O art. 20 do Código Civil normatiza que "em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes".

O direito a imprensa permanece válido no caso em que a divulgação de imagens tenha um interesse público justificado, mas este não é o caso, aqui não há interesse público, mas há uso comercial destas imagens. A violação aos direitos é agravada no caso dos jovens com idade menor de 18 anos, que tem o direito à imagem protegido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Caderno Polícia do Diário do Pará faz uso constante de fotos para noticiar os assassinatos de jovens no Estado. O Jornal, ainda que em muitas matérias, tenha o cuidado de não relatar o nome e esfumaçar as imagens dos jovens acusados de ato infracional, não mantém o mesmo critério ético com a divulgação de fotografias dos jovens vítimas de homicídio. O nome completo e alguns casos as

imagens das vítimas são divulgadas sem cerimônias. No período pesquisado, apenas uma matéria expõe claramente que as informações divulgadas sobre a vítima e as circunstâncias do homicídio foram concedidas pelos familiares, as demais expõem as vítimas e seus familiares sem nem um critério ético. No caso dos jovens maiores de 18 anos, poucas são às fotografias, em que os rostos foram esfumaçados para inviabilizar a identificação dos mesmos. As imagens expostas são na grande maioria de jovens, pobres e negros, cujas famílias têm maior dificuldade de acesso à justiça, com poucas possibilidades de questionar o direito violado.

Como observa Pinto (2008), a concorrência entre os jornais locais por leitores e anunciantes tem intensificado a sangria em suas páginas policiais, em um mercado considerado cada vez mais crítico para os impressos. Estes justificam a exploração de tais imagens, sob o argumento de popularização do jornal, uma vez que supõe que a população da chamada faixa C, D e E (com menor poder aquisitivo) "goste de sangue e de tragédia". Entendemos que se existe um interesse do público por notícias sobre o crime e morte violentas, esta corresponde a uma produção subjetiva historicamente datada, vinculada a emergência de uma "cultura do perigo", tema que voltaremos a esmiuçar ao longo da dissertação. Discordamos, portanto, dos estudos que vinculam a este "interesse" à ação de pulsões destrutivas e agressivas do público leitor, tais como o de Angrinami (1993).

Lembremos que na realidade é, sobretudo, com este tipo de registro (o policialesco) que as classes populares têm sido visibilizadas pela imprensa. Esta parece ser uma opção, não apenas dos editores do jornal, mas da empresa de comunicação a qual pertence o DP. Na rede de televisão do mesmo proprietário, a TV RBA, são produzidos diversos programas que seguem a linha policial sensacionalista (Cidade contra o crime, Barra Pesada, Metendo Bronca, Brasil Urgente – local, Rota Cidadã 190) e

reproduzidos programas da grade nacional da TV Bandeirantes (Brasil Urgente e Polícia 24 h). O posicionamento do Diário do Pará, bem como dos outros jornais locais, demonstra o pouco compromisso com a temática dos Direitos Humanos e com a ética na produção da notícia, ao apostar na comercialização da notícia de crime como entretenimento.

SENSACIONALISMO E NOTÍCIA COM SANGUE

No Polícia do Diário do Pará publicam-se notícias e relatos sobre assaltos, homicídios, sequestros, tráfico de entorpecentes, matérias sobre o incremento da violência e sobre segurança pública. A maior parte dos acontecimentos noticiados tem proximidade tanto temporal quanto geográfica do leitor, pois se referem, sobretudo, aos eventos diários que ocorreram na Região Metropolitana de Belém, onde também se concentram a maior parte dos leitores. Este caderno é facilmente distinguido dos outros cadernos do Diário do Pará por suas características de diagramação: o jornal inteiro, com exceção do caderno de esporte e das revistas suplementares (incluídas aos Domingos), possui um formato classificado como standard, isto é, um formato de jornal que possui cerca de 55 cm; enquanto o Polícia, possui um formato de tabloide, menor no tamanho (cerca de 33 por 25 cm), com um número maior de ilustrações e com uso de uma linguagem com marcas de oralidade e com tendência a construção sensacionalista da notícia, com variação de 8 a 12 páginas.

No geral, as notícias sobre homicídios são escritas com informações pouco apuradas, baseadas em hipóteses iniciais sobre o crime formuladas por oficiais da Polícia Militar e agentes da Polícia Civil. O desenrolar das investigações sobre os acontecimentos noticiados não são acompanhados pela equipe jornalística, a não ser nos casos de grande repercussão midiática ou quando as vítimas são

conhecidas do grande público. Entre as matérias que analisamos, apenas quatro referiam-se a notícias já publicadas, informando sobre a continuidade das investigações ou sobre a repercussão do acontecimento na comunidade em que ocorreu. Consideramos que este é um analisador pertinente para pensar a pouca relevância dada a tais acontecimentos, uma vez que os mesmos só são noticiados de forma sensacionalista, como mera estratégia de venda do jornal. Os títulos e sub-títulos em fontes de tamanho grande, em cores vermelha e preta, sinalizam outra estratégia de diagramação para chamar a atenção do leitor. O uso da linguagem que une "humor com horror" (DIAS, 1992) é outro recurso bastante usado:

> No "curu", jovem mototaxista faz a última viagem (Polícia, 04/01/2011, p. 03);
>
> Traficantes detonam viciado em Icoaraci (Polícia, 16/01/2011, p. 05);
>
> Tiro na cabeça elimina Belisca (Polícia, 16/01/2011, p.08);
>
> Não livraram nem a cara do "Lacraia" em Marituba (Polícia, 17/01/2011, p. 11);
>
> Mataram "olhão" e fugiram a pé "na moral" (Polícia, 31/01/2011, p. 10);
>
> 'Encaminharam' o coveiro para debaixo da terra (Polícia, 17/02/2011, p. 06);
>
> "Buiuzinho" é derrubado a bala no Val-de-Cans (Polícia, 13/03/2011, p. 4);
>
> "Parada mal acertada" leva mais um para o túmulo (Polícia, capa, 06/04/11, p.01);
>
> "Na hora do banho, três balaços e adeus, mundo!" (Polícia, 18/06/2011, p. 07).

A linguagem utilizada para construção das notícias do Polícia nos chama atenção por mesclar a linguagem jornalística padrão a elementos da linguagem coloquial como gírias, frases feitas e elementos textuais característicos da oralidade, o que de acordo com Dias (2004) são características que contribuem para o registro sensacionalista dos acontecimentos. Vejamos que o verbo matar é substituído por outras expressões como "detonar", "derrubar", "eliminar", "ir para debaixo da terra", que banalizam a violência, ao tentar obter o efeito de comicidade da notícia.

Sem dúvida, são as fotografias as principais estratégias de atração do leitor, estas chegam a compor quase 2/3 da matéria. Na pesquisa realizada por Dias (2004) sobre o *Notícias Populares*, jornal que circulou em São Paulo, entre os anos de 1963 e 2001, e que ficou conhecido pelas manchetes sobre violência e temas sexuais, com exploração da comicidade na construção da notícia, destaca o uso das imagens fotográficas e as legendas que acompanham as mesmas pelo referido jornal para noticiar o crime:

> As fotos publicadas, que sabemos ser um chamariz à atenção do leitor, priorizam ângulos reveladores de pormenores cruéis e são legendadas com frases que soam como "comentários a propósito de". Ou seja, destacam informações contextuais, pequenas curiosidades periféricas ao crime, e tecem comentários indicadores de uma postura determinista em que a violência encontra sentido para além do crime (p. 101).

A semelhança do *Notícias Populares*, o Diário do Pará não poupa o uso de imagens dos jovens mortos como um apelo visual. A forma de produzir a notícia sobre o homicídio de jovens não somente é o efeito midiático de uma "sociedade do espetáculo" (DEBORD,

1997), isto é, de uma sociedade que capitaliza tudo (inclusive o crime) em entretenimento da indústria cultural, como também é o resultado da construção de certa racionalidade criminológica sobre a questão. As expressões discriminatórias, imagens fotográficas chocantes empregadas nas matérias constituem-se como primeiras pistas de uma racionalidade racista que constroem as personagens e o cenário deste drama-notícia de maneira a naturalizar a relação dos jovens com a violência. Consideramos a abordagem do Diário do Pará um analisador político tanto dos modos de organização da segurança púbica, no Brasil, quanto das práticas sociais produzidas em relação à juventude pobre.

Não podemos ignorar a atuação protagonista dos meios de comunicação de massa na gestão da violência e, consequente, implicação no direcionamento das políticas do sistema de segurança criminal. De acordo com Batista (2002, p.14): "os *faits-divers* da antiga página policial migraram para a primeira página, e as páginas políticas recebem um tratamento policialesco". Com a afirmativa, o autor nos chama atenção de que os crimes que passaram a estampar as capas de jornais são fragmentos de um discurso criminológico midiático, que defende a expansão do intervencionismo penal. Do programa de variedades ao de esportes a tônica da criminalização das relações sociais se tornou pauta comum, isto, sem mencionar os programas destinados exclusivamente à cobertura policial.

A produção massiva de notícias de teor criminal instaura um medo coletivo que nos faz pensar sempre como vítimas em potencial da violência. Esta cultura de insegurança conjugada ao individualismo exacerbado (característica do capitalismo neoliberal), quando não fabrica a indiferença com os miseráveis, atualiza os velhos estigmas e estereótipos produzidos para qualificar os indigentes. Sob a leitura maniqueísta dos eventos objetivados como crime, dicotomiza-se os indivíduos em vilões e mocinhos, e o

encarceramento massivo e o extermínio são produzidos como remédio milagroso para as mazelas sociais.

Racismos, biopolítica e gestão necropolítica

O Racismo de Estado e de Sociedade, do século XIX, é tratado por Foucault, ao longo do curso realizado no College de France de 1975-1976, *Em defesa da Sociedade.* Neste curso, Foucault põe em análise a emergência de um discurso histórico-político sobre a guerra entre as raças, que começa a se desenvolver deste o século XVI e XVII e, que se ramificou em outros dois, no século XIX: o da luta de classes e o do racismo científico. Este discurso histórico-político tinha como questão primordial a crítica às concepções jurídico-filosóficas, as quais pretendiam legitimar tanto a Soberania, quanto a noção de Contrato Social. Este novo discurso inverteu o aforismo de Clausewitz, propondo a "política como a guerra continuada por outros meios". Se para a análise jurídica as questões fundamentais eram relativas às fontes do poder, sua legitimidade e unidade, agora, tratava-se de apreciar a constituição dos poderes políticos não mais sob a inteligibilidade da paz e da ordem, e sim a partir de relações de poder, que ao final, se organizam como relações de enfrentamento, de luta e de guerra.

Desse modo, este novo discurso político sustenta que:

> [...] o poder político não começa quando cessa a guerra. A organização, a estrutura jurídica do poder, dos Estados, das monarquias, das sociedades, não tem seu princípio no ponto que cessa os ruídos das armas
>
> [...].

> A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis do horror; a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo.
>
> [...]. A lei não é pacificação, pois, sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é o motor das instituições e da ordem: a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra (FOUCAULT, 2005b, p. 58-59).

Para esta perspectiva, a guerra que se encontra, no fundo, da lei e da ordem, é a guerra entre as raças. Ela divide a sociedade em duas raças, as quais estão em constante enfrentamento. O conceito de raça que é mobilizado neste discurso não é ainda o biológico. Neste momento, o termo raça remonta a existência de dois grupos que não possuem a mesma origem, língua e religião, mas que coabitam o mesmo espaço territorial por forças de guerras e conquistas, e que permanecem sem se misturar em virtude das diferenças nos usos destes dos privilégios e direitos vinculados as formas de organização do poder.

Este discurso se opôs ainda a uma perspectiva histórica, que construía uma história da soberania. A história, na Idade Média, visava fundamentar o poder através de três funções: uma função genealógica, que propunha narrar as "façanhas dos heróis fundadores dos impérios" para dar legitimidade aos direitos do soberano e a sucessão destes direitos aos seus descendentes; uma função de memorização, que buscava registrar o cotidiano do soberano, por meio de crônicas diárias, a fim de afirmar a grandeza

de cada pequeno gesto dos reis e; de ter a função de difundir exemplos.

A esta história que dá brilho ao poder soberano, este novo discurso se constituiu como uma contra-história, por querer mostrar que "[...] o poder, os poderosos, os reis e as leis esconderam que nasceram no acaso e na injustiça das batalhas" (FOUCAULT, 2005b, p. 84). Ela dá visibilidade as invasões, as pilhagens, as vitórias e as derrotas que estiveram presentes na constituição dos Estados e que eram silenciados pela história da soberania. Trata-se de fazer uma história da luta entre as raças. Já no século XIX, este discurso ganha outros rumos. Ao ser inserido no campo da biologia, passa a apoderar-se da temática evolucionista: da luta pela vida, da seleção dos mais fortes e dos mais bem adaptados. Faz aparecer um racismo biológico social, que traz um fundamento diferente:

> [...] de que a outra raça, no fundo, não é aquela que veio de outro lugar, não é aquela que, plenamente e continuamente, se infiltra no corpo social, ou melhor, se recria permanentemente no tecido social e a partir dele. Em outras palavras: o que vemos como polaridade, como fratura binária na sociedade, não é o enfrentamento de duas raças exteriores uma è outra; é o desdobramento de uma única e mesma raça em uma super-raça e uma sub-raça (FOUCAULT, 2005b, p. 72).

As guerras passam a ser motivadas por objetivos diferentes, não é mais a defesa do soberano ou do território a chave de motivação da guerra, trata-se da defesa da população ou parte dela ("aqueles que devem viver"). Notemos aí, que o objetivo da guerra desloca-se de um quadro jurídico para encerrar-se em uma questão biológica. Emerge, desta forma, um racismo biológico, no qual estão previstas algumas funções: a primeira é a de estabelecer num

contínuo biológico da espécie humana, a hierarquização das raças. E a segunda é a da purificação da espécie, garantida mediante a morte dos considerados "impuros". Foucault (2005b) coloca que para esta lógica:

> [...] quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação á espécie, mais eu- enquanto espécie viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mas poderei proliferar (FOUCAT, 2005b, p. 305).

Assim, o que se tentar garantir é a eliminação dos perigos, sejam os mesmos internos ou externos à população. O Estado deixará morrer ou exporá a morte aqueles que são perigosos por não se enquadrarem as normas. Não será mais o instrumento que coloca uma raça contra outra, pelo contrário, torna-se aquele que deve resguardar a pureza racial, protegendo a raça da sub-raça. Notemos que o racismo conserva a utopia eugênica de aperfeiçoamento da espécie, com vistas à produção da sociedade perfeita, livre das degenerescências de todos os tipos. Daí a tentativa de levar a cabo um projeto de sociedade, que elimine aqueles que põem em risco a pureza racial.

Não à toa, a adoção do modelo biológico se generalizou entre as ditas ciências modernas que pretendiam explicar a formação social e a diversidade humana, a partir do prisma das diferenças raciais. De acordo com Montes (1995), as teorias raciais evolucionistas de inspiração darwinista defendiam que a raça era o elemento biológico que poderia diferenciar o conjunto de homens. A cada raça se atribuía um processo civilizatório específico. Com este critério, buscava-se ordenar e hierarquizar as variedades humanas em uma escala do desenvolvimento humano, que iria da selvageria à

civilização. Cumprindo interesses políticos e econômicos, a raça branca europeia, nestes processos históricos, foi colocada como parâmetro de desenvolvimento.

Enquanto as teorias racialistas eram usadas para justificar as práticas (neo)colonialistas nas Américas e nos continentes africano e asiático e, mais tarde, as experiências totalitárias, do século XX, no interior da Europa, o conceito de periculosidade, introduzido como a grande novidade da criminologia do século XIX e extrapolando as práticas judiciárias, era a clave conceitual no qual a racionalidade racista se apoiava para governar a população. Visando a gestão dos perigos, a filantropia e a medicina social de Estado programaram um conjunto de ações de ortopedia social destinado aos segmentos considerados potencialmente perigosos, em virtude de sua condição de pobreza e de baixa escolaridade. Emergente nesta transição de lei para a norma, o racismo biológico-social assegurou o direito de morte do biopoder, capilarizado por meio de técnicas médico-normalizadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que os documentos e jornais impressos na mídia em que pesquisamos os cadernos policiais refiram-se à violência letal cometida contra jovens, as práticas midiáticas analisadas continuam a abordar os mesmos como os infames ou como aqueles que não souberam operar o cálculo de risco, requeridos nas sociedades de segurança. Neste capítulo, damos visibilidade a esta rede de enunciados e práticas não-discursivas que compõe o caderno Polícia do Diário do Pará e que projetam o lugar da juventude, especialmente a pobre e não-escolarizada, aos territórios da violência e da criminalidade.

Ao debruçarmos sobre estes documentos, nosso primeiro estranhamento ocorreu ao depararmos com certa homogeneidade na produção destes: textos curtos e repetitivos, que subsumiam a singularidade de cada acontecimento. A análise da dispersão e acontecimentalização dos documentos nos permitiu visualizar a heterogeneidade das práticas disparadas por estes, as quais decompomos em séries discursivas. Cartografamos, assim, o estado de forças em que o objeto homicídio contra jovens emerge, sabendo que as práticas do Diário do Pará são vizinhas (imanentes) a tantas outras.

Adiantamo-nos a dizer que ao abordar o homicídio contra jovens e não jovens, o Diário do Pará tende alardear sobre o crescimento da violência no estado. Em diversas matérias-acontecimento, o Polícia chama atenção para o número de pessoas executadas em um curto espaço de tempo, como o fim- de – semana: "10 assassinatos em 72 horas"; "Fim de semana sangrento tem 6 execuções", "Violência na RMB: 4 executados em menos de 12 horas" (conferir em anexo II, imagens 3 e 4). O clima de terror criado pela constante divulgação estatística sobre o crescimento do número de homicídios e outros crimes contrapõe-se, de certa forma, com o teor das notícias. Ao relatar quem tem majoritariamente morrido, ameniza-se o terror, pois a morte é denunciada como presumível, em virtude da "vida desregrada" da vítima. Em muitas ocasiões, quem é noticiado como vítima de homicídio, já havia ganhado visibilidade nas páginas deste caderno, ao ser detido por algum ato considerado ilícito. Nestes casos, o desfecho trágico da vítima não choca. Ainda que os documentos e jornais impressos na mídia em que pesquisamos os cadernos policiais refiram-se à violência letal cometida contra jovens, as práticas midiáticas analisadas continuam a abordar os mesmos como os infames ou como aqueles que não souberam operar o cálculo de risco, requeridos nas sociedades de segurança. Neste capítulo, damos visibilidade a esta rede de enunciados e práticas não-discursivas que compõe o caderno Polícia

do Diário do Pará e que projetam o lugar da juventude, especialmente a pobre e não-escolarizada, aos territórios da violência e da criminalidade.

Ao debruçarmos sobre estes documentos, nosso primeiro estranhamento ocorreu ao depararmos com certa homogeneidade na produção destes: textos curtos e repetitivos, que subsumiam a singularidade de cada acontecimento. A análise da dispersão e acontecimentalização dos documentos nos permitiu visualizar a heterogeneidade das práticas disparadas por estes, as quais decompomos em séries discursivas. Cartografamos, assim, o estado de forças em que o objeto homicídio contra jovens emerge, sabendo que as práticas do Diário do Pará são vizinhas (imanentes) a tantas outras.

Adiantamo-nos a dizer que ao abordar o homicídio contra jovens e não jovens, o Diário do Pará tende alardear sobre o crescimento da violência no estado. Em diversas matérias-acontecimento, o Polícia chama atenção para o número de pessoas executadas em um curto espaço de tempo, como o fim- de – semana: "10 assassinatos em 72 horas"; "Fim de semana sangrento tem 6 execuções", "Violência na RMB: 4 executados em menos de 12 horas". O clima de terror criado pela constante divulgação estatística sobre o crescimento do número de homicídios e outros crimes contrapõe-se, de certa forma, com o teor das notícias. Ao relatar quem tem majoritariamente morrido, ameniza-se o terror, pois a morte é denunciada como presumível, em virtude da "vida desregrada" da vítima. Em muitas ocasiões, quem é noticiado como vítima de homicídio, já havia ganhado visibilidade nas páginas deste caderno, ao ser detido por algum ato considerado ilícito. Nestes casos, o desfecho trágico da vítima não choca.

Nas páginas policiais do Diário do Pará, a morte aparece como acontecimento, ao mesmo tempo, impactante, em virtude dos recursos sensacionalistas utilizados na construção da notícia, e

previsível por ser resultado de uma trajetória juvenil que insistiu em desviar do modelo do bom cidadão (dócil e produtivo), ao enveredar pelos caminhos da criminalidade e dos vícios.

Não à toa, a categoria trabalho é um demarcador destacado pelo jornal, que opera práticas divisoras. Ao mencionar a etiqueta-trabalho para identificar os participantes da trama da notícia, o Diário do Pará classifica e hierarquiza os jovens a partir do modelo normalizado do "cidadão de bem". Ou se é qualificado entre os "pobres, mas honestos" - o batedor de açaí, o estudante, o auxiliar de pedreiro ou se ganha o estigma dos infames: o desempregado, o viciado, o bandido, o assaltante.

REFERÊNCIAS

BATISTA, N. "Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio". **Revista Discurso Sediciosos**: **Crime, Direito e Sociedade**, n. 4, 2002.

DE CASTRO, F. "Geopolítica da Comunicação na Amazônia". **Comunicação e Sociedade**, vol. 33, n. 57, 2012.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997.

DIÁRIO DO PARÁ. "Diário é o preferido dos leitores pelo quinto ano consecutivo". **Diário do Pará** [s. d]. Disponível em: <www.diariodopara.diarioonline.com.br>. Acesso em: 23/09/2022.

FOLHA ONLINE. "Jornais são proibidos de publicar fotos de cadáveres para ANJ, é censura". **Folha *Online*** [17/04/2009]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15/11/2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

MONTES, M. "Raça e identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia". *In*: SCHWARCZ, L.; QUEIROZ, R. (orgs.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Editora da USP, 1995.

PINTO, L. F. "A mesma origem dos jornais rivais". **Observatório da Imprensa**, n. 448, 2007.

VELOSO, M. "Patrões da Mídia no Brasil: o caso do Pará". **Revista Comunicarte**, vol. 27, n. 36, 2008.

CAPÍTULO 9

Uma Reflexão sobre o Ser Idoso Imigrante:
Uma Perspectiva da Comunicação e Cultura

UMA REFLEXÃO SOBRE O SER IDOSO IMIGRANTE: UMA PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO E CULTURA

Arnon Pereira Silva

O processo de envelhecimento das pessoas no mundo tem se tornado um tema muito relevante para a criação de políticas públicas sociais frente às necessidades da pessoa idosa. No contexto migratório, essa questão se torna um pouco mais urgente tendo em vista a pessoa idosa imigrante que chega ao Brasil enfrentando dificuldades inerentes à trajetória realizada e a permanência desta em um novo território.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. O mesmo entendimento está presente na Política Nacional do Idoso (instituída pela lei federal 8.842), de 1994, e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741), de 2003 (FIOCRUZ, 2019).

A metodologia utilizada nesse artigo parte de uma análise qualitativa construída por meio de uma revisão bibliográfica e observação direta. O estudo tem origem a partir de observações e vivências no contexto da ajuda humanitária em Boa Vista, Roraima. O trabalho revela algumas contribuições conceituais e informações contendo o recorte político-temporal, entre os anos 2013 e 2019, dos países Venezuela e Brasil, respectivamente, com o objetivo de situar o leitor sobre qual momento da história se refere.

As melhores pesquisas quase sempre são aquelas que partem de um bom problema. (SILVA, 2010, p. 30). Logo, o presente artigo problematiza o processo de imigração na cidade de Boa Vista-RR, relacionando temáticas como comunicação, cultura, território, migração, cotidiano e a pessoa idosa. O objetivo é refletir sobre

alguns aspectos culturais da pessoa idosa imigrante a fim de refletir sobre os traços culturais da cultura venezuelana incorporados no cotidiano boa-vistense durante a migração e possíveis impactos sociais.

UMA ESTRATÉGIA TEÓRICA E SUAS DISCUSSÕES

Na obra Invenção do Cotidiano, Certeau (1998) trabalha a problemática da pesquisa. Ele analisa o homem no seu dia a dia resgatando teorias de várias áreas do conhecimento a partir de processos de identificação dinâmicos, haja visto que mudam de acordo com os espaços que habitam. Ou seja, o sujeito pode ser analisado distintamente a partir das suas práticas sociais e não o inverso.

Já para Silva (2010, p. 14-15), "pesquisar o cotidiano nada mais é do que revelar aquilo que permanece encoberto pela familiaridade sob uma camada tênue e tenaz de "entranhamento". Aquilo que se funde, desaparece" [...]. "Pesquisar é fazer vir à tona o que se encontra, muitas vezes, praticamente na superfície do vivido".

Ressalto, com isso, que falar do impacto do pesquisar revela muito o olhar do pesquisador, suas ambições ao realizar e suas possíveis entregas como resultado. Aqui, é possível destacar o processo marcado por inúmeros desafios ao escrever. É preciso enfrentar as dificuldades do cotidiano também para produzir e realizar a pesquisa.

O que esses autores parecem defender é a real necessidade de pertencimento do sujeito vinculando-se a algum grupo que acolha seus traços culturais e que possa dividir suas vivências independente

do território advindo. Já do ponto de vista da pesquisa, é importante que o pesquisador assuma o seu papel no processo de investigação.

Compreende-se, portanto, que pesquisar aspectos da comunicação em cenários de deslocamento forçado de pessoas revela "os modos cotidianos do comunicar a partir dos quais os sujeitos se relacionam com os meios" (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 32-33 *apud* SANTI, 2016, p. 56). Desse modo, é possível "uma articulação em dois planos: entre aquilo que os meios reproduzem (um estilo de vida peculiar) e aquilo que produzem (uma gramática com a qual se universaliza um modo de viver)" (MARTIN-BARBERO, 2009, p. 199-200 *apud* SANTI, 2016, p. 57).

Essa relação traduz o desenvolvimento de práticas comunicacionais a partir do que se é vivido, experimentado. Como uma forma de manifestação do que é emitido, consumido e decodificado pelo sujeito.

Sob os aspectos culturais da pessoa idosa imigrante no Brasil, mostra-se grande relevância, uma vez que são essas discussões que dão fundamentos para criação e implementação de novas políticas sociais públicas direcionadas à população idosa. Além de considerar os indicadores que apontam um crescente aumento do número de população idosa nos últimos anos no país, as questões que percorrem a velhice são, definitivamente, urgentes.

Os aspectos culturais e a cultura venezuelana merecem destaque nesse processo migratório, uma vez que nós somos seres culturais e dependemos disso para, além de outras funções, nos comunicar. Afirma-se, sob a perspectiva de Laraia (1986), que "a comunicação é um processo cultural. Mais explicitamente, a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral." Ela está parcialmente equivocada,

uma vez que a cultura se dá a partir de quaisquer relações entre os sujeitos, independentemente do formato que se dá.

Para Clifford Geertz (1973), o conceito de cultura "é um sistema simbólico, característica fundamental e comum da humanidade de atribuir, de forma sistemática, racional e estruturada, significados e sentidos às coisas do mundo". Nesse sentido, Geertz contribui para compreendermos as estruturas da sociedade em suas diferentes épocas e cenários históricos. A pessoa idosa imigrante assume um papel importante na discussão sobre os traços culturais os quais são incorporados no cotidiano na cidade de Boa Vista.

"O conceito de cultura que eu defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado à teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado" (GEERTZ, 1978). Desta forma, é possível perceber o autor como representante de uma linha simbólica, a qual o comportamento é uma ação simbólica.

Segundo Morgado (2014, p. 03), Geertz compreende a cultura como "a própria condição de existência dos seres humanos, produto das ações por um processo contínuo, através do qual, os indivíduos dão sentido às suas ações". Nessa perspectiva, é possível lembrar quão significativos são os aspectos culturais para o migrante venezuelano, principalmente ao público idoso. Ele que, em determinadas situações, é posto à prova as suas capacidades cognitivas e laborais e sendo alvo de muitos preconceitos pela idade biológica e cronológica. Esse perfil traz consigo elementos, inclusive afetivos, constituídos de seus costumes e sentidos os quais outrora realizavam em seu território de origem. Isso parece revelar o resultado das ações de vivências continuadas que promovem a ideia de pertencimento a determinado grupo ou território.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa), em qualquer nível, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Nesse sentido, Raffestin tenta sinalizar que o espaço o qual o sujeito se instala existe antes de se tornar território para este sujeito. O sujeito participa do processo de reconhecimento capaz de despertar emoções e significados acerca desse território.

O produto desse processo pode ser verificado quando Raffestin tendencia que "o espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si." (1993). Todo espaço é considerado, para o autor, "preexistente a qualquer ação", algo "dado", um "local de possibilidades". Desta forma, o sujeito que imigra possui naturalmente um espaço em que ele pode se manifestar, explorar ou simplesmente ausentar-se. Entretanto, é possível arriscar-se ao afirmar que o que vai possibilitar a permanência ou ausência do mesmo no referido espaço é o processo de territorialização, pois o território é o espaço vivido com significado para o sujeito ou grupo. Aqui ele poderá conceber aspectos da sua cultura originária e experimentar outros modos pelos quais se identifica.

A MIGRAÇÃO VENEZUELANA EM RORAIMA

Nos limites territoriais, de acordo com Coelho (2020), a Venezuela ou República Bolivariana da Venezuela, é um país independente localizado no norte da América do Sul. Limita-se ao norte com o mar do Caribe; ao sul com o Brasil contemplando os estados de Roraima e Amazonas; a leste com a República Cooperativa da Guyana; e a oeste com a Colômbia sendo

considerada uma região de fronteira (COELHO, 2020). Sua população é de aproximadamente, 30 milhões de pessoas, segundo relatório do Fundo Monetário Internacional, em 2019.

No aspecto político, o país tem como atual presidente Nicolás Maduro Moros. O mesmo assumiu interinamente – antes era vice-presidente - a presidência da República em 2013, em virtude da grave condição de saúde do então presidente eleito, Hugo Rafael Chávez Frias que faleceu no mesmo ano.

Além disso, inicia seu governo em um país em crise de falta de produtos básicos de subsistência, forte crise no setor de energia elétrica, inflação em níveis cada vez maiores, forte desvalorização cambial e queda vertiginosa no PIB (BASTOS; OBREGÓN, 2018).

No cenário internacional, a eleição de Nicolás Maduro foi bem aceita pelos países que tinham ligação ideológica com o regime chavista, e pela União das Nações Sul-americanas (UNASUL), porém, não foi bem aceita pelos Estados Unidos, que também exigiu a recontagem dos votos, alimentando ainda mais o discurso de ódio dos oposicionistas (UDUWANAGE, 2020).

Entretanto, os problemas não se limitavam somente aos aspectos políticos e, consequentemente, as questões econômicas logo foram afetadas diretamente. Sobretudo, no que tange ao petróleo, a principal fonte de renda do país.

Como não houve a prometida diversificação da economia venezuelana, o impacto provocado pela crise do petróleo foi muito forte, sendo o maior responsável pela queda no PIB do país, que, segundo o Banco Central da Venezuela (BCV), foi de 52,3% desde que Maduro assumiu o poder em 2013 (SINGER, 2019). Este fenômeno impossibilitou aplicação de recursos em programas sociais e na importação de produtos básicos. Aqui é o ponto onde os venezuelanos, enfraquecidos com seu poder de compra, começaram

a migrar, por falta de alternativas, para suprir suas necessidades mais básicas.

No Brasil, oficialmente República Federativa do Brasil, maior país em área territorial da América do Sul, registrava em seu último censo realizado pelo IBGE (2010), 190 milhões de brasileiros e a estimativa da população do país para o ano de 2021, seria de 213 milhões de pessoas.

Em paralelo ao ano de 2013 em que maduro assumia o governo na Venezuela, no Brasil quem ocupava o maior cargo público do país era a Dilma Vana Rousseff, em seu primeiro mandato desde 2011.

Em 2013, o Brasil recebeu destaque em dois cenários: econômico e esportivo mundial. Segundo o Relatório Anual do Banco Central do Brasil (2013), o aspecto econômico do país evidenciava o crescimento anual de 2,3% do PIB (aumento de 1,0% em 2012) com destaque nas produções agropecuárias de soja, cana-de-açúcar, milho e trigo, e a expansão nos abates de bovinos e aves. Já no cenário esportivo, o Brasil se preparava para a Copa Mundial de 2014, como sede do evento.

O fator econômico é uma das principais razões, pela qual as pessoas migram para outro país, à procura de emprego, moradia e uma melhor condição de vida. Entretanto, o processo migratório é um fenômeno dinâmico e suas causas por serem diversas se aprimoram e geram novos problemas de cunho social e ambiental impulsionado por pessoas que buscam suas melhoras saindo de seu local de origem em busca de sobrevivência, visando novas alternativas de vida e tendo que vivenciar uma nova realidade frente a novas culturas, identidades e valores (XAVIER, 2012).

Entre 2017 e 2019, mais de 540 mil venezuelanos entraram no país, sendo que mais de 129 mil deles solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado – cerca de 21 mil pedidos

foram acatados recentemente pelo governo brasileiro, e mais de 123 mil venezuelanos solicitaram residência temporária. A principal porta de entrada no Brasil é a cidade de Pacaraima, em Roraima. Em média, cerca de 500 venezuelanos cruzam a fronteira todos os dias, e alguns acabam ficando na cidade pela proximidade com o país de origem (FERREIRA, 2020).

Esse tipo de migração se enquadra, em geral, no contexto de migração forçada, uma vez que são viajantes que se sentem obrigados a saírem de suas casas em direção ao desconhecido, buscando melhoras em suas vidas. Entre os motivos que fazem com que muitos fiquem em Roraima, em vez de buscar outras regiões, está no fato de sentirem que aqui estão mais perto de casa, que a locomoção até sua cidade de origem é mais fácil do que se tivessem em outros lugares (SENHORAS, 2019).

Em 2021, Roraima chegou à população de 652.713 pessoas e foi o estado brasileiro que teve o maior aumento percentual de habitantes no país pelo quarto ano seguido. Segundo o que revelam os dados do IBGE, divulgados no site do G1, “o crescimento de 3,41% em 2021 se comparado a 2020 foi atribuído, principalmente, à migração de venezuelanos que chegam ao estado”.

A migração é um fenômeno compreendido como um movimento realizado por pessoas de um lugar para outro. No Glossário para a migração, a Organização Internacional para a Migração (OIM), uma das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), indica que se trata de um:

> processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de

> refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos (OIM, 2009, p. 40).

Há dentro desse movimento, duas perspectivas: a imigração e a emigração. A imigração entende-se como um processo de entrada de uma pessoa em um país estrangeiro e a emigração é o inverso: o processo de saída de um determinado lugar para outro. A OIM (2009) caracteriza-os, respectivamente, como processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem e como abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro.

O estabelecimento em outro país ou região, traz consigo alguns elementos de reflexão. O sujeito, ao se deslocar, carrega o que se entende de mais importante para o seu deslocamento e também, para a sua permanência no lugar de destino. As roupas, os calçados, comidas, objetos afetivos e, sobretudo, documentos de identificação, sob o risco de serem saqueados durante o deslocamento, estão com esses sujeitos que tentam uma nova vida em um novo território. Além desses aspectos materiais que são trazidos por eles, os traços culturais não somente fornecem uma identidade ao grupo, como também reafirma suas identidades nesse processo de deslocamento.

Parece que o aspecto geográfico tem sua relevância quando se trata do prisma afetivo dentro do processo migratório. Ou seja, os poucos quilômetros que dividem as cidades mais próximas entre os dois países, refletem na tomada de decisão em migrar e permanecer em um novo território próximo do seu local de origem, o que semelha garantir vínculo emocional permanente, prezando pelas experiências afetivas vivenciadas pelo sujeito que migra, com a possibilidade de retornar ao seu território anterior de forma mais rápida. Principalmente a população idosa que, com suas mais diversas particularidades, têm suas limitações motoras, econômicas

e, em muitas vezes, acometidas por questões crônicas de saúde nos aspectos fisiológicos, emocionais e físicos (depressão, *Alzheimer*, *Burnout*, estresse, ansiedade, osteoporose, artrose e catarata).

O sujeito idoso imigrante

E quando este sujeito é uma pessoa idosa, as questões se tornam um pouco mais delicadas do ponto de vista do processo adaptativo. Tal processo considera os aspectos físicos, psicológicos e sociais desse perfil. Nesse sentido, Zimerman (2007) aponta as características da velhice, classificando-as quanto aos aspectos físicos (fragilidade muscular e física, flacidez, metabolismo lento, entre outros aspectos), psicológicos (dificuldade de se adaptar a novos papéis, depressão, baixa auto-estima, falta de motivação e dificuldade de planejar o futuro), e aspectos sociais (crise de identidade, mudanças de papéis e diminuição dos contatos sociais).

Os idosos que migram da Venezuela têm como maior dificuldade em aceitar os desafios de começar uma vida nova na terceira idade. A expectativa era de que com o alcance de certa idade e ter contribuído com o país com sua força de trabalho, a pessoa idosa pudesse agora gozar de sua aposentadoria.

Para esse público a decisão de sair do seu lugar de origem está atrelada às questões específicas de muitas incertezas: a recepção e o acesso à saúde pública no país de destino, acesso à geração de renda para suprir, minimamente, suas necessidades particulares, oportunidades de socialização para mitigar os impactos do afastamento dos amigos e, inclusive, familiares, além de toda estrutura construída e as comodidades conquistadas durante a vida inteira para começar do zero, em um lugar novo.

No Brasil, há a Lei Federal 10.741/2003, destinada a regular os interesses e garantias da pessoa idosa a qual a Cartilha Direitos Humanos das Pessoas Idosas (2018) traduz em:

> I - Direito de envelhecer; II – Liberdade, respeito e dignidade; III - Alimentos; IV – Saúde; V – Educação, cultura, esporte e lazer; VI – Exercício da atividade profissional e aposentar-se com dignidade; VII – Moradia digna; VIII – Transporte; IX – Política de atendimento por ações governamentais e não governamentais; X – Atendimento preferencial e XI – Acesso à justiça (CARTILHA DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS IDOSAS, 2018, p. 05).

Nessa perspectiva, é possível perceber que o movimento do ser idoso se dá por meio do processo de desemiotização, a partir da interpretação de que o sujeito se move do central (Venezuela) para o periférico (Brasil) elaborando suas capacidades adaptativas, absorvendo novos elementos culturais e compartilhando elementos da sua cultura.

Desta forma o idoso vai, no percurso da desemiotização, minimizando suas práticas culturais que determinavam seu modo de vida anterior em virtude do deslocamento para suprir suas necessidades mais básicas. A tensão sígnica torna-se evidente por ser o elemento principal que motivou a saída dele para migrar para outro lugar, tornando-o visível para si e para os outros. É notório que o ser idoso que migra, busca elementos, para ele, indispensáveis. Ao levantar possíveis elementos dessa tensão, temos: posto de trabalho, alimentação básica, acesso à medicamentos, entre outros.

Eaglaton (1997), em seus escritos sobre a cultura, considera três pensamentos diferentes para o sujeito idoso. A primeira, na visão marxista, a qual faz crítica ao corpo que trabalha, se move e que

produz conhecimento. Nesse sentido, o imigrante idoso que antes tinha uma ocupação, produzia, parecia ter uma vida digna antes da crise socioeconômica na Venezuela e que ajudava no sustento de sua família em seu país de origem, já não conta com esta possibilidade.

Dado aos aspectos já mencionados por Zimerman (2007), a fragilidade muscular e física, flacidez, metabolismo lento, entre outros aspectos, o torna mais vulnerável. Chegar ao Brasil, especificamente em Roraima na região amazônica que, em termos geográficos, é distante do centro da política e da economia do país, torna o sujeito idoso, sem formação intelectual, menos capaz de concorrer a vagas de trabalho que são, ligeiramente, ocupadas por adultos jovens em vários setores: "Sua integração (de jovens) se dá sobretudo em serviços como restaurantes e lanchonetes, além do comércio varejista e alguns setores industriais como construção" (ACNUR, 2020).

O segundo pensamento se dá na visão nietzschiana de que o corpo é constituído de poder. Nesse caso, o imigrante é detentor do corpo estabelecido com o mínimo de poder ao percorrer o seu trajeto migratório. O percurso emocionalmente denso é notado em seus traços faciais impactados pela chuva e pelo sol roraimense, diga-se de passagem, abrasador. Sua estrutura corpórea cabisbaixa e olhar que tenta gritar por socorro, tenta esquecer o drama que a vida lhe impôs e busca uma esperança no olhar de outrem.

O corpo de desejo é uma terceira perspectiva estética do sujeito. Talvez, por essa razão, o ser idoso buscou alternativas para satisfazer seu desejo de sobrevivência em meio ao caos instalado em seu território. Muitas vezes sob crença ilusória de um trabalho dos sonhos ou de uma vida plena. O desejo aqui pode, inclusive, dividir espaço conceitual com a necessidade, sendo algo indispensável para a vida.

Ao se deslocar dentro da região amazônica, a pessoa imigrante se depara com a diversidade de elementos culturais em muitos cenários. Em Roraima, por exemplo, percebe-se o leque de comidas típicas naturais de outros estados brasileiros.

Reflexões sobre impactos da migração

Após o fenômeno da migração venezuelana, muitos fatos passaram a ocorrer. Sabe-se que no aspecto socioeconômico, por exemplo, houve um impacto nos programas sociais no estado de Roraima que são vinculados à frequência escolar, conforme tabela abaixo da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC).

Gráfico 1 – Famílias beneficiadas do Bolsa Família



Fonte: SENARC

Outro impacto verificado é acerca do Benefício de Prestação Continuada – BPC: ao garantir um salário mínimo por mês à pessoa com deficiência de qualquer idade e à pessoa idosa com idade igual ou superior a 65 anos, o número de inscritos nesse programa também sofreu um aumento em seu índice (conforme gráfico 2). Outras impressões possíveis consistem em:

i) presença reforçada de vendedores ambulantes pelas ruas (este movimento iniciou com os imigrantes haitianos);

ii) aumento significativo de autônomos venezuelanos nos setores de *delivery*, formalização do trabalho nas funções de atendente de caixa e estoquistas em mercados e na construção civil;

iii) presença de pedintes nas entradas dos mercados, padarias, semáforos e bancos (aqui, pela observação direta, majoritariamente se destacam mulheres com filhos e idosos);

iv) adesão populacional local ao serviço de transporte através de aplicativos;

v) aumento dos valores de aluguéis de imóveis devido ao aumento exponencial de procura por moradores/organizações advindos de outros estados/países para trabalhar no contexto humanitário e;

vi) reconhecimento de profissões dos imigrantes no Brasil.

Gráfico 2 – Evolução histórica dos pagamentos feitos aos beneficiários

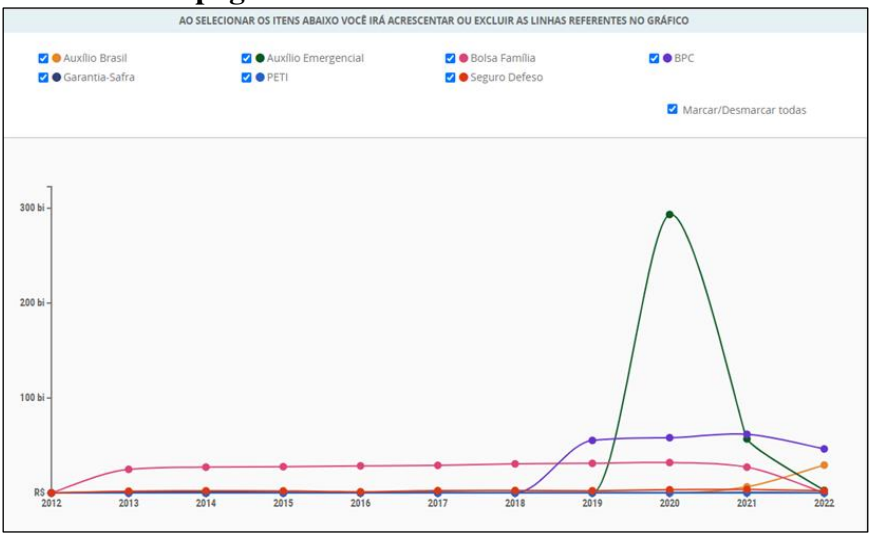


Figura 1 – Reportagens da mídia local



Mulher e criança indígenas se jogam entre carros no São Vicente

Agentes da Polícia Militar (PM) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF) foram acionados para verificar a situação

CIDADES

Por Folha Web
Em 10/08/2021 às 18:10

Compartilhar

Um dos vídeos, mostra uma mulher e supostamente uma criança deitadas na avenida Venezuela, próximo ao posto trevo, aparentemente embriagadas. Motoristas que tentavam fazer o trajeto pararam na via para retirar as duas.

Outro vídeo mostra as mesmas pessoas já em outro ponto, agora na avenida das Guianas, sentadas no meio da rua, um pouco tontas e com dificuldades de se levantar. Um casal que também fazia o trajeto na avenida, desce da motocicleta e ajuda as indígenas a se retirarem da rua.

Fonte: Folha de Boa Vista (2021).

Do ponto de vista da saúde pública, é possível perceber o consumo de álcool por pessoas imigrantes nas ruas do município e a

busca por serviços médicos especializados por este público. Conforme ilustram as manchetes:

Figura 2 – Reportagens da mídia local



Indígenas nas ruas é tema de debate entre instituições

A primeira reunião do grupo ocorrerá em outubro em Mucajaí, envolvendo oito instituições públicas que atuam no atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade

CIDADES

Por Folha Web
Em 22/09/2021 às 13:28

Compartilhar

Os Yawari são um subgrupo da etnia Yanomami. Os maiores problemas apontados pelos servidores foi a embriaguez de menores de 18 anos e a dificuldade de comunicação com os indígenas nas situações de atendimento.

Denúncia

Venezuelanos bêbados depredam viatura do Exército após serem impedidos de entrar em abrigo

4 de maio de 2020

Fonte: Folha de Boa Vista (2021).

No cenário sociocultural, observa-se uma grande mudança. Há relatos de que anterior ao fenômeno migratório no território, não era comum ouvir notícias e músicas em espanhol. Atualmente, as emissoras de rádio contemplam, em sua programação, um leque de possibilidades informativas e musicais atribuindo também ao idioma espanhol como alternativa de escuta. Na culinária, os restaurantes, bares e grandes centros comerciais não dispunham de refeições

venezuelanas como pepitos, cachapas e arepas, mudando assim a visualidade da Amazônia Brasileira. Profissionais foram contratados nesses estabelecimentos para trabalhar, aumentando sua renda e fomentando o compartilhamento de saberes culinários venezuelanos nesses espaços. Assim, a população local de Boa Vista pode acessar elementos culturais do país vizinho.

Figura 3 – Migrantes venezuelanos empreendendo em Boa Vista/RR



Fonte: ACNUR Brasil.

UMA ANÁLISE POSSÍVEL SOBRE AS DISCUSSÕES

Vimos até aqui que o sujeito idoso, assim como qualquer pessoa em deslocamento, busca alternativas para sobreviver em meio ao caos tendo que, obrigatoriamente, mudar de território devido a situações extremas que comprometeram seu modo de vida.

O território tem grande importância no percurso da migração, pois ele é a referência do fim e início de uma história. Representa o espaço no qual os antigos sonhos são deixados para trás, assim como novos sonhos que despertam outras perspectivas de vida. O entendimento sobre essa dinâmica comunicacional pode ser percebido como algo flutuante: num desejo de querer retornar ao seu local de origem (por isso muitos imigrantes preferem se estabelecer em lugares próximos à sua antiga casa) e/ou numa necessidade de romper com os elementos simbólicos que vivera e ultrapassar a barreira do que está posto e experimentar se comunicar em outros espaços para buscar melhores condições de vida. Haja visto que este processo de reconhecimento desperta novas emoções e significados.

Partindo do pressuposto de que "o sujeito pode ser analisado a partir das suas práticas sociais" (CERTEAU, 1998), é possível refletir qual sujeito idoso estamos tratando aqui. Ele assume o papel de protagonista dessa história a qual, forçadamente, o condicionou a reagir e enfrentar abismos culturais a fim de continuar escrevendo páginas sobre sua vida. Principalmente quando seus traços culturais são acolhidos, podendo compartilhar seus conhecimentos e experiências.

É natural que, em encontros de diferentes culturas, haja impactos significativos. No evento migratório de venezuelanos, em Roraima, o que se pode se destacar nessa reflexão sobre a população idosa imigrante foi o aumento significativo de inscritos no Benefício de Prestação Continuada, o que revela uma mobilização por parte dos equipamentos públicos sociais em parceria com outras organizações no estado para contemplação desse público, e também o relevante protagonismo desses sujeitos idosos e imigrantes na defesa de seus direitos adquiridos para alcançar o mínimo de dignidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, a discussão foi pautada em torno das questões culturais que a pessoa idosa imigrante traz consigo no enfrentamento das dificuldades para alcançar processos adaptativos confortáveis a fim de conseguir sobreviver em meio às diversas necessidades.

A discussão teórica construída entre os autores possibilitou uma reflexão sobre a pessoa idosa, muitas vezes, marginalizada pelas suas condições intrínsecas ao seu processo de envelhecimento e que necessita de um olhar mais sensível às suas capacidades adaptativas e pelo seu potencial desejo de estar vivo e útil em um novo território. Cabe aqui ressaltar a sua importância no processo histórico-cultural de uma comunidade, principalmente, em deslocamento. Haja vista que, em seu percurso, muitos elementos são deixados para trás menos seu desejo em conquistar condições para se manter.

Nesse cenário, a pessoa idosa é percebida como alguém capaz de decidir sobre o seu deslocamento para outro território tendo em vista que elementos culturais não são o bastante para garantir sua permanência. E sim, outras necessidades mais básicas são essenciais para a sua integridade. Em busca disso, ela se desloca com determinação.

O enfrentamento das adversidades culturais, entretanto, não impede a pessoa idosa prosseguir seu caminho a fim de sonhar, planejar e buscar meios de vida que possam, inclusive, ajudar seus familiares.

Segundo dados fornecidos pelo Relatório da Fundação Getúlio Vargas - Diretoria de Análise de Políticas Públicas, obtidos através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), acerca da economia de Roraima e o fluxo venezuelano

(2020), 160 idosos venezuelanos foram contemplados pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC, o qual lhe garante um salário mínimo por mês. No cotidiano boa-vistense ainda se percebe a presença de pedintes nas entradas dos mercados, padarias, semáforos e bancos, em sua maioria, mulheres com filhos e idosos; crescente adesão de pessoas idosas como motoristas do serviço de transporte através de aplicativo. Nesse último, aluga-se o veículo para realizar a prestação do serviço. Além disso, se destaca a frequência de pessoas idosas imigrantes alcoolizadas nas praças e o aumento na busca por serviços médicos especializados na rede pública de saúde.

Esses eventos impactam nas questões de segurança, economia, educação, saúde e trabalho. Na segurança pelo fato de haver uso de álcool o número de violência pode aumentar na cidade. A falta de investimentos de recursos na área da saúde, pode ocorrer sobrecarga do sistema único de saúde, tanto municipal como estadual. No trabalho, a população local reclama de que os postos de trabalho estão sendo ocupados pela população imigrante. Entretanto, não contempla o perfil de pessoas idosas. O que acaba deixando-os, sem escolha, para atuar em trabalhos utilizando força braçal. No aspecto educacional, quando as crianças estão vulneráveis nas ruas, pedindo dinheiros aos demais, elas deixam de estar em um ambiente lúdico e de aprendizagem, comprometendo seu desenvolvimento cognitivo.

Desta forma, é fundamental refletir, traçar possibilidades, engajar atores sociais para realizar um acolhimento digno capaz de integrar a pessoa idosa na sociedade local em sua totalidade. Isso pode ocorrer em suas mais variadas formas: elaboração de políticas sociais públicas voltadas para a garantia e defesa dos direitos trabalhistas em especial para a população idosa; diagnósticos sociais sobre o perfil deste grupo populacional, levando em consideração aspectos da saúde mental, em razão de possíveis consequências

psicológicas do deslocamento forçado e os desdobramentos inerentes ao mesmo.

É sabido também que o índice de violência contra a população idosa vem crescendo exponencialmente, como aponta o site Agência Brasil (2021), em virtudes de vários fatores, inclusive familiares. Diante disso, seria fundamental que o Estado implementasse mais delegacias de proteção, em todo território nacional, com equipe multidisciplinar para atender esse público em sua completude e com respeito à sua trajetória de vida e aos seus desafios incorporados.

Uma possibilidade viável é a parceria público-privado, não somente na construção desses equipamentos, mas, sobretudo, na contratação, manutenção, qualificação e segurança das equipes técnicas do referido serviço. Acredito que desta forma se obtenha um aperfeiçoamento no trato com os imigrantes, respeitando todo o arcabouço cultural advindo desse público.

Portanto, no que tange aos aspectos culturais, é fundamental fomentar projetos que valorizem a pessoa idosa e sua história para que, além das razões já mencionadas, outras gerações possam realizar um resgate cultural e se reconhecer enquanto comunidade.

Contudo, a complexidade do tema perpasse pelo entendimento de considerá-la como real e urgente do ponto de vista de uma resposta mais efetiva enquanto dispositivo comunicacional. “A complexidade não é só um fenômeno empírico (acaso, eventualidades, desordens, complicações, mistura dos fenômenos); a complexidade é, também, um problema conceitual e lógico que confunde as demarcações e as fronteiras bem nítidas dos conceitos como “produtor” e “produto”, “causa” e “efeito”, “um” e “múltiplo”. (MORIN, 2005, p. 183).

REFERÊNCIAS

ACNUR. “Refugiados usam a culinária de seus países para se integrar no Brasil”. **Portal Eletrônico da ACNUR Brasil** [2020]. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 08/07/2022.

AGÊNCIA BRASIL. “Aumentam casos de violência contra pessoas idosas no Brasil”. **Agência Brasil** [2021]. Disponível em: <www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 19/06/2022

BASTOS, J. P. B.; OBREGÓN, M. F. Q. “Venezuela em crise: o que mudou com Maduro”. **Derecho y Cambio Social** [2018]. Disponível em: <www.derechoycambiosocial.com>. Acesso em: 12/06/2022.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COELHO, M. A. G. **Os impactos da migração venezuelana para o estado brasileiro de Roraima, à luz da expressão econômica do Poder Nacional** (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Ciências Militares). Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

FERREIRA, A. “Projeto em Pacaraima acolhe refugiados e migrantes em situação de rua”. **Portal Eletrônico da ACNUR** [2020]. Disponível em: <www.acnur.org>. Acesso em: 05/12/2022.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. “Quem é a pessoa idosa?” **Portal Eletrônico FIOCRUZ** [2019]. Disponível em: <https://www.fiocruz.br>. Acesso em: 26/07/2022.

FOLHA BV. “Mulher e criança indígenas se jogam entre carros no São Vicente”. **Folha de Boa Vista** [2021]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 23/12/2022.

FOLHA BV. “Venezuelanos bêbados depredam viatura do Exército após serem impedidos de entrar em abrigo”. **Folha de Boa Vista** [2020]. Disponível em: <www.folhabv.com.br>. Acesso em: 23/12/2022.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: Editora LTC, 1989.

LARAIA, R. B. **Cultura**: Um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

MARTIN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

MORGADO, A. C. “As múltiplas concepções da cultura”. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, vol. 4, n. 1, 2014.

OIM - Organização Internacional para as Migrações. **Glossário para migração**. Genebra: Editora: OIM, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTI, V. J. **Mediação e Midiatização**: Conexões e desconexões na análise comunicacional. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SENHORAS, E. M. “Venezuela em rota de colisão: da estabilidade à crise”. **Jornal Roraima em Foco** [2019]. Disponível em: <www.roraimaemfoco.com>. Acesso em: 05/12/2022.

SILVA, J. M. **O que pesquisar quer dizer**: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

SINGER, F. "Banco Central da Venezuela reconhece que o PIB caiu 52% sob Maduro". **El Pais** [2019]. Disponível em: <www.elpais.com>. Acesso em: 12/12/2022.

UDUWANAGE, C. P. **Os impactos da crise da Venezuela na região norte do Brasil** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro: ESG, 2020.

XAVIER, F. C. C. **Migrações internacionais na Amazônia brasileira**: impactos na política migratória e na política externa (Tese de Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional). Boa Vista: UFRR, 2012.

ZIMERMAN, G I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

CAPÍTULO 10

Mídias, Discursos e Criminalização da Pobreza: Interrogações Genealógicas

MÍDIAS, DISCURSOS E CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA: INTERROGAÇÕES GENEALÓGICAS

Lauany Câmara Chermont

Marlize Ruth Albuquerque Pacheco

André Benassuly Arruda

Fernanda Cristine dos Santos Bengio

Flávia Cristina Silveira Lemos

Sabe-se que a mídia não exerce apenas o papel comunicativo ao seu receptor, mas também constrói opiniões e captura subjetividades de acordo com a perspectiva trazida pela dita "neutra" informação. Nosso interesse é explicitar como a mídia exerce demasiada influência sobre aqueles que a acessam, de maneira espontânea ou não, mas que independente disto são atravessadas pelos discursos midiáticos. Mais especificamente, trazemos a mídia impressa local, exposta pelo jornal Diário do Pará, de forma a mostrar em seu discurso velado e "politicamente correto", a criminalização do jovem, negro, pobre e morador de periferia.

Foucault (2014) expõe que no século XVIII, eram colocados em circulação folhetins que traziam "fábulas verídicas da pequena história" (p. 68). Nestes escritos havia um tipo de frente de luta em relação ao crime, de sua lembrança e punição, concluindo haver uma expectativa por parte dos que expuseram os folhetins à publicação, efeitos de controle ideológico.

Deleuze (1992) nos coloca que no período pós-moderno, os meios de comunicação de massa exercem a função de mecanismos de controle social, marcadamente pela produção de como se deve existir. Um controle disseminado em curto espaço de tempo e de

veloz rotação, ilimitado e contínuo, tendo em vista que a disciplina era de longa duração, descontínua e infinita.

Nesse sentido, adequando-nos a realidade local, percebemos a rapidez de propagação da "neutra" informação pelos jornais impressos, sendo comercializados de forma contínua e ininterrupta. Vemos em manchetes de muitos jornais, uma ideia formada sobre o sujeito que está sendo exposto em suas páginas, o que nos faz retornar às "fábulas verídicas de pequena história" expressas por Foucault, tendo em vista que muitas vezes coloca-se este sujeito, sobre o qual se fala, envolto em uma construção de discursos laterais, considerando o crime como inerente a ele, de forma que a verdade do sujeito não é expressa e nem levada em consideração - objetivamo-lo e anulamos sua subjetividade.

A mídia antidemocrática que nos é apresentada está imersa em uma cultura do controle, e a produção da figura do criminoso nos implanta estereótipos não apenas físicos, mas também comportamentais, no sentido em que vemos essas pessoas como "más". São tidos como marginais, meliantes e vagabundos. Expõe-se, por meio da mídia, "uma mediação da produção da vítima como coitada e injustiçada e o algoz, criminoso a ser punido e castigado. Cria-se uma legitimidade e justificativa para o extermínio, baseadas em meritocracia e na prática de uma guerra civil não declarada, mas altamente letal" (GALARD, 2008 *apud* LEMOS *et al*., 2017, p. 171).

> A literatura policial transpõe para outra classe social aquele brilho de que o criminoso fora cercado. São os jornais que trarão à luz nas colunas dos crimes e ocorrências diárias a mornidão sem epopeia dos delitos e punições. Está feita a divisão: que o povo se despoje do antigo orgulho de seus crimes: os grandes assassinatos se tornaram o jogo silencioso dos sábios (FOUCAULT, 2014, p. 69).

A mídia é composta por práticas econômicas, políticas e sociais, sendo capaz de produzir subjetividades, estando intrínsecas a este agrupamento relações de poder. Nos jornais podemos observar discursos que são expressos muitas vezes dependendo do *status social* da vítima, pois é possível perceber o afastamento de uma pluralidade de vozes, "sendo possibilitado a poucas empresas a exibição e a produção de conteúdo audiovisual e impresso, além de o direito de todo o cidadão de ser informado ser negligenciado, em muitos casos" (LEMOS *et al*., 2015b, p. 67; LEMOS *et al*., 2017).

Neste sentido, a mídia produz modos de ser e de agir, estando correlata aos mecanismos democráticos e não muito distante de dispositivos que criam medo e terror na sociedade. Os saberes veiculados por meio dos discursos presentes nas notícias exercem formas de controle, seleciona-se que manchetes terão ou não visibilidade e o que será ou não publicado. Hoje, tem-se uma mídia autoritária, a favor de "interesses políticos profissionais, coorporativos, aos aspectos conservadores e de consumo do entretenimento, no Brasil, historicamente" (FOUCAULT, 2004; SILVA, 2012 *apud* LEMOS *et al*., 2015b, p. 63).

LINHAS GENEALÓGICAS DE ANÁLISE DOS JORNAIS

Segundo Foucault (2014) o poder produz saber, de forma a estarem diretamente imanentes, ou seja, não há relações de poder sem a constituição de um campo de saber, assim como, não há saber que não constitua relações de poder. Foucault (1979) nos explicita que seja em nossa como em qualquer outra sociedade, somos atravessados por relações de poder que caracterizam e configuram o corpo social, e estas relações não podem ser dissociadas, estabelecerem-se e nem funcionarem sem uma produção, acumulação, circulação e funcionamento do discurso. Inexistindo

possibilidades de exercício de poder sem uma certa economia de discursos de verdade, somos submetidos à produção de uma verdade e só há como exercer poder se a produzirmos.

> [...] poderia dizer que somos obrigados pelo poder a produzir a verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou a encontrá−la. O poder não para de nos interrogar, de indagar, registrar e institucionalizar a busca da verdade, profissionaliza−a e a recompensa. No fundo, temos que produzir a verdade como temos que produzir riquezas, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas. Por outro lado, estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tareias e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 1979, p. 180).

Sabe-se que a mídia porta discursos com função informativa, ou pelo menos é o que alega se propor. Não obstante, os jornais carregam consigo discursos que produzem uma verdade atrelada a efeitos de poder. Foucault (1979) nos fala acerca de uma crítica local e por meio desta é possível produzir uma insurreição dos saberes dominados. Estes se constituem como um bloco de saberes históricos, de um lado, com conteúdos históricos que foram sepultados e mascarados, e de outro, conteúdos que somente a história possibilita encontrar a clivagem de confrontos que as instituições funcionais ou sistemáticas têm como escopo ocultar. Estes saberes, se apropriados da crítica, podem fazer emergir os

saberes camuflados, sendo possíveis por intermédio do instrumento da crítica histórica.

Outro entendimento que precisamos ter sobre os saberes dominados se pauta em uma série de saberes insuficientemente elaborados, tidos como abaixo do nível requerido de cientificidade, o que Foucault (1979) chama de *saber das pessoas*. Este não se trata de um senso comum, mas sim de um saber regional, particular, local, um saber desigualado, incapaz de ser unânime, devendo sua força à dimensão que contraria a todos que o circundam, que realizaram a crítica.

Desta forma, entende-se que na genealogia se trata do acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, também de conexão com memórias locais que permitem a formação de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais (FOUCAULT, 1979). A genealogia visa libertar a sujeição dos saberes históricos, possibilitando uma insubordinação aos saberes unitário e científico. Capacitando uma luta contra uma repressão de um discurso teórico. Por conseguinte, "a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa aos saberes libertos da sujeição que emerge desta discursividade" (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Foucault (1996) parte da hipótese de que em qualquer sociedade a produção de discurso é "[...] controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade" (p. 09). Então, esta análise tenta mostrar como os discursos dispersos e repartidos são articulados em séries e relacionados em disciplinas e práticas de atendimentos a uma determinada população.

Não se busca com o método genealógico a origem de qualquer objeto. Pois os fatos emergem do embate constante das forças e não de uma intencionalidade fabricada. Por isso, esta pesquisa parte do pressuposto de que não existe uma essência do que é ser criança ou adolescente, todavia acredita-se que em cada recorte histórico houve um agrupamento de discursos heterogêneos sobre o que é ser criança, adolescente, menor em situação irregular. Pois é o agrupamento de práticas discursivas e não discursivas heterogêneas, num processo emergente do embate de relações de poder-saber que objetiva estes sujeitos como tais. Portanto, a história deve ser pensada como um devir em constante transformação, que se constrói através de continuidades e descontinuidades que também se atualizam. E o método genealógico permite a possibilidade de historicizar objetos, de modo a problematizar o conhecimento científico, trabalhando a memória como monumento construído peça por peça.

Desta forma, os objetos seriam correlatos de práticas, não havendo uma essência, mas múltiplas práticas heterogêneas. A prática é o fazer e, "o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história" (VEYNE, 1998, p. 257). O genealogista deveria, portanto, descrever as práticas datadas. O trabalho do historiador consistiria em historicizar as objetivações, as racionalizações para que elas desapareçam. Os acontecimentos são raros e não há uma constante que os relacione, totalizando-os em uma unidade em função de supostas semelhanças entre categorias agrupadas. A história é composta de séries diversas que se misturam e se embaralham, formando novas relações, atualizando-se, como "virtualidades sem rosto" (VEYNE, 1998, p. 268).

Cada prática depende das práticas vizinhas e de suas transformações, ou seja, há um movimento, uma relação constante que move o tabuleiro dos dados e engendra novos sentidos. "[...] tudo é prática; mas a prática do poder permanece irredutível a toda

prática do saber [...]" (DELEUZE, 2005). Há uma atualização dos acontecimentos que se diferenciam e não de uma causalidade determinante, pois todas as relações causais são arbitrárias. Para estudar as práticas, Foucault propõe interrogá-las, colocar em questão os postulados instituídos que circulam no campo social como verdade, desconstruindo modos de vida e hábitos que foram cristalizados.

CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA NO GUAMÁ

Atualmente a exclusão da população pobre ainda emerge, e vem sendo atravessando séculos. Se olharmos em diferentes épocas os noticiários, perceberemos que o bairro do Guamá ainda recebe adjetivos como "popular", "festeiro", "violento", "pobre" e outras classificações. A imprensa acabara por ser porta-voz do discurso que reproduz ainda hoje a representatividade do teor violento do local, que se cristalizou no imaginário belenense.

Os moradores do bairro do Guamá possuem uma cultura de lazer. Não é difícil ver crianças brincando nas ruas, pessoas jogando baralho ou dominó, práticas que contrapõem a lógica de produção capitalista, e favorecem as estratégias de sobrevivência no espaço, visto que historicamente a população deste bairro se instalava de forma a construir sua própria casa com o que tinha disponível, plantando e colhendo para se alimentar. Sendo assim, procuram ressignificar a vida, tendo como uma das práticas o lazer (DIAS JUNIOR, 2009).

Cria-se assim uma ambiguidade – a de bairro violento, identificado como o mundo do crime e pessoas com baixa escolaridade, e ao mesmo tempo, uma imagem positiva do bairro, de

maneira a expor lugares com manifestações culturais e espaços prazerosos de viver (DIAS JUNIOR, 2009).

Fazendo levantamentos bibliográficos, percebemos através da história como essa marca excludente e simbólica se instala em pessoas que fogem aos padrões sociais esperados, em determinado tempo eram escravos, vadios, e hoje criminosos e bandidos.

Em Belém, que de sua forma peculiar, fora atravessada por este marco histórico – a lógica excludente na qual no centro da cidade apenas se instalaria a elite, e nas margens, a população pobre - encontramos o bairro do Guamá. Assim como mostrado pela história, é confuso distinguir o passado e o presente, visto que essas práticas de assujeitamento são muito vivas. Desta forma, contextualizamos a criminalização da pobreza no bairro proposto em nosso estudo.

Nos anos de 2014 e 2017, ocorreram chacinas. A primeira delas iniciada no bairro do Guamá, onde foram feitas várias vítimas e a segunda englobando, entre outros, o referido bairro. Estas situações reverberaram em toda a cidade, causando medo na população. Todavia é interessante perceber a conjuntura deste cenário para que possamos contextualizar o que conceituamos como criminalização da pobreza.

> Por enquanto, nove jovens confirmados na chacina que aconteceu em Belém do Pará, no último dia 4 de novembro, já entraram para as estatísticas. Mas, há suspeitas de mais de 35 mortes até o momento, segundo notícias vindas dos movimentos sociais do Pará. Todos jovens negros, do sexo masculino. Todos por arma de fogo. Todos ocorridos no Guamá, bairro da periferia de Belém/PA (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 2014).

Segundo a União Nacional dos Estudantes (2014) estatísticas podem mostrar que a cada 25 minutos em nosso país morre um jovem negro e pobre, vítima da violência, totalizando aproximadamente dois jovens negros mortos a cada hora, 48 mortos por dia, 336 mortos por semana, 1344 mortos por mês. Equipara-se a isto um número igual ou maior ao de muitas guerras que acontecem pelo mundo.

Referente à chacina de janeiro de 2017, o secretário de segurança adjunto do Pará, Coronel Hilton Benigno, em entrevista, alegou à Folha de São Paulo: "o número de mortes foi quase dez vezes superior à média diária de homicídios em Belém, que é de três casos", acrescenta: "Normalmente, os homicídios acontecem à noite, concentram-se nos bairros mais violentos" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017), o que nos explicita a convergência com a lógica trazida pelas estatísticas de 2014, a conotação de guerra permanece.

Diante desses dados, é perceptível que o bairro do Guamá é popularmente marcado pela violência - não apenas visível, mas também pela violência simbólica, aquela que entremeia as frases, gestos e discursos, muitas vezes invisibilizando a cultura local que foge destas objetivações.

É interessante perceber que estabelecemos relações de poder em nosso cotidiano. Muitas vezes sem perceber, expressamos discursos de verdade que produzem modos de subjetivação que segundo Foucault (1995): "se trata da história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos" (p. 231). Desta forma, nossos modos de subjetivar por muitas vezes nos tornam capazes de recortar a realidade, ou mesmo criar uma realidade mais hostil, no qual a pobreza se correlaciona à criminalidade e bairros periféricos são lugares onde existem pessoas perigosas e ameaçadoras.

A busca da verdade também a profissionaliza, o que nos faz pensar por quantas vezes estabelecemos em nossos discursos que somos detentores do saber sobre esse sujeito, o analisamos e cristalizamos uma verdade sobre ele.

Nesse contexto, a Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA) (2014) protesta: "O pronunciamento da Secretaria de Segurança Pública também omite as vítimas de baleamento, agressões físicas e todas as manifestações de violência simbólica, como o toque de recolher imposto por policiais, que relembrou os anos de chumbo da ditadura".

> Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "dóceis" (FOUCAULT, 2014, p. 135).

Diante das relações de poder estabelecidas atualmente, vemos um cenário ainda de tentativa de docilização de corpos, busca por padrões de comportamento esperados. A fuga destes padrões, acarreta em punições e exclusão. Busca-se ainda, por meio de uma disciplina acrítica, a fabricação de corpos submissos. Correlaciona-se isso a reportagem que nos traz práticas que rememoram a ditadura, que eliminam e omitem corpos não dóceis.

Estas práticas ressonam muitas vezes em chacinas (visíveis ou invisíveis), uma possibilidade de "limpeza" enxergada pela população como defesa à sociedade. A ideia de se "cortar a raiz do

mal", em frases como "bandido bom é bandido morto", ou mesmo a própria naturalização da violência no bairro.

No bairro do Guamá, muitas vezes a visão do que há de perigoso é generalizada como a única que permeia o bairro, generalização esta sutilmente tendenciosa, apontando este como um lugar de "criminosos em potencial". Confirma-se isto trazendo-se a matéria publicada pela ADUFPA que mostra as omissões das vítimas, dentre as quais estão estudantes e trabalhadores que jamais estiveram envolvidos com o crime ou passagem pela polícia.

> Ao final da manifestação, uma comissão formada pelas entidades foi recebida pelos deputados e exigiu a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Alepa para investigar o envolvimento de agentes de segurança pública com milícias e grupos de extermínio. A ADUFPA se somou às organizações da sociedade civil paraense para denunciar a ineficiência da política de segurança pública adotada no país, que centra suas ações na criminalização da pobreza e do povo negro das periferias (ADUFPA, 2014).

A reportagem tratada pela ADUFPA nos mostra um contexto mais atual acerca da criminalização da pobreza no bairro do Guamá. Escolhemos destacar este evento, visto que fora uma situação que muito reverberou em nossa metrópole. Sabemos que os preconceitos e discriminações perpassam pelo contexto histórico de nossa cidade e de construção do próprio bairro. É importante que reflitamos até que ponto contribuímos para as objetivações que assolam este lugar, o porquê de muitas vezes o vermos como separado e sendo permeado de apenas coisas negativas. É relevante lembrar que neste bairro vivem pessoas, antes de seus rótulos, e nos debruçar de forma curiosa sobre sua dinâmica, sua cultura.

Neste contexto, podemos perceber que todos os elementos que foram utilizados para realizar esta cartografia dos dispositivos de controle sobre o negro, pobre e morador de periferia são relevantes. Não obstante, daremos enfoque à questão da mídia, não de forma a ignorar os outros elementos mencionados, mas de forma a ressaltar que estes se encontram em outros lugares, em outros níveis, em outras práticas e também atravessam a mídia, de forma a mostrá-la como um lugar também privilegiado de análise desse dispositivo.

As práticas discursivas são concebidas como instituições, pois têm uma realidade material e disparam efeitos, tais como: lutas, processos de servidão e dominação; jogo de palavras composto de perigos e de relações de poder, produção de saberes e difusão destes em espaços institucionais, captura das ações em regimes de força, domesticação da multiplicidade em arquivos de uma escrita biográfica e o estabelecimento de relações entre acontecimentos díspares (FOUCAULT, 2001).

Há uma polícia discursiva, de acordo com Foucault (2001), que filtra os discursos, apagando alguns, jogando luz sobre outros, controlando quem fala e o que fala, fixando limites de fala, estabelecendo critérios para a fala, qualificando algumas falas, desautorizando outras; conservando alguns discursos em arquivos e banindo outros, distribuindo alguns discursos e impedindo a circulação de outros, definindo fronteiras de discursos em disciplinas específicas, produzindo veneração de determinados discursos, recortando-os e os recompondo sob novas roupagens.

> A genealogia seria, portanto, com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um

> discurso teórico, unitário, formal e científico [...] (FOUCAULT, 1979, p. 172).

Analisar as relações poder em seus efeitos, em suas ramificações e positividade seria um dos objetivos de uma genealogia, pois, as relações de poder produzem realidade, fabricam saberes, criam modos de ser. Deste modo, Foucault (1979) propõe uma análise microfísica dos diagramas das relações de poder, rompendo com as análises de Marx, que viam o poder como repressão e negatividade. As relações de poder não poderiam funcionar se não estivessem ancoradas em regimes de verdade; se não fossem imanentes à produção, à acumulação, à circulação e ao funcionamento de um discurso.

CONCLUSÕES

O Guamá é evidenciado como um dos bairros mais violentos e taxado de "zona vermelha", nas mídias paraenses. Todavia, é relevante ressaltar que a violência é uma realidade presente na cidade como um todo. Não obstante, o palco da violência é concedido às periferias, ainda imperando o pensamento propagado desde a República como lugar vicioso, devasso e maculado a ser higienizado socialmente.

Referente às chacinas ocorridas, percebemos que estas resultam de uma "justiça com as próprias mãos" legitimada pela sociedade que atribui a certas figuras heroicas a autoridade de exterminar os que são considerados matáveis. Além disso, observou-se que alguns dados quando expostos em meio jornalístico, tornam-se exacerbados - ou seja, lança-se sobre um acontecimento trágico uma visão apocalítica.

Diante deste contexto, explicita-se o conceito de *resistência* em Michel Foucault. O autor expressa que no entremeio das relações de poder, há uma possibilidade de resistir, tendo em vista que não somos prisioneiros do poder, há sempre uma chance de modificar sua dominação em determinadas situações e lançando mão de uma estratégia necessária (FOUCAULT, 1979). Resistir pauta-se em uma insubmissão, em liberdades persistentes, estratégias de luta que encontram-se nas relações de poder, posto que "não há relação de poder sem resistência" (FOUCAULT, 1995, p. 248).

A disciplina não se confundiria com uma instituição, mas seria uma técnica que poderia ser apropriada e utilizada pelas instituições sem se reduzir às mesmas. A disciplina opera sobre o corpo a ser exercitado e treinado de modo contínuo e regular para que suas aptidões fossem aumentadas e suas possibilidades de resistência e subversão, fossem diminuídas. Toda uma tecnologia política de observação, registro, exame, comparações, hierarquizações, classificações de normal e anormal, sanções normalizadoras, controle do tempo e dos indivíduos no espaço.

As "Sociedades Disciplinares" são constituídas por um triângulo cujos vértices são o poder, o direito e a verdade, em que não há primazia de um sobre o outro. As relações de poder se exerceriam através de um direito público, fundado na soberania do corpo social, na submissão dos indivíduos ao Estado e em uma mecânica das disciplinas que inventam saberes (FOUCAULT, 1999). As técnicas disciplinares agem nos espaços lacunares das leis, operam onde o dispositivo penal não alcança. O campo de ação dos mecanismos disciplinares é o do controle social dos comportamentos sutis, dos pequenos desvios que não chegam a configurar delitos. A intervenção disciplinar está ligada à intensificação da observância das regras (FOUCAULT, 1999).

Estas tecnologias não podem ser vistas como substitutas umas das outras, pois seus processos emergentes resultam do embate

constante de forças que estão sempre se deslocando. A terceira tecnologia de poder cartografada por Foucault (1988), conforme Lemos (2008) foi a biopolítica, uma espécie de gestão da vida por meio do governo das populações, tendo a família como principal alvo. O século XIX é o período cronológico de emergência desta nova combinação de tecnologias de poder que se inscrevem sobre os corpos [...]. "Por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte" (FOUCAULT, 2007, p. 147). Este poder de morte foi pouco a pouco substituído pelo poder de "causar a vida ou devolver a morte" (FOUCAULT, 2007, p. 150).

O poder sobre a vida desenvolveu-se durante o século XVII e tem como alvo o "corpo máquina" do qual se deve extrair o máximo de força e tempo através da docilização do mesmo; outro foco de desenvolvimento deste poder foi sobre o "corpo-espécie" que começa a se expressar na metade do século XVIII; aqui o corpo é tido como um ser vivo, onde os aspectos explorados são do âmbito biológico, imanentes às questões da governamentalidade das populações (FOUCAULT, 2007).

Apesar da realidade excludente trazida pelos jornais que se conecta com a perspectiva da população local, existem segmentos subalternos que lutam e resistem à lógica neoliberal posta. "Eles teimam em continuar existindo" (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 13).

As autoras Coimbra e Nascimento (2005) nos colocam que as formas de resistir presentes nos grupos mencionados nem sempre se pautam em maneiras organizadas, podendo estar presentes em condutas delituosas e "perigosas".

Existem segmentos pobres e marginalizados que criam outros modos de luta e sobrevivência, resistindo ao cenário que lhes é apresentado, de maneira a escapar do destino imutável que sobre

eles é posto. São resistências moleculares, expostas por meio das artes, da música, de redes de solidariedade e de micro-organizações coletivas, que mudam gradativamente a realidade - transformações estas que não são reconhecidas pelos intelectuais, negadas pela história oficial e pelos meios de comunicação.

É importante que possamos enquanto profissionais de Psicologia, reconhecer essas resistências, juntarmo-nos a elas, compreender o lugar de fala de quem experiencia uma realidade muitas vezes diferente da nossa. Seria falacioso dizer que não somos atravessados por essa lógica neoliberal, pela ideia da pessoa de bem e com bons valores. Somos colocados como peça partícipe da engrenagem que faz girar dispositivos que padronizam o que é ser um cidadão de bem. Contribuímos para a normalização do sujeito - nem sempre de maneira esclarecida, mas ainda assim, o fazemos. Contudo, é indispensável que nos vejamos implicados a criticar este lugar que nos é posto, que apliquemos também nossas resistências e que fujamos do lugar cientificista daquele que tudo sabe.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, A. “Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto”. **Cadernos Metrópole**, vol. 12, n. 23, 2010.

AMARAL, M. F. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFPA. **Ato exige investigação das milícias e punição aos culpados pela chacina de Belém**. Belém: UFPA, 2014.

BENITES, F. R. G. “Práticas de Subjetivação/Objetivação em Michel Foucault”. **Revista DLCV: Língua, Linguística e Literatura**, vol. 4, n. 1, 2006.

CALDEIRA, T. P. R. “Direitos humanos 'privilégios de bandidos'? – desventuras da democratização brasileira”. **Novos Estudos**, n. 30, 1991.

CANO, I. “Uso da força letal pela polícia do Rio de Janeiro: os fatos e o debate”. **Archè Interdisciplinar**, vol. 7, n. 19, 1998.

COIMBRA, C. M. B. “Direito Humanos e violência social: a produção do pânico”. **Portal Eletrônico UFF** [2001]. Disponível em: <www.slab.uff.br> Acesso em: 15 jul. 2017.

COIMBRA, C. M. B. “Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza”. **Anais do I Seminário Internacional de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. “Jovens Pobres: o mito da periculosidade”. *In*: FRAGA, P.; IULIANELLI, J. (orgs.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. “Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?”. **Portal Eletrônico UFF** [2005]. Disponível em: <www.slab.uff.br> Acesso em: 15 jul. 2017.

CRUZ-NETO, O.; MINAYO, M. C. S. “Extermínio: violentação e banalização da vida”. **Caderno de Saúde Pública**, vol. 10, 1994.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DERENJI, J. (coord.). **Levantamento e estudos de vilas em Belém**. Belém: IPHAN, 1984.

DIAS JUNIOR, J. E. S. D. **Cultura popular no Guamá**: um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro de periferia (Dissertação de Mestrado em História). Pará: UFPA, 2009.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

FERNANDES, P.; SEIXAS, N. "Comunicação e História: a imprensa de Belém no alvorecer do século XX". **Anais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia Unicentro**. Guarapuava: Unicentro, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

FOUCAULT, M. "O sujeito e o poder". *In*: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e hermenêutica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT. M. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Após morte de policial, Belém registra 30 assassinatos em um dia". **Folha de S. Paulo** [2017]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br> Acesso em: 01/01/2023.

FONSECA, F. D. **Produção de Subjetividade e Realidade Social:** Clínica e Política. A Expressão da clínica e uma Clínica da Expressão. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2008

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: EDUC, 2007.

FORRESTER, V. **O Horror Econômico**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

FRANCO, A. C. F. **Cartografias do Diário do Pará**: um estudo genealógico do acontecimento homicídio contra jovens em um jornal impresso (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Belém: UFPA, 2012

GÓES, J. C. "Jornalismo Sensacionalista: a construção de uma esfera pública limitada". **Anais do V Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política**. Curitiba: UFSC, 2013.

KOURY, M. G. P. "Medos Urbanos: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual". **Revista Sociedade e Estado**, vol. 26, n. 3, 2011.

LEMOS, F. C. S. *et al*. "Direitos e a Grande Mídia Brasileira". **Psicologia Política**, vol. 15, n. 32, 2015b.

LEMOS, F. C. S. *et al.* "Análise Documental: algumas pistas de pesquisa em Psicologia e História". **Psicologia em Estudo**, vol. 20, n. 3, 2015a.

LEMOS, F. C. S. *et al*. "O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão". **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, vol. 12, n. 1, 2017.

PAIVA, L. F. S. "Mortes na Periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza". **O público e o Privado**. n. 26, 2015.

PEZZA, C. "A cultura do medo por Célio Pezza". **Inteligemcia** [2015]. Disponível em: <www.inteligemcia.com.br> Acesso em: 15/01/2023.

RAUTER, C. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

RIGON, B. S.; FRANÇA, L. A. "As periferias brasileiras como espaços de exceção: um genocídio cotidiano pela violência". **Revista Profanações** vol. 1, n. 2, 2014.

SANTANA. L. L. S. "Geografia e violência na periferia de Belém: uso do território, produção do espaço e índices de homicídios nos bairros do Guamá, Terra-Firme e Jurunas. Belém-PA". **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo: USP, 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. "Chacina de Belém é marcada pela impunidade". **Portal Eletrônico do TJPA** [2016]. Disponível em: <www.tjpa.jus.br>. Acesso em: 10/01/2023.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. “A chacina em Belém do Pará e o fim do genocídio de jovens negros”. **Portal Eletrônico da UNE** [2014]. Disponível em: <www.une.org.br>. Acesso em: 20/01/2023.

VERANI, S. **Assassinatos em Nome da Lei**: uma Prática Ideológica do Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Alderbarã, 1996.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Ada Cristina Machado Silveira é professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorado em Periodismo pela Universidade Autónoma de Barcelona (UAB). E-mail para contato: ada.silveira@ufsm.br

Aline Roes Dalmolin é professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre e doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). E-mail para contato: dalmoline@gmail.com

Ana Carolina Farias Franco é psicóloga no Instituto Federal do Pará (IFPA). Graduada, mestre e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: anacarol_franco@yahoo.com.br

André Benassuly Arruda é professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESPA). Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: andre.arruda@gmail.com

Arnon Pereira Silva é graduado em Psicologia. Especialista em Gestão Estratégica de Pessoas. Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail para contato: arnon_pereira@hotmail.com

SOBRE OS AUTORES

Claudia Miranda Rodrigues é integrante do Grupo de Pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (CNPq). Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). E-mail para contato: claudia63@gmail.com

Daniele Vasco Santos é professora da Universidade Federal de Tocantins (UFT). Mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: vascodaniele77@gmail.com

Edileuson Santos Almeida é professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Mestre em Ciências da Comunicação. Doutor em Comunicação pela Universidade de Santa Maria (UFSM). E-mail para contato: edileuson.almeida@ufrr.br

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e pesquisador do *think tank* IOLEs. Graduado em Economia, Política e em Geografia. Doutor em Ciências. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Fernanda Cristine dos Santos Bengio é professora da Universidade Federal do Pará (UEPA). Mestre e doutora em Psicologia Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail para contato: febengio@ufpa.br

SOBRE OS AUTORES

Flávia Cristina Silveira Lemos é professora Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: flaviacslemos@gmail.com

Gabriel Gatti é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Graduando em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail para contato: gabriel.gatti@unesp.br

Lauany Câmara Chermont é graduada, mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Áreas de interesse de pesquisa: Psicologia, e, Comunicação. E-mail para contato: lauany18@hotmail.com

Leonel Azevedo de Aguiar é professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (UFRJ). E-mail para contato: laaguiar@uol.com.br

Luís Francisco Munaro é professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Mestre em Jornalismo. Doutor em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: luismunaro@yahoo.com.br

SOBRE OS AUTORES

Marcelo Ribeiro de Mesquita é graduado em Pedagogia. Mestre em Educação. Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Áreas de interesse de pesquisa: Psicologia, e, Comunicação. E-mail para contato: tchelorm81@gmail.com

Maria Érica de Oliveira Lima é professora da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail para contato: merical@uol.com.br

Marlize Ruth Albuquerque Pacheco é graduada em Psicologia pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Áreas de interesse de pesquisa: Psicologia Clínica, e, Comunicação. E-mail para contato: marlize@gmail.com

Maximiliano Martín Vicente é professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Graduado, mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: mm.vicente@unesp.br

Regina Cazzamatta é graduada em Jornalismo. Especialista em Jornalismo Internacional. Mestre e doutora em Ciência da Comunicação pela Universität Erfurt. E-mail para contato: regina.cazzamatta@uni-erfurt.de

SOBRE OS AUTORES

Sonia Regina Soares da Cunha é professora da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: reginacunha.phd@gmail.com

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2023

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2023